



INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS PORTO VELHO CALAMA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

VALQUIRIA ALVES DE SOUZA

**INCLUSÃO EXCLUDENTE?
HISTÓRIA E DESAFIOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO
FEDERAL DE RONDÔNIA**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, junto ao Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos da Educação Profissional e Tecnológica.

Macroprojeto 6: Organização de espaços pedagógicos na EPT.

Orientação: Dr.ª Xênia de Castro Barbosa

Porto Velho/RO

2025

VALQUIRIA ALVES DE SOUZA

**INCLUSÃO EXCLUDENTE?
HISTÓRIA E DESAFIOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO
FEDERAL DE RONDÔNIA**

Porto Velho/RO

2025

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

C5726i

Souza, Valquiria Alves de.

Inclusão excludente?: História e desafios da assistência estudantil no
Instituto Federal de Rondônia / Valquiria Alves de Souza, Colorado do
Oeste-RO, 2025.
126 f.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a Xênia de Castro Barbosa.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica - ProfEPT) – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Rondônia - IFRO, Colorado do Oeste-RO, 2025.

1. Assistência estudantil. 2. Inclusão social. 3. Educação Profissional e
Tecnológica. I. Barbosa, Xênia de Castro (orient.). II. Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.
CDD:379.81

Bibliotecário(a) Responsável: Juliana Machado da Silva Sasset, CRB-11/1140 (Campus Colorado do Oeste)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Campus Porto Velho Calama
Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - PROFEPT

Anexo 4 – ATA DE DEFESA DO TCC DE MESTRADO

ATA DA COMISSÃO EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – PROFEPT APRESENTADA PELO DISCENTE: VALQUIRIA ALVES DE SOUZA

No dia 14 de março de 2025, às 9 horas, reuniu-se em sala *online*, via webconferência *Google Meet* (*Link da videochamada: <http://meet.google.com/kqd-bjyf-bmn>*), a Banca Examinadora designada pela Coordenação Acadêmica Local do PROFEPT-IFRO para julgar a Dissertação da discente **Valquiria Alves de Souza**, denominada "INCLUSÃO EXCLUDENTE? HISTÓRIA E DESAFIOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA". A Banca Examinadora foi composta pelos membros: Profa. Dra. Xênia de Castro Barbosa; Dra. Sandra Aparecida Fernandes Lopes Ferrari; Dr. Aguinaldo Pereira; e Dra. Lilian Maria Moser. Após a apresentação da dissertação pela discente, foi dada a palavra aos examinadores para arguição, tendo a candidata respondido às perguntas formuladas. Na sequência, a Banca Examinadora reuniu-se privativamente para proceder ao julgamento, considerando a dissertação e o produto:

- (x) Aprovado
() Reprovado.

Ficou estabelecido o prazo de 30 dias para a entrega da versão com as correções.

Nada mais havendo a tratar a Presidente da Banca Examinadora divulgou o parecer aos presentes na apresentação e deu por encerrado os trabalhos, sendo lavrada a presente ata, devidamente assinada pela Presidente, examinadores e discente.

Porto Velho, 14 de março de 2025.

Presidente: Dra. Xênia de Castro Barbosa, ProfEPT/IFRO

Membro Interno: Dra. Sandra Lopes Ferrari, ProfEPT/IFRO

Membro Interno: Dr. Aguinaldo Pereira, ProfEPT/IFRO

Membro Externo: Dra. Lilian Maria Moser, UNIR

Mestranda: Valquiria Alves de Souza



Documento assinado eletronicamente por **Xenia de Castro Barbosa, Professor(a) - EBTT**, em 14/03/2025, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Aparecida Fernandes Lopes Ferrari, Professor(a) Voluntário**, em 14/03/2025, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aguinaldo Pereira, Professor(a) - EBTT**, em 14/03/2025, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **valquiria alves de souza, Usuário Externo**, em 26/03/2025, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lilian Maria Moser, Usuário Externo**, em 03/04/2025, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2583320** e o código CRC **B79AAD12**.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Campus Porto Velho Calama
Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional - PROFEPT

Anexo 5 – Ficha de Avaliação de Produto

IDENTIFICAÇÃO

Instituição Associada:	IFRO
Discente:	Valquiria Alves de Souza
Produto/Processo Educacional:	Tutorial para acesso a recursos da Assistência Estudantil do Instituto Federal de Rondônia
Dissertação:	Inclusão Excludente? História e desafios da assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Orientador (a):	Xênia de Castro Barbosa
Área de Concentração:	Educação Profissional e Tecnológica
Linha de Pesquisa:	Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica
Macroprojeto	6 - Organização de espaços pedagógicos na EPT

TIPOS DE PRODUTOS TÉCNICO TECNOLÓGICOS

	PTT1: Material didático/instrucional
	PTT2: Curso de formação profissional
	PTT3: Tecnologia social
	PTT4: Software/Aplicativo
	PTT5: Evento Organizados
	PTT6: Relatório Técnico
	PTT7: Acervo
	PTT8: Produto de comunicação
X	PTT9: Manual/Protocolo
	PTT10: Carta, mapa ou similar

CRITÉRIOS

		Sim	Não
Aderência	À projeto de pesquisa	X	
	À linha de pesquisa do Programa	X	
	Área de concentração do Programa	X	

	Ao macroprojeto	X	
Replicabilidade	O PE pode ser repetido, mesmo com adaptações, em diferentes contextos daquele em que ele foi produzido?	X	
Registro	Possibilidade de registro/depósito de propriedade intelectual	X	

IMPACTO

X	Alto - PTT gerado no Programa, aplicado e transferido para um sistema, no qual seus resultados, consequências ou benefícios são percebidos pela sociedade.
	Médio - PTT gerado no Programa, aplicado no sistema, mas não foi transferido para algum segmento da sociedade
	Baixo - PTT gerado apenas no âmbito do Programa e não foi aplicado nem transferido para algum segmento da sociedade.

IMPACTO - DEMANDA

X	Demanda espontânea
	Demanda contratada
	Demanda por concorrência (ex. Edital)

IMPACTO - OBJETIVO DA PESQUISA

	Experimental
	Sem um foco de aplicação inicialmente definido
X	Solução de um problema previamente identificado

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

X	Local
	Regional
	Nacional
	Internacional

INOVAÇÃO

	Alto teor inovativo (desenvolvido com base em conhecimento inédito)
X	Médio teor inovativo
	Baixo teor inovativo
	Sem inovação aparente

COMPLEXIDADE (Mais de um item pode ser marcado)

X	O PE é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação.
	A metodologia apresenta clara e objetivamente a forma de aplicação e análise do PE
	Há uma reflexão sobre o PE com base nos referenciais teórico e teórico-metodológico empregados na respectiva dissertação.
	Há apontamentos sobre os limites de utilização do PE.

APLICABILIDADE

X	PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto, mas não foi aplicado durante a pesquisa.
	PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto e foi aplicado durante a pesquisa, exigível para o mestrado.
	PE foi aplicado em diferentes ambientes/momentos e tem potencial de replicabilidade face à possibilidade de acesso e descrição.

ESTÁGIO DA TECNOLOGIA

	Piloto/protótipo
X	Em teste
	Finalizado/implantado
	Não se aplica

ACESSO

	PE sem acesso.
	PE com acesso via rede fechada.
X	PE com acesso público e gratuito.
	PE com acesso público e gratuito pela página do Programa.
	PE com acesso por Repositório institucional com acesso público e gratuito.

PANORAMA SOBRE A ABRANGÊNCIA E/OU A REPLICABILIDADE DO PTT

O produto pode ser aplicado e replicado por outros IFs que operam a política de assistência estudantil por meio do SUAP.

Até 255 caracteres

DESCRIÇÃO DO TIPO DE IMPACTO DO PTT

Trata-se de um tutoria com orientações para acesso ao Programa de Auxílio Permanência do IFRO. O produto dirige-se tanto a estudantes como aos gestores/operadores da política de assistência estudantil.

Até 255 caracteres

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA

Presidente da banca	Dra. Xênia de Castro Barbosa, ProfEPT/IFRO
Membro interno	Dra. Sandra Lopes Ferrari, ProfEPT/IFRO
ProfEPT/IA	Dr. Aguinaldo Pereira, ProfEPT/IFRO
Membro externo	Dr. Lilian Maria Moser, UNIR
Data da defesa	14 de março de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Xenia de Castro Barbosa, Professor(a) - EBTT**, em 14/03/2025, às 12:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Aparecida Fernandes Lopes Ferrari, Professor(a) Voluntário**, em 14/03/2025, às 12:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aguinaldo Pereira, Professor(a) - EBTT**, em 14/03/2025, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **valquiria alves de souza, Usuário Externo**, em 26/03/2025, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lilian Maria Moser, Usuário Externo**, em 03/04/2025, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2583330** e o código CRC **E151FD12**.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, Lucilene Souza, exemplo de honestidade e perseverança.

Ao meu padrasto, Geraldo Pereira da Silva que esteve comigo no início dessa longa jornada, mas que infelizmente não estará conosco ao final.

A todos os meus familiares, em especial, a Sônia Rodrigues Moreira por me incentivar a buscar meus ideais.

Aos amigos e colegas, pelo incentivo, pelas risadas e por não me deixarem desistir, mesmo nos momentos de maior dificuldade.

Aos meus colegas do curso de mestrado pelo companheirismo, solidariedade e parceria nessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por me proporcionar vida, saúde, sabedoria e perseverança permitindo com que eu pudesse concluir mais um objetivo de vida.

Agradeço à minha mãe, Lucilene Souza, por ser meu exemplo de mulher e de superação.

Agradeço ao meu padrasto, Geraldo Pereira da Silva por sempre me incentivar e acreditar em meu potencial.

Agradeço aos meus familiares e amigos por direta ou indiretamente contribuírem com meu desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional.

Agradeço à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Xênia de Castro Barbosa pela paciência, confiança e incentivo ao longo do meu percurso no mestrado. Suas orientações foram fundamentais para meu crescimento acadêmico, profissional e até mesmo pessoal.

Agradeço a todos os profissionais do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica pelo apoio prestado durante o período do mestrado.

Agradeço aos professores Dr. Aguinaldo Pereira e Dra. Lilian Maria Moser por aceitarem participar da minha banca de qualificação. Suas valiosas contribuições foram fundamentais para a realização desta pesquisa, enriquecendo-a com suas experiências, orientações e perspectivas, que agregou grande valor ao desenvolvimento e aprimoramento deste trabalho.

Agradeço aos colegas da turma do mestrado pela parceria, compreensão e companheirismo.

Expresso minha gratidão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) pela oferta do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT). Essa iniciativa proporciona aos servidores a oportunidade de capacitação profissional por meio da pesquisa acadêmica, contribuindo para a melhoria dos serviços prestados.

Agradeço aos alunos que disponibilizaram um tempo para contribuir com a pesquisa através da resposta aos questionários. Através das suas contribuições, foi possível ter um panorama e propor melhorias na Política de Assistência Estudantil do IFRO.

Agradeço aos servidores dos setores de Assistência ao Educando pelo apoio e dedicação que contribuíram significativamente para a realização deste trabalho.

Por fim, estendo minha gratidão a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte do meu percurso acadêmico ao longo do mestrado. A concretização desta etapa é um marco de grande importância em minha trajetória, representando não apenas uma conquista pessoal, mas também o resultado de um esforço coletivo que enriqueceu minha formação e impulsionou meu desenvolvimento profissional.

Vi ontem um bicho
Na imundície do pátio
Catando comida entre os detritos.
Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.
O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.
O bicho, meu Deus, era um homem!
(Bandeira, 1947).

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO - 1: <i>CAMPUS</i> NO QUAL O DISCENTE ESTUDA	101
GRÁFICO - 2: QUANTIDADE DE DISCENTES DISTRIBUÍDA POR CURSOS	102
GRÁFICO - 3: REFERE-SE ÀS DIFICULDADES PARA ENTENDER O QUE O EDITAL ESTAVA SOLICITANDO	103
GRÁFICO - 4: DOCUMENTOS QUE FALTARAM OU QUE PRECISAVAM DE CORREÇÕES	107
GRÁFICO - 5: TEMPO ESTIMADO PARA REALIZAR A INSCRIÇÃO	112

LISTA DE QUADROS

QUADRO – 1: DOCUMENTOS DE ABRANGÊNCIA NACIONAL	40
QUADRO – 2: DOCUMENTOS DE ABRANGÊNCIA INSTITUCIONAL	40
QUADRO - 3: ABORDAGEM AOS DISCENTES	47
QUADRO – 4: SÍNTESE DOS RESULTADOS DAS ANÁLISES DOS DEZ EDITAIS	58
QUADRO – 5: VALORES DO PROAP 2023 - <i>CAMPUS</i> GUAJARÁ- MIRIM.....	61
QUADRO – 6: PROAP - ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS ESTUDANTIS POR CURSO DO <i>CAMPUS</i> GUAJARÁ-MIRIM	62
QUADRO – 7: PERFIL DA PROCURA E DO ATENDIMENTO VIA PROAP NO <i>CAMPUS</i> VILHENA, 2023	65
QUADRO – 8: DISPONIBILIZADO NO EDITAL DO PROAP DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	68
QUADRO - 9: APRESENTA OS RESULTADOS OBTIDOS COM AS ANÁLISES DOS DADOS, <i>CAMPUS</i> SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	70
QUADRO - 10: VAGAS DISPONIBILIZADAS PELO EDITAL DO PROAP PORTO VELHO CALAMA	71
QUADRO – 11: - APRESENTA OS RESULTADOS OBTIDOS COM AS ANÁLISES DOS DADOS DO <i>CAMPUS</i> CALAMA	73
QUADRO – 12: APRESENTA OS RESULTADOS OBTIDOS COM AS ANÁLISES DOS DADOS DO <i>CAMPUS</i> JARU.....	75
QUADRO – 13: APRESENTA OS RESULTADOS OBTIDOS COM AS ANÁLISES DOS DADOS DO <i>CAMPUS</i> CACOAL	78
QUADRO – 14: APRESENTA OS RESULTADOS OBTIDOS COM AS ANÁLISES DOS DADOS DO <i>CAMPUS</i> JI-PARANÁ	82
QUADRO – 15: APRESENTA OS RESULTADOS OBTIDOS COM AS ANÁLISES DOS DADOS DO <i>CAMPUS</i> ZONA NORTE	82
QUADRO – 16: DISPONIBILIZADO PELO EDITAL DO PROAP ARIQUEMES	83
QUADRO – 17: APRESENTA OS RESULTADOS OBTIDOS COM AS ANÁLISES DOS DADOS DO <i>CAMPUS</i> ARIQUEMES	85
QUADRO – 18: BOLSAS DISPONIBILIZADAS NO EDITAL DO PROAP DE COLORADO DO OESTE	86
QUADRO – 19: APRESENTA OS RESULTADOS OBTIDOS COM AS ANÁLISES DOS DADOS DO <i>CAMPUS</i> COLORADO	88
QUADRO – 20: APRESENTA OS RESULTADOS OBTIDOS COM AS ANÁLISES DOS DADOS DO <i>CAMPUS</i> COLORADO	88
QUADRO – 21: APRESENTA OS RESULTADOS OBTIDOS COM AS ANÁLISES DOS DADOS, <i>CAMPUS</i> COLORADO	89

QUADRO – 22: APRESENTAÇÃO DE UMA SÍNTESE DOS RESULTADOS FINAIS OBTIDOS APÓS A ANÁLISE DOS DEZ EDITAIS	90
--	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE - Assistência Estudantil

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CAED - Coordenação de Assistência Estudantil

CEAC - Comissão de Elaboração, Análise e Concessão de Auxílios

CEFETS - Centros Federais de Educação Tecnológica

CRA - Coordenação de Registros Acadêmicos

DAE - Diretoria de Assistência ao Estudante

DCNEPTNM - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio

DEPAE - Departamento de Assistência ao Educando

EaD - Educação à Distância

EduCAPES – Portal Educacional da Coordenação de Pessoal

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EMI - Ensino Médio Integrado

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

ERE - Ensino Remoto Emergencial

FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

IFRO – Instituto Federal de Rondônia

IFs - Institutos Federais

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOA - Lei Orçamentária Anual

MEC - Ministério da Educação

NAPNE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAE - Políticas de Assistência Estudantil

PAPE - Política de Acesso, Permanência e Êxito do IFRO

PBP - Programa Bolsa Permanência

PDI - Plano de desenvolvimento Institucional

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE - Plano Nacional de Educação

PROAC - Programa de Auxílio Complementar

PROAP - Programa de Auxílio à Permanência

PROEN - Pró-Reitoria de Ensino

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional

PROMORE - Programa de Auxílio Moradia

PROSAPEX - Programa de Atenção à Saúde e apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão

REPAE - Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil

RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica

RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Resumo: Em um país caracterizado por profundas desigualdades no acesso a bens e recursos, muitos estudantes enfrentaram dificuldades para garantir acesso, permanência e sucesso educacional. Nesse contexto, tornam-se indispensáveis políticas de assistência estudantil que assegurem o direito à educação. O objetivo geral desta pesquisa foi analisar como o Instituto Federal de Rondônia (IFRO) se estruturou para atender às diretrizes da legislação nacional sobre assistência estudantil. Quanto aos objetivos específicos, buscou-se: (1) dimensionar a relevância do Programa de Auxílio à Permanência (PROAP) executado pelo IFRO; (2) identificar as principais dificuldades encontradas pelos discentes do Instituto ao realizarem a inscrição nos editais do referido programa; e (3) desenvolver e transferir para o IFRO uma tecnologia social – um tutorial voltado à melhoria do PROAP, especialmente no que diz respeito à seleção dos estudantes beneficiários. A pesquisa foi conduzida com base na metodologia do estudo de caso. A coleta de dados foi realizada mediante pesquisa bibliográfico-documental e *survey*. A análise dos dados foi desenvolvida à luz de literaturas pertinentes ao tema e da estatística descritiva, com suporte do software XLSTAT 2020. Conclui-se que a assistência estudantil, no recorte empírico considerado, necessita da ampliação de recursos para que possa atender a um conjunto maior de estudantes. No que se refere à melhoria do processo de gestão da política de assistência estudantil, faz-se necessário maior integração entre ensino, pesquisa e extensão, aperfeiçoamento do acompanhamento pedagógico dos estudantes atendidos pela política, e adequação de linguagem e de fluxo de inscrição dos editais, visando tornar o processo seletivo mais inclusivo.

Palavras-chave: Assistência estudantil. Inclusão social. Educação Profissional e Tecnológica.

Abstract: In a country marked by deep inequalities in access to goods and resources, many students face challenges in ensuring access to, permanence in, and success in education. In this context, student assistance policies that guarantee the right to education become indispensable. The general objective of the research was to analyze how the Federal Institute of Rondônia (IFRO) has structured itself to meet the guidelines of national legislation on student assistance. The specific objectives were: (1) to assess the relevance of the Student Permanence Assistance Program (PROAP) implemented by IFRO; (2) to identify the main difficulties faced by IFRO students when applying for the program's calls for proposals; and (3) to develop and transfer to IFRO a social technology – a tutorial aimed at improving the PROAP, especially concerning the selection of beneficiary students. The research was conducted using a case study methodology. Data collection was carried out through bibliographic-documentary research and surveys. Data analysis was performed in light of relevant literature on the subject and descriptive statistics, supported by the XLSTAT 2020 software. With regard to improving the student assistance policy management process, there is a need for greater integration between teaching, research and extension, improvement of the pedagogical monitoring of students covered by the policy, and adaptation of the language and registration flow of notices, aiming to make the selection process more inclusive.

Keywords: Student Assistance. Social Inclusion. Professional and Technological Education.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	22
INTRODUÇÃO	24
SEÇÃO I – PERSPECTIVAS TEÓRICAS	28
Síntese das Principais Contribuições Bibliográficas	29
SEÇÃO II: METODOLOGIA	47
Critérios de inclusão	48
Critérios de exclusão	48
Tratamento e análise dos dados	49
Desenvolvimento do produto educacional	49
SEÇÃO III: NOTAS ACERCA DA HISTÓRIA DO IFRO	56
SEÇÃO IV: Resultados do PROAP no IFRO	56
Distribuição dos recursos da Assistência Estudantil no IFRO	58
O PROAP no <i>Campus</i> Guajará-Mirim	60
O PROAP no <i>Campus</i> Vilhena	64
O PROAP no <i>Campus</i> São Miguel do Guaporé	66
O PROAP no <i>Campus</i> Porto Velho Calama	69
O PROAP no <i>Campus</i> Jaru	72
O PROAP no <i>Campus</i> Cacoal	75
O PROAP no <i>Campus</i> Ji-Paraná	70
O PROAP no <i>Campus</i> Zona Norte	77
O PROAP no <i>Campus</i> Ariquemes	81
O PROAP no <i>Campus</i> Colorado	82
SEÇÃO V: AS DESIGUALDADES SOCIAIS COMO DESAFIO À INCLUSÃO EDUCACIONAL	91
A demanda por auxílio à permanência e os desafios do processo	95
Resultados do questionário aplicado junto aos discentes	100

CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	124
APÊNDICES	130
Apêndice a – produto educacional desenvolvido	130
Apêndice b -termo de consentimento livre e esclarecido — TCLE	166
Apêndice c - questionário referente ao programa de auxílio à permanência	168
ANEXOS	168
Parecer final do CEP	169

APRESENTAÇÃO

Sou servidora do Instituto Federal de Rondônia (IFRO) desde junho de 2022, onde ocupo o cargo de Assistente de Alunos. Atualmente, estou lotada no *campus* Colorado do Oeste, mas, no início desta pesquisa, exercia minhas funções na Coordenação de Assistência ao Educando (CAED) do *campus* Guajará-Mirim. A CAED é composta por uma equipe multidisciplinar, incluindo psicólogo, técnico em assuntos educacionais, pedagogo, assistente social, enfermeira e assistente de alunos, sendo responsável pela análise das inscrições no Programa de Auxílio à Permanência (PROAP).

Em 2023, tive a oportunidade de participar, pela primeira vez, da orientação dos discentes e do processo de análise do edital do PROAP, o que foi uma experiência enriquecedora para minha atuação profissional. No entanto, esse processo também foi bastante desafiador. Mesmo como servidora, enfrentei dificuldades para compreender as documentações exigidas pelo edital, especialmente no que se refere ao conceito de grupo familiar que o edital determinava. Durante o período de inscrições, houve falhas recorrentes no site da Receita Federal, onde era necessário emitir a declaração de imposto de renda de todos os integrantes do grupo familiar maiores de idade. Quanto à Carteira de Trabalho (CTPS), todos os maiores de idade deveriam anexá-la. Quem não possuísse uma CTPS física precisava providenciá-la pelo site do governo. No caso das CTPS físicas, eram necessárias cópias da frente e do verso da identificação, das folhas de contratos e do último contrato ou assinatura de demissão.

Outra dificuldade enfrentada foi a necessidade de recorrer à ajuda de colegas para esclarecer dúvidas e proceder de forma correta, a falta de tutoriais ou guias explicativos que ajudassem a compreender as etapas do edital, como e onde obter os documentos necessários, quais páginas anexar e como identificar corretamente os integrantes do grupo familiar. Essa ausência de orientações claras comprometeu minha capacidade de oferecer suporte eficaz, e acredito que também tenha prejudicado o entendimento dos discentes. Pois, o PROAP de 2023 do *campus* Guajará-Mirim apresentou 55 inscrições indeferida, ainda que houvesse a possibilidade de recurso, esses discentes não conseguiram realizar suas inscrições.

Após compreender as exigências do edital, era necessário selecionar as documentações, digitalizá-las, realizar uma pré-inscrição e, posteriormente, a inscrição definitiva. O processo de orientação aos discentes demandava mais de 40 minutos, e devido ao grande quantitativo de discentes inscritos, em determinados momentos não tínhamos um quantitativo de servidores o suficiente para atender toda a demanda.

Nos momentos descritos, questioneei a efetividade do programa, pois considero que a

complexidade das documentações exigidas no edital, a falta de tutoriais e as dificuldades para selecionar, digitalizar e preencher o cadastro, em vez de promover inclusão, acabaram criando barreiras que excluem os discentes.

Ao verificar os resultados dos editais, tanto no meu *campus* quanto nos demais, fiquei alarmada com o alto índice de inscrições indeferidas. Isso me preocupou profundamente, pois muitos discentes em situação de grave vulnerabilidade socioeconômica podem ter sido prejudicados pela falta de acesso aos recursos assistenciais, comprometendo sua permanência e sucesso escolar ou acadêmico.

Lembrei-me de minha própria situação, quando era estudante de graduação, das lutas que travei e de como a assistência estudantil pode ser decisiva para mudar os rumos da história de vida de tantas pessoas.

A preocupação com esse fato foi tomando contornos mais claros na medida em que iniciei as disciplinas no Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica. Decidi me aprofundar no estudo da temática da assistência estudantil, enfatizando a forma como o IFRO tem se organizado para atender à legislação nacional, e nesse processo, emergiu como problema da pesquisa a investigação sobre as principais dificuldades encontradas pelos discentes do IFRO para acessar os programas de assistência estudantil dessa instituição, em geral, e o PROAP, em particular.

Movida por tal questionamento, iniciei leituras sobre o tema visando consolidar uma base teórica mínima para embasar a escrita do projeto, o qual guiou as reflexões que aqui serão apresentadas.

INTRODUÇÃO

Para subsidiar a permanência e êxito dos estudantes, o Estado brasileiro, desde 1925 tem disponibilizado sucessivos instrumentos de assistência estudantil, os quais têm variado ao longo do tempo. Dentre as estratégias utilizadas, e sem adentrar no mérito de sua eficácia, foram recorrentes seguintes: o custeio de taxas, a disponibilização de recursos como moradia estudantil e alimentação, o fornecimento de materiais escolares e a transferência de renda, por meio de bolsas e auxílios.

Em 2010, sob o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) por meio do Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010. Esse decreto, embora detentor de força normativa para regulamentar ações de assistência estudantil, não se fundamentava em uma política definida por lei específica. O decreto teve um papel crucial em estabelecer diretrizes e objetivos prioritários voltados à democratização do acesso à educação e à promoção da inclusão social, mas a ausência de uma lei nacional limitava a consolidação do programa no ordenamento jurídico de maneira mais perene.

Entre 2010 e 2024, o Brasil aguardou a formulação de uma legislação que consolidasse o PNAES como política pública de assistência estudantil. Mas, foi somente em 2024 (novamente com Lula como presidente), que essa lacuna foi preenchida com a promulgação da Lei n.º 14.914, de 3 de julho de 2024. Essa lei, ao consolidar diretrizes e ampliar seu alcance no ordenamento jurídico, trouxe maior estabilidade e continuidade ao programa.

A Lei n.º 14.914/2024 formalizou o PNAES como política pública nacional, reforçando os objetivos do programa e conferindo maior segurança jurídica às suas ações. A lei preservou grande parte dos princípios e diretrizes inicialmente definidos pelo decreto de 2010, garantindo a continuidade de áreas prioritárias como moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e atendimento especializado a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotados.

Os recursos do PNAES são descentralizados às instituições federais de ensino e alocados em ações de Assistência Estudantil (AE). Esses programas podem ser de perfil universal, atendendo a todos os discentes matriculados, ou específico, voltados às demandas de segmentos prioritários, garantindo maior abrangência e impacto.

No IFRO, a Política de Assistência Estudantil é regida, atualmente, pela resolução n.º 23/2018 (Ifro, 2018), que pretende: “contribuir com ações de atendimento às necessidades

educacionais, biopsicossocial e de incentivo à formação acadêmica, visando o desenvolvimento integral no processo educativo”. A Política de Assistência Estudantil do IFRO contempla programas variados, a maioria deles de acesso prioritário a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Apenas o Programa de Atenção à Saúde e Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (PROSAPEX) tem perfil universal, ou seja, pode ser acessado por todos os estudantes, na medida da disponibilidade dos recursos, independente de gênero, etnia, forma de ingresso e condição socioeconômica. Outro documento importante no plano interno e que tematiza a matéria é a Resolução n.º 26, de 4 de abril de 2018, que aprovou a Política Institucional de Acesso, Permanência e Êxito – PAPE (Ifro, 2018).

Conforme dados do Painel de Indicadores do IFRO, esta instituição concedeu, no ano de 2021, 3.493 bolsas de auxílio estudantil e tem se mantido com uma taxa de evasão de cerca de 12%. Apesar dos esforços institucionais em promover assistência estudantil, colaborando para melhorar as condições de permanência e êxito dos estudantes mais vulneráveis, estudos como o de Feitosa (2022), Pereira e Moura (2022) e Silva, Barbosa e Batista (2021) revelaram que muitos alunos ainda evadem por dificuldades financeiras e encontram dificuldades em participar dos editais que concedem os auxílios, visto se tratarem de textos técnicos, redigidos, muitas vezes, em linguagem pouco acessível, com fluxos complexos e indicação de tramitação de documentos por sistemas eletrônicos de interface pouco amigável. Não se pode minimizar também a possibilidade de que incida sobre esse problema fatores como repertório cultural limitado, analfabetismo funcional, falta de acesso à internet e dificuldades técnicas.

Diante deste cenário, desenvolvemos a pesquisa aqui apresentada, que teve como objetivo geral: analisar como o Instituto Federal de Rondônia (IFRO) se estruturou para atender às diretrizes da legislação nacional sobre assistência estudantil. Quanto aos objetivos específicos, buscamos dimensionar a relevância do Programa de Auxílio à Permanência (PROAP) executado pelo IFRO; identificar as principais dificuldades encontradas pelos discentes do Instituto ao realizarem a inscrição nos editais do referido programa; e desenvolver e transferir ao IFRO um tutorial voltado à melhoria do PROAP, especialmente no que diz respeito à seleção dos estudantes beneficiários.

A problemática central da pesquisa consistiu em investigar a seguinte questão: “Quais são as principais dificuldades encontradas pelos discentes do IFRO para acessar os programas de assistência estudantil dessa instituição, em geral, e o PROAP, em particular?” A partir desta questão, foi possível desenvolver um estudo de caso considerando dois aspectos principais: as experiências e estratégias adotadas pela instituição para operacionalizar a política de assistência estudantil, e as necessidades de ajustes e adequações sentidas pelos usuários dessa política (os

estudantes), contribuindo com reflexões passíveis de auxiliá-la na reorganização de seus espaços e formas de operacionalização da política nacional de assistência estudantil. Desse modo, esta pesquisa filia-se à linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT, e ao macroprojeto 6, que abriga projetos concernentes à organização e planejamento de espaços e instituições de ensino formais e não formais.

O método que embasou a investigação foi o do Estudo de Caso (Yin, 2001; Gil, 2002), para o qual nos servimos de análise documental, *survey* e levantamento empírico. Neste estudo de caso pontuou-se aspectos da história e da organização desta instituição, bem como da relevância do PROAP, o principal programa da assistência estudantil executado pela instituição. As dificuldades encontradas pelos discentes ao realizar inscrição em editais do referido Programa também foram analisadas, e com base nessas informações buscou-se desenvolver uma tecnologia social que se guiou por duas intencionalidades diferentes, mas complementares: a de contribuir com os gestores e operadores da política de assistência estudantil do IFRO por meio de reflexões sobre a forma como a referida política está organizada e a relevância de seu trabalho; e de contribuir com os próprios estudantes, visto que era necessário, de alguma maneira, auxiliá-los no processo de inscrição aos editais do PROAP.

O produto educacional desenvolvido destina-se ao próprio IFRO, podendo ser caracterizado como tecnologia social com potencial inovador, sobretudo no que se refere à inovação de processo, uma vez que oferece fluxo capaz de favorecer o processo de acesso a política pública. Alinhados ao conceito de Andrade e Valadão (2017, p. 408), para quem as tecnologias sociais são “construções coletivas direcionadas para a resolução de problemas socioambientais cotidianos por meio da interação, do conhecimento e das iniciativas das próprias comunidades locais que possibilitam a inclusão social, a autonomia, o desenvolvimento sustentável e a transformação social”, o produto educacional construído apresenta-se como uma tecnologia social por buscar resolver uma dificuldade recorrente enfrentada por discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica durante o processo de inscrição no PROAP, promovendo, assim, maior inclusão social e autonomia. Ao propor um tutorial para a seleção de beneficiários, a pesquisa visa otimizar os processos internos do programa, bem como facilitar o acesso dos estudantes aos benefícios, fomentando sua permanência e êxito em sua vida acadêmica e, conseqüentemente, contribuindo para a transformação social. De igual modo, ao prever reflexões orientadas aos operadores da política, busca-se estimular a reflexão sobre o trabalho realizado e a melhoria continuada no serviço público.

Quanto à sua organização interna, esta dissertação de mestrado se estrutura em cinco seções. Na seção I apresenta-se o referencial teórico no qual ancoramos o desenvolvimento desta pesquisa; na seção II apresenta-se a metodologia e os procedimentos adotados, na seção III pontuamos aspectos sobre a história do IFRO, na seção IV discutimos os desafios da assistência estudantil, tomando como referência os editais do PROAP e as avaliações dos estudantes que participaram dos editais deste programa e tiveram inscrições indeferidas. Na seção V, apresentamos, em perspectiva histórica, reflexões acerca da produção das desigualdades sociais no Brasil, pontuando seus impactos na inclusão educacional. Na sequência são apresentadas as considerações finais, referências, apêndices e anexos, dentre os quais o produto educacional desenvolvido como critério avaliativo neste programa de mestrado.

SEÇÃO I – PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Esta pesquisa filia-se ao campo da História das Instituições Escolares, que na perspectiva trabalhada por Sanfelice (2006, 2007; 2008; 2009) e por Nosella e Buffa (2006), tomam a instituição escolar, seus processos e dinâmicas não como objeto restrito, fechado em si, mas como objeto relacional, socialmente determinado e determinante. Nas palavras de Sanfelice:

Nenhuma Instituição Escolar tem o sentido da singularidade explicitado, se tomada apenas em si. Uma instituição escolar avança, projeta-se para em um grupo social. Produz memórias ou imaginários. Mobiliza ou desmobiliza grupos de pessoas e famílias; assinala sua presença em comemorações, torna-se notícia na mídia, ou seja, é muito, mas muito mais do que um prédio que agrupa sujeitos para trabalharem, ensinarem, aprenderem, etc. O movimento inverso também ocorre, pois, a instituição é objeto de interesses contraditórios de ordem econômica, política, ideológica, religiosa e cultural, dentre outros (Sanfelice, 2006, p. 25).

Assim, a partir desse objeto micro: o PROAP, buscamos análises mais amplas acerca dos desafios da assistência estudantil no IFRO, da relação desta instituição com as diretrizes nacionais acerca da matéria e do direito à educação.

A Constituição Federal (Brasil, 1988), bem como a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (Brasil, 1996) determinam que a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, tendo como um de seus princípios a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

A igualdade postulada fundamenta-se na equidade, ou seja, no esforço de fornecer a cada indivíduo o que lhe é necessário para estudar, trabalhar e se desenvolver em igualdade de condições com as demais pessoas. A equidade adapta a regra para um determinado caso específico, a fim de deixá-la mais justa. A exemplo, pode-se citar a lei de cotas/ações afirmativas e a assistência estudantil - possibilidades encontradas pelo poder público para minimizar as desigualdades de acesso à educação.

A Equidade é um princípio basilar da justiça social e é o horizonte perseguido pela maioria das políticas públicas, sejam elas universais ou específicas, contudo, é pertinente ter claro que ela só será efetivamente alcançada por meio da luta de classes e da luta entre atores sociais em seus correspondentes campos sociais (Azevedo, 2013). Com isso, o autor sugere que é preciso enfrentar o próprio sistema capitalista, visto que este mantém de maneira orgânica estruturas de violência, exclusão e perpetuação das desigualdades. Nas palavras de Mészáros (2002, p. 289), “a condição prévia essencial da verdadeira igualdade é enfrentar com uma crítica

radical a questão do modo inevitável de funcionamento do sistema estabelecido e sua correspondente estrutura de comando, que *a priori* exclui quaisquer expectativas de uma verdadeira igualdade”.

O título III da LDB referente ao Direito à Educação e do Dever de Educar, em seu art. 4º, inciso VIII, prevê que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Nesse caso, muda-se a nomenclatura, porém o conceito permanece o mesmo, ou seja, dar assistência ao educando durante todo o seu percurso educativo.

A assistência estudantil se mostra, portanto, como ferramenta de promoção de equidade e de justiça social. Ela é essencial para garantir que a educação, um bem de inestimável valor em nossa sociedade, não fique restrita a determinados segmentos sociais.

Para compreender o estado da arte sobre a assistência estudantil, foi realizado um levantamento bibliográfico nos repositórios da Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses e no Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES, complementado por pesquisas no *Google Acadêmico*, utilizando os descritores "assistência estudantil" e "vulnerabilidade socioeconômica". A seleção das obras contou com a orientação da professora orientadora e teve como objetivo construir um panorama amplo e diversificado sobre a temática. Inicialmente, foi adotada uma leitura exploratória, sem filtros temporais ou delimitações por área de conhecimento, para garantir uma análise abrangente. Nos parágrafos a seguir, será apresentada uma síntese das principais referências bibliográficas utilizadas, destacando sua contribuição para a fundamentação teórica deste estudo.

Síntese das principais contribuições bibliográficas

A dissertação “A Política de Assistência Estudantil em Tempos de Covid-19: Uma Análise da Perspectiva dos Discentes do Ensino Médio Integrado do IFRO, *campus* Porto Velho Calama” (Feitosa, 2023) foi dividida em quatro capítulos no primeiro capítulo, o autor apresenta uma reflexão crítica sobre a implementação das políticas públicas, bem como a complexa relação entre o Estado e a sociedade, com vistas a discutir aspectos conceituais e históricos relacionados às políticas públicas, além de explorar a trajetória da Educação Profissional e Tecnológica.

No segundo capítulo, foi realizada uma análise da trajetória da Assistência Estudantil (AE) nas Instituições Federais de Ensino. Destacando a consolidação do Decreto n.º 7.234, que

instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Com foco no Instituto Federal de Rondônia (IFRO), especialmente o *campus* Porto Velho Calama. O autor apresentou a implementação do PNAES no IFRO, considerando as normativas que contribuíram para a consolidação da Política de Assistência Estudantil na instituição. Além disso, identificou as ações de assistência estudantil durante a pandemia de Covid-19, com ênfase nas medidas adotadas para garantir a continuidade dos estudos em um contexto de ensino remoto.

Dentre as ações podemos destacar: o auxílio emergencial, o auxílio à inclusão digital e o empréstimo de equipamentos de informática. Além disso, foram disponibilizados recursos advindos diretamente do Ministério da Educação (MEC) para aquisição de equipamentos de informática e oferta de chips com dados para a realização das atividades escolares remotas. O terceiro capítulo detalha o percurso metodológico utilizado para atingir os objetivos da pesquisa e define os participantes da pesquisa.

No quarto capítulo, foi apresentado os resultados que indicaram que a maioria dos alunos avalia positivamente os programas ofertados pela Assistência Estudantil, que desempenham um papel fundamental na manutenção dos estudantes e na continuidade de seus estudos. Além disso, realizou-se uma análise da percepção dos gestores em relação à Política de Assistência Estudantil implementada no IFRO durante o período pandêmico. Em seguida, discutiu-se a perspectiva dos discentes sobre a mesma política, abordando o perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa e avaliando o impacto da assistência estudantil tanto para os alunos bolsistas quanto para os não bolsistas.

A dissertação intitulada “Política de Assistência Estudantil: Interfaces com o Reconhecimento das Diferenças e a Promoção de Equidade” (Back, 2017) foi dividida em seis capítulos. O primeiro capítulo introduziu as considerações iniciais e o contexto de construção do estudo.

No segundo capítulo, a autora faz apontamentos sobre os conceitos e fundamentos de diferença e desigualdade, equidade e igualdade de oportunidades, levando os leitores a refletirem e repensarem esses conceitos, visando esclarecer essas concepções e, posteriormente, relacioná-las à política de assistência estudantil na educação superior. A autora inicia esse capítulo relatando as mudanças ocorridas nas últimas décadas, relacionadas ao processo de globalização e mundialização do capitalismo, e seu impacto na sociedade brasileira. Retratando que a historicidade dos processos sociais envolvidos na produção e reprodução da vida social alterou as relações entre Estado, mercado e sociedade, caracterizando uma realidade profundamente contraditória. Esses processos reforçaram a problemática da questão social, que se manifesta como uma expressão legítima da desigualdade na sociedade moderna.

Posteriormente, contextualiza que a desigualdade perpassa a questão monetária, citando que a desigualdade se manifesta de maneira multidimensional, influenciada pelas interações sociais, diferenças individuais e coletivas. A dissertação evidencia também que a desigualdade se reproduz de forma perversa na sociedade, resultando em exclusão, marginalidade, vulnerabilidade, precariedade e privação para uma grande parcela da população. Os processos que causam essas desigualdades persistem ao longo da história e continuam a se reproduzir constantemente.

O terceiro capítulo, intitulado “Direito à Educação Superior”, abordou as políticas públicas implementadas para consolidar esse direito. Em seguida, explora-se a política de assistência estudantil, fazendo um breve resgate histórico da consolidação das políticas públicas de educação superior no Brasil. Além disso, são discutidos temas relacionados ao acesso e à permanência dos estudantes nas universidades. O quarto capítulo apresentou, de forma geral, o contexto da pesquisa, informando sobre a Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS), incluindo seu histórico, características, missão e perfil dos estudantes. Em seguida, adentrou ao contexto da assistência estudantil promovida pela instituição, com ênfase nos anos de 2014 a 2016, e suas intersecções com o PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil).

Por fim, no último capítulo, como síntese, foram feitas considerações finais sobre o estudo, abordando a finalidade e o objeto da pesquisa. Segundo a autora, o objetivo do trabalho foi contribuir para a construção do conhecimento, analisando os sentidos e significados da assistência estudantil na UFFS e avaliando se ela promove efetivamente o reconhecimento das diferenças e a equidade, sob a percepção dos estudantes.

A dissertação de Lorena Rodrigues Barbosa (2023) intitulada de “Assistência Estudantil como política de permanência e êxito aos alunos cotistas nos cursos técnicos integrados do Instituto Federal do Acre (IFAC)” foi dividida em três capítulos, sendo eles apresentados em formatos de artigo.

A pesquisa destacou que o IFAC está inserido em um estado em que mais de 90% dos discentes do Ensino Médio estão matriculados em escolas da rede pública e que mais de 80% desses alunos se declaram pretos ou pardos. A renda per capita do estado, no ano da pesquisa, era de 888 reais, ou seja, menos de um salário mínimo.

A região socioeconômica em que o IFAC está inserido evidencia a importância de as equipes gestoras desenvolverem ações que não se restrinjam apenas ao aspecto financeiro. Além disso, é fundamental compreender que esses jovens necessitam de apoio pedagógico, cuidados de saúde, participação em atividades culturais, esportivas e eventos científicos, entre outras iniciativas. Segundo o Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010 (Brasil, 2010), tais

medidas visam garantir a permanência dos estudantes, a conclusão de seus cursos e sua plena inserção na sociedade. Sendo assim, a autora menciona a necessidade de inclusão além de recursos financeiros, e propõe que as ações políticas devam contemplar espaços de autonomia e emancipação, de modo a possibilitar aos alunos conhecimento e acesso a documentos que versem sobre a temática, tornando-os cientes das possibilidades que lhes são oferecidas.

O segundo capítulo integrante da dissertação de Barbosa (2023), investiga as taxas de permanência e êxito dos estudantes que ingressaram em 2019 nos cursos do Ensino Médio Integrado no Instituto Federal do Acre, *campus* Rio Branco, que foram beneficiados pelos editais de assistência estudantil referentes aos programas de apoio socioeconômico. O estudo também examina as políticas existentes, sua aplicabilidade e os efeitos relacionados à permanência e ao sucesso dos estudantes, tanto na modalidade de vagas de cotas quanto na ampla concorrência. O terceiro capítulo (*op. cit.*) teve como objetivo identificar como os gestores compreendem o planejamento e execução das políticas de assistência estudantil voltadas para a permanência e êxito de alunos cotistas no IFAC, *campus* Rio Branco. Para tanto realizou entrevistas com questões abertas com oito servidores daquela instituição.

A dissertação de Cesconetto (2023) intitulada de “Educação de jovens e adultos: desafios para o acesso aos programas de assistência estudantil com vistas à efetivação do direito social à educação” tratou, no capítulo 1 de apresentar a pesquisa, seus objetivos e metodologias, assim como um resumo dos capítulos seguintes. No capítulo 2, destacou as contribuições de pesquisadores no campo de estudos sobre trabalho e educação, estabelecendo a relação entre trabalho-educação e a formação do discente omnilateral, reconhecendo a dualidade estrutural imposta pelo capitalismo. Além disso, abordou a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o ensino profissionalizante e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de EJA (PROEJA). No capítulo seguinte, concentrou-se no campo de estudos sobre o Programa de Assistência Estudantil. Explorou-se o conceito de vulnerabilidade socioeconômica e discutiu sobre a inserção do Assistente Social nas redes de ensino superior, bem como as dificuldades enfrentadas por esses profissionais em suas atividades laborais. No capítulo 4, foram evidenciados os procedimentos e os caminhos percorridos do ponto de vista metodológico para a produção de dados da pesquisa. No capítulo seguinte, realizou a exposição dos dados obtidos no questionário, suas análises e os diálogos realizados com os (as) educandos (as) e os gestores (as). Essa interlocução foi feita em conjunto com os referenciais teóricos selecionados na primeira parte. Posteriormente, na segunda etapa, apresentaram-se os movimentos realizados com o Grupo de Discussão (GD) com o intuito de expor os resultados da pesquisa e o protótipo do produto educacional. O objetivo era estabelecer

mais diálogos e escuta acerca do material educativo organizado. O capítulo 6 apresenta o produto educacional.

A dissertação de mestrado de Priscila da Silva Soares (2022) teve como título “Assistência Estudantil no Instituto Federal do Acre: contribuições para uma identidade além dos auxílios financeiros” a pesquisa abordou a temática da Assistência Estudantil e sua oferta pelos Institutos Federais, considerando as ações universais, ou seja, que se estendem ao conjunto do alunado, independente de recortes específicos de gênero, raça, etnia e condição socioeconômica. Questões de vulnerabilidade socioeconômica e a perspectiva de equidade não foram tratadas como princípios norteadores na oferta do atendimento universal aos discentes.

Em Soares (2022) as análises foram apresentadas em três capítulos. O primeiro reconheceu que a evasão e a retenção escolar têm outros determinantes, para além das questões de cunho financeiro, e esses podem variar de acordo com o nível de ensino e repercutir sobre a capacidade de atuação da equipe técnica que opera a política de assistência estudantil, fazendo com que essa atuação seja mais ou menos promissora para colaborar com o sucesso escolar. Em suma, o texto problematiza as possibilidades de atuação da equipe técnica de assistência estudantil nos processos educacionais e na formação omnilateral dos discentes. A autora destacou que cada membro da comunidade escolar desempenha um papel fundamental no processo educacional e que a educação não se limita à sala de aula; ela também ocorre por meio das interações sociais e envolve a aquisição de informações, habilidades e valores relevantes para a vida em sociedade. Além do trabalho dos professores em sala de aula, existem processos educativos essenciais em outros espaços da escola, destacando a contribuição dos educadores não docentes, conhecidos como “funcionários da escola” (Brasil, 2004). Nas universidades e institutos federais, esses profissionais correspondem aos técnicos administrativos em educação. No entanto, ela considera que os demais servidores terceirizados, como os responsáveis pela limpeza, vigilância, portaria, recepção e estagiários que interagem frequentemente com os estudantes, também compartilham a responsabilidade por processos educacionais significativos.

O segundo capítulo da dissertação em comento (Soares, 2022) apresenta um levantamento do número de estudantes e servidores envolvidos na Assistência Estudantil (AE), bem como suas respectivas funções dentro desse setor. Os resultados da pesquisa revelaram que, em uma perspectiva global, há aproximadamente 1 assistente social, 0,68 psicólogos e 0,58 pedagogos para cada mil estudantes. Infelizmente, esse quantitativo de servidores ainda está abaixo da demanda.

O terceiro e último capítulo concentrou-se na atuação da equipe de Assistência Estudantil e nas principais demandas encaminhadas ao setor. Além disso, explorou as contribuições da Assistência Estudantil no processo educacional do Instituto Federal do Acre (IFAC). A pesquisa, realizada de forma semiestruturada, investigou os trabalhos executados pelos servidores, suas formações e perspectivas futuras. Os resultados obtidos estão relacionados a diferentes identidades e oferecem *insights* valiosos para aprimorar os serviços prestados pela Assistência Estudantil (AE).

O artigo científico intitulado “Entre estudar e trabalhar: a Evasão Escolar como problema complexo” (Silva; Barbosa; Batista, 2021) analisou os principais fatores relacionados à evasão escolar no curso de Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Eletrotécnica do Instituto Federal de Rondônia, *campus* Calama entre os anos de 2015 a 2018. O artigo em questão mencionava que em 2012, a questão da evasão escolar na Educação Profissional Técnica (EPT) foi objeto de auditoria pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O TCU emitiu recomendações para que os Institutos Federais (IF) caracterizassem a evasão e adotassem medidas para reduzi-la.

Sendo assim, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), foi criada a Comissão de Permanência e Êxito e foram implementadas ações de suporte pedagógico. Essas ações incluíram atendimento individualizado aos alunos por meio de plantões pedagógicos semanais, reforço escolar e cursos de nivelamento.

A pesquisa demonstrou que no Curso Técnico subsequente em Eletrotécnica do *campus* Calama, a evasão escolar apresentou números elevados, em 2015: dos 40 alunos matriculados, 22 alunos evadiram, ou seja, 55%. No ano seguinte, dos 42 discentes matriculados, 17 alunos evadiram, totalizando uma taxa de evasão de 40.47%. Já no ano de 2017, foram matriculados 30 alunos, sendo que 11 alunos perderam o vínculo com a instituição sem concluir o curso, o que representou uma taxa de evasão: 36.6%. Em 2018, não houve abertura de novas vagas para o curso. Apenas a oferta de disciplinas para alunos já matriculados que haviam sido retidos por nota ou falta.

Os autores mencionaram que na última década testemunhou-se uma rápida expansão da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), sendo crucial ajustar e aprimorar os processos educacionais para identificar e corrigir falhas, reduzindo os fatores que levam os estudantes a abandonar os cursos. Apesar de estar inserida nas complexas relações inerentes ao sistema capitalista, a EPT possui o potencial de contribuir para a ascensão econômica dos alunos. Além disso, ela desempenha um papel fundamental ao auxiliar os estudantes a

desenvolver um pensamento crítico, permitindo-lhes analisar o mundo e as relações de trabalho de forma mais consciente.

Referente aos fatores que levaram os discentes a evadirem, a pesquisa mencionou a falta de inserção desses discentes em projetos de pesquisa e extensão, e em eventos institucionais, o que segundo os autores, levaria ao fortalecimento de vínculos que poderiam atuar como fatores de proteção contra a evasão. Também destacaram a necessidade de ter que escolher entre trabalhar, estudar e “viver”, vulnerabilidade socioeconômica, falta de identificação com a grade curricular, e perspectivas trabalhistas e salariais. Desigualdades e preconceitos de gênero, raça, cor e etnia também foram levantados como fatores de pressão sobre as possibilidades de permanência e êxito escolar. Bem como:

[...] falhas no processo pedagógico (na concepção do curso, na distribuição e escolha do itinerário formativo, nas estratégias de ensino e avaliação), falha no processo de acompanhamento escolar, problemas de infraestrutura (falta de espaços pedagógicos adequados e de materiais e recursos didático-pedagógicos), falta de competência técnica para o trato da diversidade (diversidade de gênero, de etnias e condições de aprendizagem), falta de capacitação e de recursos para o atendimento educacional especializado (gestão das dificuldades e necessidades educacionais especiais), falhas na comunicação e na integração dos discentes ao conjunto de atividades desenvolvidas na escola, falta de um projeto coletivo voltado à construção de identidade e pertencimento à instituição, falta ou falha na política de assistência estudantil, falta de adaptação do estudante à escola (seu funcionamento, rotinas e currículo), (Silva; Barbosa; Batista, 2021).

Esses números refletem os desafios enfrentados pelos estudantes, especialmente aqueles que trabalham e têm apenas o período noturno para dedicar-se aos estudos. É fundamental que as instituições continuem a buscar estratégias para reduzir a evasão e garantir a permanência e o êxito escolar dos alunos no ensino técnico.

Desse modo, os autores enfatizaram que para minimizar o quantitativo de evasão escolar faz-se necessário superar as desigualdades socioeconômicas. Segundo eles, é preciso promover uma educação que seja envolvente, significativa e relevante para os alunos, especialmente para aqueles que chegam à escola desanimados e sem esperança de um futuro melhor. Criar um ambiente escolar que compreenda e valorize as diferenças, garantindo que todos os alunos tenham seus direitos de aprendizagem atendidos. Desenvolver um projeto coletivo que promova a identidade e o senso de pertencimento à instituição. Essas ações combinadas podem contribuir significativamente para reduzir a evasão escolar e criar um ambiente educacional mais inclusivo e eficaz.

O artigo de Imperatori (2021) analisou a trajetória histórica da Assistência Estudantil no Brasil, desde suas origens até a implementação do Programa Nacional de Assistência

Estudantil (PNAES), instituído em 2010. A autora destacou os eventos significativos que contribuíram para a consolidação da assistência estudantil atual, enfatizando as lutas e disputas pelo direito à educação.

Um dos pontos abordados no artigo foi a expansão das universidades no Brasil e o acesso de estudantes mais vulneráveis socioeconomicamente aos cursos superiores. Essa ampliação trouxe consigo a necessidade de políticas públicas voltadas para a permanência e êxito desses discentes vulneráveis socioeconomicamente. Por fim, discorreu sobre o PNAES, criado pela Portaria MEC n.º 39, de 12 de dezembro de 2007, e regido pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Esse programa é resultado de grandes lutas e tem como objetivo democratizar o acesso e a permanência na educação superior para estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial nas instituições federais de ensino superior. Além disso, busca promover a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, reduzindo as taxas de evasão e retenção.

A pesquisa publicada pela Andifes (2011), também mencionada no artigo de Imperatori (2021), mapeou o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras em 2010. Os resultados revelaram que 41% das famílias dos estudantes recebem até três salários mínimos. No entanto, essa distribuição não é uniforme nas diferentes regiões do Brasil. Enquanto no Nordeste e no Norte esse percentual é de 50% e 63%, respectivamente, nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste é de aproximadamente 30%.

O artigo intitulado “Desafios de acesso ao Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal *campus* Cacoal” (Pereira; Moura, 2022) investigou os principais desafios enfrentados por estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia do *campus* Cacoal no acesso ao Programa de Assistência Estudantil da referida instituição. Para tanto, foi realizado um levantamento da trajetória da Assistência Estudantil e da Educação Profissional.

Os autores consideraram como fonte de dados decretos, resoluções e regulamentos concernentes ao tema e a rede federal de ensino, destacando o Decreto 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), as resoluções instituídas pela rede de Educação Profissional e Tecnológica, bem como, o Regulamento do Programa de Assistência Estudantil (REPAE).

Posteriormente, a pesquisa apresentou o quantitativo de discentes que se inscreveram no Programa de Auxílio à Permanência (PROAP) e que tiveram seu processo indeferido. Foram analisados os processos de inscrição indeferidos, a partir dos dados obtidos os autores elaboraram um quadro com os principais fatores de indeferimento e os possíveis motivos a eles

relacionados, estando assim categorizados: Dificuldades de leitura e interpretação do texto dos editais; Dificuldades de acesso à internet/possíveis falhas de conexão e processamento dos arquivos anexados; excessiva formalidade dos editais e linguagem distinta da de uso cotidiano.

Por fim, os autores reforçaram a necessidade de democratizar o acesso ao PROAP, e em face dos desafios demonstrados pelos estudantes do *campus* Cacoal elaboraram as seguintes medidas: (1) formular os editais futuros de modo a concatenar as características linguísticas e discursivas que lhes são próprias, e que são orientadas pelos manuais de redação oficial, com a língua viva, efetivamente empregada nos atos comunicativos dos estudantes, evitando as impessoalidades e formalidades excessivas; (2) a disponibilização de laboratórios de informática, para que os estudantes que não possuem internet em casa, ou não disponham de conexão de boa qualidade possam efetuar suas inscrições; (3) publicação de glossário, anexo aos editais, com as categorias-chave para a compreensão desses editais; (4) publicação de tutorial em vídeo, com orientações sobre as condições requeridas para a inscrição, acesso ao sistema de inscrição e documentos que devem ser anexados; (5) oferta de oficinas que trabalhem a formação de leitores a partir do estudo e interação com os diversos gêneros textuais.

A pesquisa intitulada “A política de assistência estudantil no Instituto Federal de Rondônia (IFRO) durante a pandemia de Covid-19 no ano de 2020” (Barbosa; Santos; Melo; Mendonça, 2021) teve como objetivo geral analisar as políticas de assistência estudantil executadas pelo IFRO – *campus* Porto Velho Calama, no ano de 2020. Quanto aos objetivos específicos, foi avaliado (1) se houve aumento de investimentos e de distribuição de recursos para a assistência em função da pandemia de COVID-19; (2) se o programa foi desenvolvido de maneira articulada às atividades de ensino, pesquisa e extensão; (3) se, em 2020, houve redução dos índices de retenção e evasão escolar/acadêmica em relação ao ano de 2019.

Os autores mencionaram que durante a pandemia, houve uma reorientação das políticas de assistência estudantil. Algumas iniciativas que estavam em vigor em 2019 foram descontinuadas, enquanto outras foram implementadas em 2020, dentre as ações implementadas em 2020 destacaram-se o Auxílio Inclusão Digital, o Auxílio Aquisição de Equipamento de Informática, o fornecimento de Uniforme Escolar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o projeto Alunos Conectados (que envolveu a distribuição de chips de internet).

Os resultados da pesquisa demonstraram que, em 2020, o *campus* Calama investiu R\$: 1.140.826,93 - o que representa 43,38% a mais que em 2019, ano em que o valor investido foi de R\$: 795.625,00. Esse aumento contribuiu para a permanência e êxito de 1.013 alunos, diretamente beneficiados pelas ações de assistência estudantil na unidade.

Dentre as limitações relacionadas à Política de Assistência Estudantil, os pesquisadores destacaram a necessidade de alinhamento entre a assistência estudantil e as atividades de pesquisa e extensão, uma vez que a implementação do PNAES tem se concentrado principalmente no âmbito do ensino.

No que concerne aos índices de retenção e evasão escolar em 2020, a pesquisa demonstrou que nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, foram beneficiados, com as ações da assistência estudantil, 435 discentes, e que 81,61% desses estudantes obtiveram êxito em sua vida acadêmica, no referido ano. Nos Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio, foram contemplados 59 alunos, e 85,19% desses discentes tiveram êxito nos estudos, no ano de 2020. A assistência estudantil contemplou 105 estudantes da Graduação, e do total de discentes contemplados, 92,38% tiveram êxito em sua vida acadêmica, no ano de 2020.

Nas considerações finais, os pesquisadores enfatizaram que a política de assistência estudantil desempenhou um papel crucial na permanência e sucesso dos estudantes. Dos 594 estudantes beneficiados com auxílios, 498 obtiveram aprovação, enquanto apenas 96 ficaram retidos ou evadiram. Concluíram o artigo afirmando que a implementação do PNAES desempenhou uma função social relevante, ampliando as condições de acesso, permanência e êxito dos estudantes que, de outra forma, não teriam a oportunidade de receber formação profissional. Isso, por sua vez, amplia os horizontes da cidadania e reduz as vulnerabilidades sociais mais prementes, trazendo benefícios tanto para o indivíduo quanto para a sociedade.

Os estudos analisados acima abordam o impacto das políticas públicas na Educação e na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, destacando sua evolução histórica e os desafios enfrentados.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem sido um tema amplamente debatido na literatura acadêmica, com foco nas políticas públicas, nos modelos de ensino e nos desafios enfrentados pelos estudantes e instituições. Esta síntese apresenta os principais achados das dissertações e artigos analisados, destacando convergências e divergências entre as abordagens.

Os pontos de convergência indicam a importância da EPT para o desenvolvimento socioeconômico, representando-a como fator capaz de favorecer a inclusão social e a formação de profissionais qualificados para o mundo do trabalho. Também se destaca como ponto de convergência entre os textos o reconhecimento das dificuldades relativas à promoção dessas políticas, devido a fatores como falta de investimento adequado, infraestrutura limitada e a necessidade de maior integração entre educação e setor produtivo. Além disso, foram apresentados os perfis dos Estudantes da EPT, no mais, as referências bibliográficas até aqui pontuadas demonstram consenso de que a maioria dos estudantes da EPT provém das camadas

socioeconômicas menos favorecidas, o que demanda políticas de assistência estudantil que assegurem sua permanência e êxito.

No que concerne aos pontos de divergências percebidos nos estudos analisados pode-se destacar o modelo de Ensino e Currículo, pois enquanto alguns autores defendem uma formação mais generalista, com competências transversais para diversas áreas, outros argumentam que o currículo deve ser mais especializado e adaptado às demandas e contextos regionais e dos setores produtivos. Desse modo, na literatura analisado foram encontrados estudos que defendem que a aproximação entre as instituições de ensino e empresas deve ser reforçada por meio de estágios e parcerias, enquanto outros alertam para o risco de mercantilização da educação, na medida em que se priorizam os interesses privados em detrimento da formação crítica dos alunos.

As divergências apontadas demonstram a necessidade de um debate amplo e participativo para garantir que as políticas implementadas atendam de modo eficiente às demandas estudantis.

A pesquisa documental, por sua vez, foi procedida mediante pesquisa nos sites oficiais do IFRO, do Ministério da Educação e do Congresso Nacional, de onde se extraiu leis, decretos e outras normativas concernentes à política de assistência estudantil.

Os documentos triados foram organizados em duas séries distintas: uma de documentos de abrangência nacional, e uma de abrangência institucional (do IFRO). Dentre as principais fontes de documentos de abrangência nacional analisados constam:

QUADRO 1 -DOCUMENTOS DE ABRANGÊNCIA NACIONAL

Série 1 – documentos de abrangência nacional		
Fonte	Autor	Do que trata
Constituição da República Federativa do Brasil De 1988	Congresso Nacional	Constituição da República Federativa do Brasil De 1988
Lei Federal N.º 8. 069, de 13 de julho de 1990	Congresso Nacional	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
Lei N.º 9.394, de 20 de Dezembro De 1996	Congresso Nacional	Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
Portaria Normativa N.º 39, de 12 de Dezembro De 2007	Ministério da Educação	Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.
Lei N.º 11.892, de 29 de Dezembro De 2008.	Congresso Nacional	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de

		Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.
Decreto N.º 7.234, de 19 de julho de 2010	Ministério da Educação	Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

Fonte: Souza (2023).

Dentre as principais fontes de abrangência institucional analisadas nesta pesquisa, relacionamos as seguintes

QUADRO 2 - DOCUMENTOS DE ABRANGÊNCIA INSTITUCIONAL

Série 2 – documentos de abrangência institucional		
Fonte	Autor	Do que trata
Resolução N.º 23/Reit - Consup/Ifro, de 26 de Março de 2018	Instituto Federal de Rondônia	Dispõe sobre a aprovação do Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.
Resolução N.º 26/Reit - Consup/Ifro, de 04 de Abril de 2018	Instituto Federal de Rondônia	Dispõe sobre a aprovação do PAPE - Política de Acesso, Permanência e Êxito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.
Instrução Normativa 3/2023/Reit- Cgab/Reit	Instituto Federal de Rondônia	Estabelece os valores de auxílios para participação de estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) em eventos.
Instrução Normativa 3/2023/Reit - Proen/Reit	Instituto Federal de Rondônia	Dispõe sobre os valores dos auxílios estudantis aplicados nos Programas de Assistência Estudantil do IFRO.
Instrução Normativa 2/2021/REIT - CGAB/REIT	Instituto Federal de Rondônia	Dispõe sobre o atendimento e assistência aos estudantes da modalidade de ensino a distância (EaD).
Edital N.º 9/2023/Gjm - Cgab/Ifro, de 28 de fevereiro de 2023	Instituto Federal de Rondônia	Concessão de auxílio financeiro através do Programa de Concessão de Auxílio à Permanência – PROAP, destinado aos

		estudantes matriculados regularmente nos cursos técnicos de nível médio e graduação no âmbito do <i>campus</i> Guajará-Mirim, que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
Edital N.º 1/2023/Vilh - Cgab/Ifro, de 07 de Fevereiro De 2023	Instituto Federal de Rondônia	Concessão de auxílio financeiro Através do Programa de Concessão de Auxílio à Permanência – PROAP destinado aos estudantes regularmente matriculados no (s) curso (s) técnicos de nível médio Subsequente e graduação do IFRO em condições de vulnerabilidade socioeconômica.
Edital N.º 4/2023/Smg - Cgab/Ifro, de 31 de março De 2023	Instituto Federal de Rondônia	Dispõe sobre a organização e regulamentação dos Programas de Assistência Estudantil, vinculados às ações preconizadas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Edital N.º 6/2023/Jaru - Cgab/Ifro, de 08 de fevereiro de 2023	Instituto Federal de Rondônia	Concessão de auxílio financeiro através do Programa de Auxílio à Permanência - PROAP na modalidade lista de espera, destinado exclusivamente aos estudantes socioeconomicamente vulneráveis do IFRO <i>campus</i> Jaru.
Edital N.º 3/2023/Cac - Cgab/Ifro, De 10 De Fevereiro De 2023	Instituto Federal de Rondônia	Concessão de auxílio financeiro através do Programa de Auxílio à Permanência – PROAP e Programa de Concessão ao Auxílio Moradia – PROMORE, destinado aos estudantes regularmente matriculados nos cursos Técnicos Integrados ao

		Ensino Médio, Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio e Graduações do <i>campus</i> Cacoal em condições de vulnerabilidade socioeconômica.
Edital N.º 11/2023/Jipa - Cgab/Ifro, De 13 De Fevereiro De 2023	Instituto Federal de Rondônia	Concessão de auxílio financeiro através do Programa de Concessão de Auxílio à Permanência – PROAP.
Edital N.º 3/2023/Pvzn - Cgab/Ifro, de 16 de fevereiro de 2023	Instituto Federal de Rondônia	Concessão de auxílio financeiro por meio do Programa de Auxílio à Permanência – PROAP, destinado aos estudantes socioeconomicamente vulneráveis, devidamente matriculados no IFRO – <i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte.
Edital N.º 2/2023/Ari - Cgab/Ifro, de 25 de janeiro de 2023	Ministério da educação	Seleção de vagas para o Programa Auxílio Permanência - PROAP, para o ano de 2023, na localidade sede do <i>campus</i> , de acordo com suas normas e instruções.
Edital N.º 6/2023/Col - Cgab/Ifro, de 13 de fevereiro de 2023	Ministério da educação	Seleção de alunos para a concessão de auxílio financeiro através do Programa de Auxílio à Permanência (PROAP) e o Programa de Auxílio à Moradia (PROMORE) destinados exclusivamente aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Fonte: Souza (2023).

Em síntese, a literatura analisada aponta para a Assistência Estudantil como política que se expressa como mecanismo de justiça social. Nesse sentido, pensar sobre essa política a partir das experiências de uma instituição de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) exige um olhar crítico sobre a função social da escola, reconhecendo-a tanto como espaço de reprodução das desigualdades quanto como potencial instrumento de transformação.

É nesse contexto que a Pedagogia Histórico-Crítica se destaca oferecendo uma base teórica para refletir sobre o papel da escola e as relações que ela produz e catalisa. Fundamentada na dialética histórica expressa no materialismo histórico, essa abordagem busca compreender como as relações sociais são construídas e perpetuadas ao longo do tempo e do espaço. Sob essa perspectiva, a escola, embora reproduza a ordem social vigente, também pode ser um espaço de crítica e reflexão, permitindo o reconhecimento e o enfrentamento das injustiças socioeconômicas, em alinhamento com os objetivos da assistência estudantil.

Alinhando-se a esse horizonte teórico, a dissertação fundamenta-se na articulação entre teoria e prática, ou seja, nas *práxis*, como meio para transformar realidades. Conforme Saviani (2008), a Pedagogia Histórico-Crítica propõe uma prática pedagógica voltada à emancipação da classe trabalhadora, promovendo o acesso ao patrimônio cultural historicamente acumulado e capacitando os sujeitos a agir de forma reflexiva e transformadora diante da ordem social. A *práxis*, nesse contexto, ultrapassa a dimensão do mero agir, assumindo-se como um processo dialético que une ação e reflexão, permitindo uma intervenção consciente e significativa na realidade.

Nesse cenário, a *práxis* emerge como elemento central para o enfrentamento das desigualdades estruturais, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. Ao reconhecer que a escola pode reproduzir condições de exclusão, este projeto propõe utilizá-la como um espaço de resistência e emancipação. Essa perspectiva reflete-se no PROAP, que, ao ser analisado criticamente, demonstra a necessidade de reformulações que superem desafios práticos e estruturais, promovendo maior inclusão e eficiência em suas ações. Mais do que um instrumento de assistência, o PROAP é entendido aqui como uma ferramenta potencial para transformação social, desde que seja capaz de atender plenamente às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade.

O tutorial proposto neste trabalho exemplifica a *práxis* em ação, unindo a análise crítica das dificuldades enfrentadas pelos estudantes à elaboração de estratégias concretas que viabilizem o acesso e a permanência no ambiente escolar. Essa abordagem não apenas corrige falhas administrativas, mas também reflete um compromisso com a democratização do ensino e a garantia de direitos. Assim, a *práxis* torna-se o elo entre a teoria que fundamenta o projeto e as ações que visam transformar a realidade socioeconômica dos discentes.

Portanto, ao situar-se na interface entre a Pedagogia Histórico-Crítica e a *práxis*, esta dissertação reafirma o papel da escola e da assistência estudantil como instrumentos de transformação social. Pois, a educação, é mais do que um espaço de reprodução das condições existentes, ou seja, deve ser um campo de luta, reflexão e ação crítica. Nesse sentido, o PROAP,

quando pensado sob essa ótica, transcende seu caráter assistencialista e torna-se um mecanismo para a emancipação individual e coletiva, promovendo uma educação que combate desigualdades e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Para que a educação exerça plenamente seu papel transformador, é indispensável um conjunto amplo e articulado de políticas públicas voltadas para o enfrentamento das desigualdades sociais. Essas políticas são ferramentas essenciais do Estado para mitigar as adversidades enfrentadas por diferentes grupos sociais. De acordo com Lynn (1980), políticas públicas podem ser entendidas como um conjunto de ações governamentais planejadas para alcançar resultados específicos. Essas iniciativas podem assumir um caráter universal, direcionadas a toda a população sem restrições, ou específico, voltado para atender demandas de segmentos sociais específicos, como mulheres, povos indígenas e pessoas com deficiência.

Muitas das políticas públicas em curso no Brasil visam reduzir as vulnerabilidades socioeconômicas. O conceito de vulnerabilidade aponta para elementos multidimensionais, que se acumulam e se sobrepõem de modo a tornar o indivíduo ou grupo mais suscetível aos riscos e contingências (Brüseke, 2006). Programas de assistência estudantil, quando bem conduzidos, podem ser um diferencial na proteção social de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mostrando-se decisivos para o sucesso escolar.

A resolução n. ° 23/2018 define vulnerabilidade socioeconômica como conjunto de incertezas, inseguranças e riscos, enfrentados quanto à fragilização de vínculos familiares e ao acesso e atendimento às necessidades básicas de bem-estar social, que envolve condições habitacionais, sanitárias, educacionais, de trabalho, de renda e de bens de consumo.

Outra categoria de análise relevante para esta pesquisa refere-se às dificuldades de acesso a mecanismos digitais, sendo fundamentada nas três definições propostas pelos autores mencionados a seguir:

(i) a pessoa não ser proprietária de um computador ou não estar conectada — acesso material; (ii) a pessoa não possuir habilidades digitais, o que seria causado por não apresentar um histórico de uso amigável e suficiente da tecnologia, ou pelo fato de ter uma educação inadequada, além de faltar apoio social — acesso de habilidades; e, por fim, (iii) a pessoa não ter oportunidades significativas de uso da tecnologia — acesso de uso (Van Dijk; Hacker, 2003, p. 320).

Sendo assim, a investigação sobre a relação dos estudantes com as tecnologias digitais apresenta desafios que se estendem além da simples disponibilidade de equipamentos e conexão à internet.

A ausência de dispositivos adequados ou conexão estável à internet é uma das faces mais visíveis da exclusão digital. Estudantes que não possuem computadores, *tablets* ou

smartphones frequentemente recorrem a equipamentos compartilhados ou desatualizados, limitando seu acesso a conteúdos digitais. Além disso, a falta de conexão confiável agrava essa situação, dificultando desde o acompanhamento de aulas online até a participação em atividades extracurriculares. No contexto da assistência estudantil, a ausência de acesso material impede que muitos estudantes completem as inscrições, enviem documentos digitalizados ou acompanhem os resultados, o que acarreta em exclusão do processo.

Muitos estudantes, especialmente os provenientes de comunidades socioeconomicamente vulneráveis, têm pouca ou nenhuma experiência com o uso de ferramentas tecnológicas. A falta de um histórico amigável com a tecnologia, combinada com uma educação básica que não prioriza a inclusão digital, limita suas habilidades para navegar em plataformas online, manipular documentos ou compreender interfaces complexas.

A ausência de apoio social, como tutoriais ou orientações práticas, intensifica essa dificuldade, deixando os estudantes ainda mais afastados dos recursos digitais necessários para seu desenvolvimento acadêmico.

Por fim, a ausência de oportunidades significativas de uso da tecnologia impede que os estudantes aproveitem plenamente os benefícios digitais. Mesmo aqueles que possuem dispositivos e habilidades básicas frequentemente enfrentam limitações quanto ao propósito e à aplicação da tecnologia. Plataformas educacionais que não são intuitivas, editais com a linguagem técnica e a falta de suporte institucional tornam a interação com a tecnologia algo desafiador e desmotivador, reduzindo seu potencial de inclusão.

Essas dificuldades de acesso às tecnologias digitais não são apenas técnicas; elas refletem desigualdades estruturais que perpetuam a exclusão social e acadêmica. Estudantes que enfrentam essas barreiras têm menor probabilidade de aproveitar oportunidades educacionais, acessar programas de auxílio, e se beneficiar de iniciativas digitais. Isso gera um ciclo de exclusão que reforça as desigualdades já existentes.

SEÇÃO II: METODOLOGIA

O estudo proposto foi conduzido com base no método do estudo de caso. Estudo de caso, segundo Yin (2001) é um tipo de investigação empírica que analisa um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da realidade, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. O estudo de caso que foi realizado é de perfil descritivo e apresenta objetivos explicativos.

O recorte empírico de desenvolvimento desta pesquisa foi o Instituto Federal de Rondônia, e as fontes de dados que foram utilizadas são:

- Documentos oficiais de abrangência nacional, dentre as quais, leis e decretos vigentes acerca da assistência estudantil;
- Documentos oficiais de abrangência institucional, dentre as quais resoluções e editais que regulamentam e orientam a política de assistência estudantil;
- Bibliografias que analisaram a política de assistência estudantil do IFRO, a saber: dissertações de mestrado, livros e artigos científicos;
- Questionário eletrônico (*survey*) aplicado junto a estudantes dos 10 *Campi* do Instituto Federal de Rondônia.

O acesso aos documentos oficiais foi realizado por meio de pesquisa na internet nos sites oficiais do IFRO, do Ministério da Educação e do Congresso Nacional.

O acesso às obras bibliográficas foi realizado a partir de pesquisa no repositório institucional do IFRO e no Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES.

O *survey* contemplou questões abertas e fechadas e foi enviado, mediante cópia oculta, ao e-mail de todos os estudantes do IFRO que tiveram inscrições indeferidas nos editais do Programa de Auxílio à Permanência dos Institutos Federais de Rondônia, no primeiro semestre de 2023.

O acesso aos e-mails dos estudantes que tiveram inscrição indeferida no PROAP foi feito por meio do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP). A abordagem aos estudantes foi realizada, em todos os casos, de maneira indireta, via correio eletrônico. Foram realizadas 04 abordagens:

QUADRO 3 - ABORDAGEM AOS DISCENTES

Abordagem	Objetivo	Meio
1ª	Convidar para reunião de apresentação do projeto de pesquisa	Correio eletrônico

2 ^a	Coletar os dados para a pesquisa (envio do <i>survey</i> e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido)	Correio eletrônico
3 ^a	Enviar protótipo do produto educacional para avaliação e validação	Correio eletrônico
4 ^a	Devolutiva acerca dos resultados da pesquisa (envio da versão final da dissertação de mestrado e do produto educacional)	Correio eletrônico

Fonte: Souza (2024).

Antes de iniciar a pesquisa, os possíveis participantes foram convidados a participar de uma reunião de apresentação do projeto, a qual ocorreu via plataforma *Google Meets*. Nessa reunião foi esclarecido os objetivos e metodologia e foi realizado o convite aos presentes para colaborarem com a pesquisa.

O *survey* foi aplicado, a título de pré-teste, a 05 estudantes do *campus* Guajará-Mirim e não precisou passar por ajustes. Em seguida, foi enviado via correio eletrônico aos demais estudantes que se enquadram nos critérios de inclusão desta pesquisa.

Para seleção dos participantes da pesquisa foram utilizados os seguintes critérios de inclusão e de exclusão:

Critérios de inclusão

Participaram desta pesquisa estudantes do Instituto Federal de Rondônia maiores de idade, e que participaram do edital do Programa de Auxílio à Permanência do IFRO no primeiro semestre de 2023 e que tenham tido inscrição indeferida.

Critérios de exclusão

Foram excluídos desta pesquisa todos os indivíduos que não sejam estudantes do IFRO. Estudantes do IFRO que não participaram do edital do PROAP no primeiro semestre de 2023. Acadêmicos do IFRO que, no momento da aplicação do questionário, ainda eram menores de idade e os discentes do IFRO com inscrições deferidas no programa.

A definição de tais critérios se justifica em razão dos objetivos estabelecidos no projeto de pesquisa e do recorte temático acerca do PROAP, uma vez que a limitação de tempo tornaria inviável um estudo aprofundado sobre os diversos programas e editais executados pelo IFRO.

Tratamento e análise dos dados

Os documentos oficiais, assim como as obras bibliográficas, foram organizados em séries temporais, e em seguida, foram lidos e fichados em editor eletrônico de texto.

Os dados do *survey* foram tabulados e tratados à luz da estatística descritiva. Destaca-se que não foram coletadas informações pessoais dos estudantes, tais como nome, endereço, telefone, idade e gênero, mas solicitou-se informações sobre o *campus* onde estudavam, o curso e a série escolar. Os dados foram tratados de modo agregado, assegurando o sigilo das fontes.

As análises foram elaboradas à luz de literaturas pertinentes ao tema e para comunicação visual dos dados, foram utilizados recursos da estatística descritiva, como nuvem de palavras, gráficos e tabelas, gerados com o suporte do *software XLSTAT 2020*.

Referente aos resultados do quantitativo de discentes inscritos, e de inscrições deferidas e indeferidas obtivemos os seguintes resultados:

No *Campus* de Guajará-Mirim, foram inscritos 239 candidatos, dos quais 184 tiveram suas inscrições deferidas e 55 indeferidas. Desses indeferidos, 29 eram maiores de idade. No *Campus* de Vilhena, houve 72 inscritos, com 61 deferidos e 11 indeferidos, sendo todos os 11 maiores de idade. Em São Miguel do Guaporé, foram registrados 39 inscritos, dos quais 38 tiveram as inscrições deferidas e apenas 1 foi indeferido, que também era maior de idade. Para Porto Velho/Calama, o total de inscritos foi 577, com 437 deferidos e 140 indeferidos, sendo 72 maiores de idade. Em Jaru, foram 154 inscritos, dos quais 131 tiveram inscrições deferidas e 23 indeferidas. Entre os indeferidos, 11 eram maiores de idade. No *Campus* de Cacoal, o número de inscritos chegou a 327, com 186 deferidos e 141 indeferidos. Desses indeferidos, 62 eram maiores de idade. Ji-Paraná teve 302 inscritos, com 219 inscrições deferidas e 83 indeferidas. Entre os indeferidos, 30 eram maiores de idade. No *Campus* de Porto Velho/Zona Norte, foram registrados 280 inscritos, dos quais 217 tiveram inscrições deferidas e 63 indeferidas. Desses, 56 eram maiores de idade. Em Ariquemes, houve 335 inscritos, com 252 deferidos e 83 indeferidos. Entre os indeferidos, 33 eram maiores de idade. Por fim, no *Campus* de Colorado, foram 290 inscritos, com 174 deferidos e 116 indeferidos, dos quais 90 eram maiores de idade.

No total, foram contabilizados 2.615 inscritos, dos quais 1.899 tiveram suas inscrições deferidas e 716 foram indeferidas. Dentre os indeferidos, 395 eram maior de idade e foram convidados a participar da pesquisa aqui apresentada, no entanto, apenas 56 aceitaram o convite.

Desenvolvimento do produto educacional

A metodologia aplicada ao desenvolvimento, validação e transferência do produto educacional foi estruturada em etapas específicas e complementares: (1) levantamento de

referenciais similares, visando identificar práticas consolidadas e alinhadas ao objetivo proposto; (2) criação de um protótipo, fundamentado nas informações obtidas na etapa anterior; (3) realização de testes para avaliar o desempenho e coletar sugestões de aprimoramento do protótipo; (4) produção do produto final; e (5) implementação e transferência do produto para o IFRO. Maiores detalhamentos e fluxograma estão presentes no produto, que segue em anexo a esta dissertação.

O levantamento de referenciais similares foi conduzido por meio de uma pesquisa detalhada em bases eletrônicas como a *SciELO (Scientific Electronic Library Online)*, a Periódicos CAPES, e a *Google Scholar*, buscando identificar publicações acadêmicas e produtos educacionais relevantes. Além disso, o repositório institucional EDUCAPES foi explorado como fonte especializada na divulgação de materiais educacionais desenvolvidos no âmbito acadêmico. Essa abordagem teve como propósito mapear exemplos alinhados ao objetivo da pesquisa.

A partir da análise de referenciais similares, foi desenvolvida uma versão inicial do produto, configurando-se como um protótipo. Esse protótipo foi submetido à avaliação pelos participantes da pesquisa, não houve devolutiva, o que talvez possa ser explicado por 2024 ter sido um atípico: um ano de greve nacional, e reorganizações do calendário escolar e sobrecarga de atividades. Como a avaliação do protótipo pelos usuários era um compromisso desta pesquisa, buscamos outros colaboradores para a validação: estudantes dos grupos de pesquisa Núcleo de Estudos Históricos e Literários (NEHLI/IFRO) e Grupo de Pesquisa em Soluções Tecnológicas (GOTEC), que são beneficiários da política de assistência estudantil do IFRO, e professores que atuam nos referidos grupos. A escolha por esses atores se deu em razão da facilidade de acesso e pronta disponibilidade em colaborar.

A avaliação considerou os aspectos: forma e conteúdo, possibilitando a livre dissertação sobre os pontos que consideraram necessitar de melhorias.

Com base nessa validação inicial, foi elaborada a versão final do produto, que foi novamente enviada aos e-mails dos colaboradores iniciais (os estudantes que participaram da pesquisa) e dos colaboradores adicionais (estudantes e pesquisadores dos dois grupos de pesquisa). A versão validada foi transferida à Pró-Reitoria de Ensino do IFRO.

SEÇÃO III: NOTAS ACERCA DA HISTÓRIA DO IFRO

A história do Instituto Federal de Rondônia vincula-se à história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, da qual ele faz parte. Sua trajetória, nesses primeiros 15 anos tem sido marcada por desafios e esperança. No plano nacional, esses desafios relacionam-se ao fortalecimento da democracia e da ciência, a ampliação da inclusão social e a retomada do crescimento econômico. No plano interno (o plano da própria instituição), disputas de interesse e de ideologias contrastantes e limitações materiais configuram uma cultura institucional peculiar, que se equilibra entre conservação e renovação, organizando seus espaços educacionais e suas dinâmicas de trabalho de modo a atender às normativas nacionais e a conciliar os interesses internos, de modo a construir uma atmosfera confortável ao trabalho de todos e ao próprio desenvolvimento institucional. Alcançada a estabilidade, a instituição avança no diálogo interinstitucional, estreitando os vínculos entre sociedade civil e sociedade política em vista da necessidade de colaborar com a agendas nacional de promoção da cidadania.

O IFRO, assim como os demais Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) representa uma das mais importantes iniciativas voltadas à democratização do acesso à Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Criados pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, durante um período de gestão progressista no governo federal, os IFs surgiram da integração de diversas instituições, como Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets). O objetivo dessa política era ampliar e interiorizar a oferta de cursos técnicos e superiores em todo o território nacional, promovendo inclusão social e desenvolvimento regional (Brasil, 2008).

Desde sua criação, a Rede Federal passou por uma expansão significativa. Entre 2005 e 2016, período também marcado por políticas educacionais progressistas voltadas à ampliação do acesso ao ensino público, foram criados 422 *Campi*, consolidando uma das redes de educação profissional mais capilarizadas do mundo (Governo Federal, 2024). Em 2023, a Rede Federal contava com 34 Institutos Federais, dois Cefets e o Colégio Pedro II, totalizando mais de 680 unidades distribuídas por todo o Brasil e atendendo a mais de 1,5 milhão de estudantes (Agência Brasil, 2023). Essa estrutura oferece cursos que abrangem o Ensino Médio Integrado ao Técnico, cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, além de cursos de Formação Inicial e Continuada (cursos FIC) – que são cursos de qualificação profissional de curta duração. As ações formativas ofertadas assentam-se sobre o tripé ensino, pesquisa e extensão

(Souza; Ferreira, 2022) e visam contribuir para a superação da dualidade estrutural que assinala a educação pública no Brasil.

Em 2024, o governo federal anunciou a criação de 100 novos *Campi* dos Institutos Federais, com previsão de inauguração até 2026. Essa expansão, financiada pelo Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), prevê um investimento total de R\$3,9 bilhões. Desse montante, R\$ 2,5 bilhões serão destinados à construção dos novos *Campi*, e R\$ 1,4 bilhão serão direcionados à consolidação de unidades já existentes, abrangendo obras para refeitórios, ginásios, bibliotecas, salas de aula e aquisição de equipamentos (Governo Federal, 2024).

O Ministério da Educação (2024) destacou que a expansão priorizará regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica, reafirmando o papel dos Institutos Federais na promoção da inclusão educacional e no combate às desigualdades regionais. Essa estratégia reforça a capacidade dos IFs de articular ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo a inovação e a transferência de tecnologia. Como ressalta Santos (2021), os IFs não são apenas instrumentos de formação acadêmica, mas também de transformação social, oferecendo oportunidades educacionais e profissionais a estudantes de diferentes contextos socioeconômicos.

Os Institutos Federais desempenham um papel estratégico no desenvolvimento regional, promovendo inclusão social e formando mão de obra qualificada. Como destacam Andrade e Oliveira (2019), essas instituições não apenas oferecem educação pública, gratuita e de qualidade, mas também criam soluções inovadoras para problemas locais por meio da pesquisa aplicada e da extensão, contribuindo para o avanço econômico e social das regiões onde atuam.

A Educação Profissional e Tecnológica ofertada pelo Instituto Federal de Rondônia (IFRO) tem como destaque o Ensino Médio Integrado ao Técnico, que desempenha um papel central na formação de trabalhadores qualificados, articulando conhecimento gerais e específicos, teoria e prática. Essa proposta dialoga com as reflexões de Acácia Kuenzer sobre o impacto das mudanças no mundo do trabalho e as implicações para a formação educacional no regime de acumulação flexível. Segundo Kuenzer (2006), a educação profissional no capitalismo enfrenta o desafio de superar a dualidade estrutural, que separa o trabalho manual do intelectual, perpetuando desigualdades sociais e educacionais. Para tanto, busca-se construir uma formação que se aproxima do ideal de omnilateralidade – uma educação que busca integrar os diversos aspectos da formação humana – intelectual, técnico e social (Ciavatta, 2024). Essa proposta formativa, embora desejável, enfrenta limites impostos pelo sistema capitalista, que prioriza uma formação utilitarista voltada às demandas imediatas do mercado de trabalho, e em face de tais limites e pressões as instituições de ensino veem-se coagidas a reduzir conteúdos

curriculares importantes, desviar o foco do que é principal, para elementos que são secundários, e acabam por oferecer uma formação fragmentada.

Imersos neste contexto de pressões externa, como instituição socialmente determinada, o IFRO enfrenta também, em seu âmbito próprio, disputas de interesses que afetam suas dinâmicas de organização externa e de posicionamento perante a sociedade. No IFRO, a tentativa de integrar educação básica e formação técnica reflete um esforço para mitigar os efeitos dessa dualidade e promover formação humana omnilateral. Apesar disso, os desafios estruturais são evidentes. A precariedade de recursos, os recorrentes bloqueio e corte orçamentários, e a influência de políticas neoliberais comprometem a permanência estudantil e a qualidade da formação. Como apontam Kuenzer e Grabowski (2006), a gestão da educação profissional precisa ser integrada à Educação Nacional para evitar a marginalização dos trabalhadores e garantir a formação emancipatória.

Os docentes desempenham um papel estratégico nesse modelo educacional. A proposta curricular exige que os professores integrem ensino, pesquisa e extensão, rompendo com uma visão disciplinar fragmentada. Segundo Moura (2008), a formação de professores deve ir além de uma abordagem técnica e bancária, promovendo práticas pedagógicas que dialoguem com as demandas sociais e regionais, fomentando a autonomia dos estudantes. Para Ciavatta (2014), os docentes têm a responsabilidade de articular o conhecimento técnico com os aspectos humanísticos, contribuindo para a formação integral do indivíduo.

Outro aspecto central é a assistência estudantil. Embora os Institutos Federais ofereçam programas voltados à promoção da permanência e êxito acadêmico, especialmente de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, muitas vezes esses programas são insuficientes ou burocraticamente inacessíveis. Editais complexos, linguagem técnica pouco acessível e exigências documentais excessivas se tornam barreiras para os discentes que mais precisam de suporte. Essa limitação, conforme apontam Frigotto e Ciavatta (2007), reflete a influência do modelo neoliberal, que instrumentaliza a educação para atender às demandas do mercado, relegando a segundo plano a formação integral dos estudantes.

Apesar dos desafios, os Institutos Federais apresentam avanços significativos. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão é destacada como um diferencial, permitindo a construção de projetos voltados ao desenvolvimento local e regional. Essa abordagem, segundo Kuenzer e Grabowski (2006), promove uma formação crítica e cidadã, capaz de fortalecer a autonomia dos estudantes e capacitá-los para intervir nas relações sociais e produtivas. No entanto, os desafios estruturais, como a falta de financiamento adequado e a fragmentação das políticas educacionais, ainda comprometem o potencial transformador desse modelo.

A lógica de flexibilização curricular, influenciada por pressões do mercado e políticas neoliberais, reforça a formação superficial e fragmentada. Ciavatta (2006) alerta que, enquanto o sistema capitalista priorizar a eficiência produtiva em detrimento da formação integral, o ensino omnilateral continuará sendo uma utopia distante. Para superar essa contradição, é necessário consolidar políticas educacionais que promovam a integração curricular e garantam condições estruturais adequadas para a implementação plena da proposta educacional.

Os Institutos Federais, incluindo o IFRO, representam uma iniciativa promissora para a democratização da educação profissional no Brasil, com potencial para oferecer uma formação integrada e inclusiva. Contudo é imprescindível resistir às pressões capitalistas e neoliberais que tentam moldar a educação às demandas imediatas do mercado. A consolidação desse modelo requer um fortalecimento das políticas de assistência estudantil, investimentos consistentes e currículos que promovam o desenvolvimento integral dos estudantes. Somente assim será possível formar cidadãos críticos, capazes de intervir na sociedade e superar as desigualdades impostas pelo contexto capitalista (Kuenzer, 2007; Ciavatta, 2006; Frigotto e Ciavatta, 2007).

No transcorrer desses primeiros 15 anos de sua história o IFRO se mostra como instituição consolidada e comprometida com a oferta de uma educação de qualidade, que se empenha em integrar trabalho, ciência e cultura de modo a consolidar uma formação abrangente e crítica de seu alunado. Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional vigente, a instituição afirma o compromisso com os seguintes valores: ética, transparência, comprometimento, equidade, democracia, respeito, efetividade e inclusão. Estima-se que a execução de sua política de assistência estudantil, se efetivamente integrada às ações de ensino, pesquisa e extensão poderão contribuir de modo decisivo para a inclusão, permanência e êxito dos estudantes mais vulneráveis, assim como poderão colaborar com o alcance de seus objetivos institucionais e com seu reconhecimento perante a sociedade rondoniense.

Em seus esforços pedagógicos, o IFRO tem criado espaços e dispositivos institucionais voltados à inclusão e à equidade de oportunidades aos estudantes, como salas de recursos especiais, os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, e programas de assistência estudantil que têm como parâmetro as diretrizes nacionais acerca da matéria. Pode-se afirmar, portanto, que a instituição tem se organizado de modo diligente para o cumprimento da legislação que rege a matéria.

No escopo de suas ações de transferência monetária aos estudantes, há, contudo, pontos de “excesso” e de “falta” que demandam ajustes urgentes para a plena conformidade legal, a exemplo do fato de a instituição contemplar estudantes de cursos de Educação a Distância com

auxílios da assistência estudantil – situação que excede tanto o previsto no Art. 3º do Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010: “Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação **presencial** das instituições federais de ensino superior.”, quanto no parágrafo primeiro do Artigo 1 da Lei nº. 14.914, de 3 de julho de 2024:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal e de conclusão dos respectivos cursos.

§ 1º A PNAES será implementada de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições federais de ensino superior e das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, com vistas ao atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos superiores **presenciais de graduação** e em **cursos presenciais de educação profissional técnica de nível médio**.

Como elemento de falta, destaca-se, ainda o baixo engajamento institucional no provimento de recursos assistenciais aos estudantes de mestrado e doutorado – público habilitado pela Lei nº. 14.914, de 3 de julho de 2024 para receber recursos da assistência estudantil em caso de disponibilidade orçamentária. É recomendado à instituição maior empenho para atender também aos estudantes da pós-graduação *stricto sensu*, e assim como a instituição tem buscado recursos externos (extraorçamentários) para complementar a alimentação escolar e atender a outros projetos, ela pode também envidar esforços na direção de ampliar as condições de permanência e êxitos dos acadêmicos da pós-graduação.

A correção das faltas e excessos e o aperfeiçoamento de sua política de assistência estudantil, com um acompanhamento pedagógico mais próximo e maior aderência a projetos sistemáticos de ensino, pesquisa e extensão figuram como elementos promissores para que o IFRO se firme cada vez mais no cenário regional como instituição comprometida com a educação e a transformação social.

SEÇÃO IV: RESULTADOS DO PROAP NO IFRO

O PROAP – Programa de Auxílio à Permanência é o principal programa da política de assistência estudantil, seja em volume de recursos disponibilizados, seja em quantidade de estudantes atendidos. Esse programa compreende a transferência de recursos financeiros a estudantes de cursos presenciais (embora estudantes de cursos EAD também estejam recebendo – situação já apontada no tópico anterior) que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. É um programa muito relevante, que contribui para a permanência e êxito dos estudantes e para a efetivação do direito à Educação.

Do ponto de vista de sua operacionalização, o PROAP é executado por todos os *Campi* do IFRO, mediante editais públicos que selecionam os beneficiários segundo os critérios definidos em cada edital.

A análise dos 10 editais publicados no primeiro semestre de 2023 possibilitou-nos compreender como cada *campus* se organizou para ofertar esse auxílio no respectivo ano, bem como inferir a eficácia desses instrumentos no que se refere à ¹acessibilidade comunicacional – o que foi feito com base no número de inscrições deferidas e indeferidas, e com o cruzamento das informações emitidas pelos alunos que não foram aprovados por pendência documental ou por não terem compreendido itens específicos do edital.

Constatou-se, a partir das análises, que foram efetuadas 2.615 inscrições, sendo 1.899 casos deferidas e 716 indeferidos. Após tomarmos conhecimento do quantitativo e nomes dos discentes que tiveram suas inscrições indeferidas, solicitamos autorização institucional para acessar a ficha cadastral desses discentes e anotar os e-mails dos que eram maiores de idade na data da consulta (395 no total). Em seguida enviamos, por e-mail, o convite para participarem da pesquisa. Dos 395 discentes convidados, 46 aceitaram colaborar com a pesquisa.

Fatores materiais, como falta de recursos financeiros, acesso limitado à tecnologia, ausência de transporte, alimentação inadequada e moradia precária, exercem impacto direto no desempenho escolar. Esses elementos dificultam a aprendizagem e contribuem para a evasão (Unesco, 2015; Brasil, 2014; Carvalho, 2003; Inep, 2021). Sem condições básicas atendidas, muitos estudantes enfrentam barreiras que os afastam da escola e os obrigam a escolher entre

¹ Essa dimensão da acessibilidade implica na superação das barreiras materiais e simbólicas que impedem ou dificultam a comunicação interpessoal, seja ela presencial ou virtual.

continuar os estudos ou contribuir com a renda familiar. Essa realidade não apenas prejudica a formação acadêmica, mas também perpetua ciclos de exclusão social.

As desigualdades no acesso à renda, bens e serviços, que remontam ao período colonial no Brasil, manifestam-se nos espaços escolares como mecanismos de exclusão e reprodução da violência econômica. Muitos estudantes, incapazes de superar essas barreiras, evadem sem concluir sequer a formação básica e ingressam precocemente no mundo do trabalho, frequentemente em atividades informais e mal remuneradas.

Políticas de assistência estudantil, como o PROAP, desempenham um papel crucial nesse contexto. Elas não apenas estimulam a permanência dos estudantes, mas também promovem um ambiente de desenvolvimento integral, permitindo que os discentes superem as barreiras impostas pela vulnerabilidade socioeconômica.

Revisar os procedimentos relacionados aos editais, assegurando maior clareza, acessibilidade e suporte técnico, é essencial para que estes programas, assim como os demais, cumpram seus objetivos.

A vivência prática revelou a urgência de implementar melhorias nos editais de assistência estudantil. Medidas como a simplificação das exigências documentais, a oferta de orientações mais claras e acessíveis, e a ampliação de suporte técnico e digital, além disso, faz-se necessário efetuar melhorias no sistema utilizado para o processo de inscrição, mediante a redução da pré-inscrição e inscrição em apenas uma única fase, redução do número de abas e automatização dos alunos beneficiários do CADÚNICO, todos esses fatores podem reduzir o quantitativo de indeferimentos e garantir que o PROAP alcance seu objetivo principal: promover a permanência e inclusão dos estudantes mais vulneráveis no ambiente acadêmico. As ausências dessas ações podem criar um cenário de desigualdade, onde o aprendizado deixa de ser um direito universal para se tornar um privilégio restrito àqueles com melhores condições materiais.

Por fim, é fundamental considerar que a falta de recursos básicos compromete diretamente a capacidade do estudante de se concentrar, participar e aproveitar plenamente o processo educativo. Sem o suporte da assistência estudantil, barreiras aparentemente intransponíveis afastam os alunos da escola, perpetuando desigualdades e excluindo aqueles que mais necessitam de apoio. Assim, fortalecer políticas de assistência estudantil é não apenas uma necessidade administrativa, mas um compromisso com a justiça social e a transformação educacional.

<i>Campus</i>	Inscritos	Deferidos	Indeferidos	Indeferidos maiores de idade
Guajará-Mirim	239	184	55	29
Vilhena	72	61	11	11
São Miguel do Guaporé	39	38	1	1
Porto Velho/Calama	577	437	140	72
Jaru	154	131	23	11
Cacoal	327	186	141	62
Ji-Paraná	302	219	83	30
Porto Velho/Zona norte	280	217	63	56
Ariquemes	335	252	83	33
Colorado	290	174	116	90
Total	2.615	1.899	716	395

Fonte: Souza (2024).

Distribuição dos recursos da Assistência Estudantil no IFRO

Conforme estabelecido no Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil (REPAE) e na Instrução Normativa n.º 3/2023/REIT - PROEN/IFRO o valor do Programa de Auxílio à Permanência (PROAP) deverá ser definido pelos *Campi*, desse modo, os *campi* possuem autonomia para distribuir os recursos descentralizados pela assistência estudantil referente ao PROAP. Portanto, cada *campus* estabelece o valor dos auxílios, quantidade de parcelas e o quantitativo de vagas considerando as especificidades regionais e locais, cursos, modalidades, bem como a vulnerabilidade socioeconômica dos discentes, buscando sempre a distribuição dos recursos de modo equitativo.

A documentação básica exigida nos editais é a mesma nos 10 *Campi* pesquisados, mas ressalta-se que os editais preveem que os *campi* podem solicitar documentos complementares.

Os editais disponibilizam dados referentes à quantidade inicial de alunos que serão contemplados pelo auxílio, porém se o *campus* tiver mais recursos o quantitativo de bolsas pode ser expandido para atender aos discentes que ficaram no cadastro reserva de aprovados.

Informamos que foi enviado um e-mail para todas as coordenações de assistência ao educando (CAED), Departamento de Assistência ao Educando (DEPAE) e para as Coordenações de Registros Acadêmicos (CRA), com o objetivo de compreender os critérios utilizados nos editais, quantitativos de matrículas no ano de 2023 e os cursos ofertados. Porém não tivemos retorno de todos os setores.

Nossa pesquisa apresenta o número de discentes inscritos no PROAP em 2023. Nesse período, os recursos do Programa de Auxílio à Permanência foram destinados a estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais técnicos de nível médio e de graduação, com o objetivo de contribuir para despesas relacionadas à alimentação, transporte e outras necessidades que impactam na permanência e conclusão dos cursos. As bolsas do PROAP em 2023 variaram entre R\$ 80,00 e R\$ 450,00, valores que se mostraram insuficientes para cobrir integralmente despesas básicas como transporte e alimentação.

Embora o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tenha como finalidade garantir alimentação escolar e promover a segurança alimentar dos estudantes da rede pública, os valores repassados ao IFRO são insuficientes para atender à demanda. Assim, a maioria dos *Campi* organizam-se com recursos próprios para oferecer lanches nos intervalos e refeições, considerando que muitos estudantes possuem rotina de contraturno, ensino integral ou permanecem na instituição para atividades de ensino, pesquisa, extensão e horários de atendimento e recuperação.

Apesar da Lei de Diretrizes e Base da Educação mencionar que o transporte do ensino médio é dever do Estado, não há a efetiva oferta desse direito para os discentes do IFRO.

Destaca-se, ainda, que o IFRO também atua na oferta de cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*, mas estudantes desse nível de ensino, em 2023, não eram beneficiários de recursos da Assistência Estudantil, nos termos do Decreto N. 7.234, de 19 de julho de 2010, assim como estudantes de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). A Lei Nº. 14.914, de 3 de julho de 2024, que instituiu a política nacional de assistência estudantil, previu já no seu artigo primeiro, a possibilidade de atendimento a estudantes matriculados em programas presenciais de mestrado e de doutorado das Universidade Federais e dos Institutos Federais, sendo este atendimento condicionado à disponibilidade de recursos orçamentários. Assim, há a expectativa que o IFRO reformule suas resoluções acerca da matéria e oriente seu planejamento

de modo a contemplar também estudantes de pós-graduação *stricto sensu* que encontram dificuldades financeiras para permanecer no curso.

Outro aspecto que se estima que será revisto na revisão de seus documentos institucionais é o atendimento a estudantes de graduação da modalidade EAD, situação que tem ocorrido de modo irregular no IFRO, à revelia da Lei 14.914/2024 e do Decreto 7234/2010 e de sua própria Resolução 23/2018, com base em uma instrução normativa frágil.

O PROAP no *Campus* Guajará-Mirim

O *campus* Guajará-Mirim, situa-se no município de Guajará-Mirim, nos limites entre o Brasil e a Bolívia, em um território marcado por rica sociobiodiversidade e desafios econômicos. Isso porque a maior parte dos povos indígenas de Rondônia reside nas terras indígenas do referido município: 13,92% da população declarada indígena, segundo dados do último Censo Demográfico (IBGE, 2022), e o município possui cerca de 90% de seu território ocupado por terras indígenas unidades de conservação:

No município, 41,57% do território é demarcado em Terras Indígenas e 50,49% protegido em Unidades de Conservação, isto é, mais de 90% do território guajará-mirense é constituído por áreas protegidas, incluindo os Parques Nacionais (Parna), as Reservas Extrativistas (Resex), Reservas Biológicas (Rebio) e Parque Estadual. Parte considerável do território é composto por reservas extrativistas (Ifro, 2023, s/p).

O *campus* Guajará-Mirim do Instituto Federal de Rondônia foi inaugurado em 2016, com a perspectiva de se consolidar como uma unidade binacional (o que não ocorreu), possivelmente devido a mudanças na política dos dois países. Localiza-se na Avenida 15 de Novembro, n. ° 4849, no bairro Planalto e sua estrutura física ainda não está plenamente consolidada, havendo a expectativa de inauguração, nos próximos anos, de uma quadra poliesportiva, refeitório, e uma de Unidade Básica de Saúde (UBS), a ser gerida pela Prefeitura Municipal.

No ano de 2023, o *campus* atendeu 497 alunos, dos quais 322 eram do Ensino Médio. Os cursos ofertados em 2023, na modalidade presencial foram: Técnico em Biotecnologia Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio - EJA, Técnico em Enfermagem Subsequente ao Ensino Médio, Técnico em Análises Clínicas Subsequentes ao Ensino Médio, Licenciatura em Ciências com Habilitação em Química ou Biologia e Licenciatura em Ciências Biológicas. Na modalidade EAD ofertou os seguintes cursos: Técnico em Administração Subsequente ao

Ensino Médio, Superior de Tecnologia em Gestão Pública e Superior de Tecnologia em Gestão Comercial.

Para atender aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, nos termos da Política Nacional de Assistência Estudantil, o *campus* Guajará-Mirim, em 2023, publicou o Edital n. ° 9/2023/GJM-CGAB/IFRO, de 28 de fevereiro de 2023, o qual estabeleceu os requisitos e valores dos auxílios. Para os meses com períodos não letivos (julho e dezembro), o pagamento dos auxílios foi reduzido a 50% do valor integral. Apresentaremos abaixo o quadro 5 retirado do referido edital, a qual especifica as modalidades contempladas, valores mensais de cada parcela, número de vagas, quantidade de parcelas e o valor total a ser distribuído em cada modalidade (EAD e presencial).

QUADRO 5 - VALORES DO PROAP 2023 - *CAMPUS* GUAJARÁ-MIRIM.

Modalidade	Valor mensal	N.º de vagas	N.º de parcelas
EAD	R\$ 100,00	3	10
Presencial	R\$ 180,00	97	10

Fonte: Souza (2023).

Em 2023, conforme a Coordenação de Assistência ao Educando (CAED), de Guajará-Mirim, foram reservadas apenas três vagas para a modalidade EAD, devido aos seguintes fatores: o *campus* oferta sete cursos presenciais, e apenas três cursos EAD. Dos cursos presenciais, os integrados aos Ensino Médio (1º, 2º e 3º anos), exceto EJA, são ofertados no período matutino e vespertino, totalizando 12 turmas nessas modalidades. A maior demanda de auxílios é apresentada por alunos desses cursos, os quais, para permanecer no curso, precisam de recursos para alimentação e transporte. Isso justifica a diferença na quantidade e nos valores dos auxílios pagos aos estudantes dos cursos presenciais e dos cursos EAD. Entende que os discentes dos cursos ofertados na modalidade EAD não precisam gastar com o transporte, por esse motivo o valor das parcelas na modalidade EAD é menor do que as mensalidades para a modalidade presencial. Destaca-se, ainda, que a decisão de pagar recursos de assistência estudantil a estudantes dessa modalidade foi uma decisão do Colégio de Dirigentes do IFRO, e para resguardar a ação (que não tem previsão legal) foi publicada a Instrução Normativa 2/2021 (Ifro, 2021).

No que se refere à distribuição dos recursos, embora o edital não tenha inicialmente

distribuído às vagas considerando os cursos, foi possível detalhar as seguintes informações, apresentadas no quadro 6.

QUADRO 6 - PROAP - ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS ESTUDANTIS POR CURSO NO CAMPUS GUAJARÁ-MIRIM

Guajará-Mirim				
Modalidade	Curso	Discentes aprovados	Inscrições deferidas	Inscrições indeferidas
Técnicos Integrados ao Ensino Médio	Biociotecnologia	37	184	55
	Tecnologia da Informação	56		
	Administração EJA	8		
Técnico subsequente	Enfermagem	14		
Graduação	Ciências Biológicas	15		
EAD	Gestão Pública	1		
Total	-	131	184	55

Fonte: Souza (2023).

O quadro 6 apresenta os dados obtidos a partir da análise do edital nº 9/2023/GJM, de 28 de fevereiro de 2023, do *campus* Guajará-Mirim, de seus anexos, e do processo 23243.000128/2023-11, acessado via Sistema Eletrônico de Informação (SEI). O processo refere-se à homologação do resultado final da seleção do PROAP e informa que 131 discentes foram contemplados. Sendo assim, ao ter conhecimento da grande quantidade de inscrições deferidas, e por possuir recursos disponíveis, o *campus* conseguiu ampliar significativamente a quantidade de vagas ofertadas pelo edital, que inicialmente previra apenas 100 bolsas/auxílio, finalizando com 131 alunos atendidos. Porém, se considerar que ao todo, houve 239 discentes inscritos, e disponibilidade de apenas 131 bolsas mensais, identificamos que 45,19% dos

estudantes não foram contemplados, pois não havia recursos suficientes, o que denota que o valor disponibilizado para esta ação da assistência estudantil está muito aquém da demanda.

Ao todo, foram contemplados 37 discentes do curso Técnico em Biotecnologia Integrado ao Ensino Médio, esse curso é disponibilizado nos dois turnos, matutino e vespertino; e 56 discentes do curso Técnico de Tecnologia da Informação Integrado ao Ensino Médio, curso que também é ofertado nos dois turnos, matutino e vespertino, desse modo, foi o curso que teve maior quantidade de discentes contemplados, ou seja, se considerarmos o resultado do edital, seria o curso com o maior quantitativo de discentes vulneráveis socioeconomicamente. O curso Técnico em Enfermagem Subsequente recebeu o quantitativo de 14 auxílios. Na graduação em Ciências Biológicas, o PROAP contemplou 15 discentes. No curso Técnico Integrado ao Ensino Médio modalidade EJA foram contemplados 8 discentes.

Após a fase recursal, dos 239 inscritos, 184 estudantes tiveram seu processo deferido e 55 indeferidos, os casos de indeferimentos correspondem a aproximadamente 23,01%. As análises indicam a necessidade de ampliar o número de vagas e facilitar o processo de inscrição, de maneira que contemple um maior quantitativo de discentes e minimize os dados referentes aos casos de indeferimentos, pois os casos de indeferimentos podem retirar de quem mais precisa a possibilidade de receber o auxílio.

O PROAP no *Campus* Vilhena

O IFRO, *campus* Vilhena, foi inaugurado no dia 30 de agosto de 2010. Localizado na Rodovia, BR-174, nº 4334, km 3. Com base nos dados extraídos do SUAP, relativos às matrículas, o *campus* disponibilizou os seguintes cursos no ano de 2023: Técnico em Eletromecânica Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Eletromecânica Subsequente ao Ensino Médio, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial, Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Licenciatura em Matemática e Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo. Em 2023 o *campus* Vilhena recebeu 1.170 estudantes, dos quais 623 eram alunos do Ensino Médio Integrado ao Técnico.

Para apoiar a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o *campus* publicou o Edital n.º 1/2023/VLH-CGAB/IFRO, de 07 de fevereiro de 2023. É importante esclarecer que, embora os objetivos do edital tenham mencionado a disponibilidade de recursos do PROAP para alunos dos cursos técnicos de nível médio, estudantes dessa modalidade de curso não foram atendidos com recursos do edital em questão.

Essa situação chamou a nossa atenção e contatamos a Coordenação de Assistência ao Educando do referido *campus* para tentar entender o ocorrido. O setor nos informou que o *campus* não disponibilizou auxílios do PROAP para os estudantes dos cursos Técnicos Integrados, porque optou por fornecer a eles refeição nos dias em que os estudantes têm aula em período integral (dias de contraturno). Trata-se do programa conhecido como “Prato estudantil”. A refeição é oferecida a todos os alunos de Ensino Médio Integrado ao Técnico nos dias de aula em período integral e nos períodos de recuperação, e no segundo semestre de 2023, o benefício foi estendido também aos alunos participantes do programa de estágio e participantes de projetos de pesquisa, que ficam na escola no contraturno para desenvolver atividades de profissionalização e de iniciação científica.

O servidor responsável pelo setor mencionou que essa iniciativa atendeu a um pedido de longa data dos representantes estudantis, que não havia sido atendida antes por falta de recursos. Esclareceu-nos ainda que o *campus* não recebeu recursos adicionais para atender a essas demandas, e que isso só foi possível porque a prefeitura de Vilhena tem subsidiado o transporte público dos estudantes, assim, conseguiram redirecionar fundos do PROAP para ampliar o número de alunos nos dias da semana em que o prato estudantil é servido. Por fim, o servidor complementou as informações ressaltando que essa alteração se aplicou exclusivamente ao PROAP, e que os demais programas como PROMORE, PROSAPEX e PROAC continuaram a ser implementados como de costume.

Avalia-se positivamente a iniciativa da Prefeitura do município de Vilhena em assumir o transporte escolar dos estudantes de Ensino Médio do IFRO e estima-se que as mudanças operadas no desenvolvimento do PROAP terão efeitos positivos no combate à vulnerabilidade, na medida em que contribui para a segurança alimentar e nutricional dos estudantes, e no estímulo à permanência e êxito, já que alimentação e transporte são dois importantes desafios à permanência escolar e estão agora resolvidos naquela unidade educacional.

Conforme o edital o período de vigência do auxílio compreendeu os meses de março a dezembro de 2023, totalizando 10 parcelas do auxílio, sendo 08 parcelas com valores inteiros de R\$ 200,00; R\$160,00 e R\$80,00, respectivamente e 02 parcelas com valores pela metade de R\$100,00; R\$80,00 e R\$40,00 respectivamente, podendo ser interrompido a qualquer momento caso haja indisponibilidade de recursos financeiros para sua continuidade e se constatada irregularidade.

Sendo assim, apresentamos abaixo o quadro 7 que detalha os dados obtidos na análise do edital n.º 1/2023/VLH- CGAB/IFRO, de 07 de fevereiro de 2023.

QUADRO 7 - PERFIL DA PROCURA E DO ATENDIMENTO VIA PROAP NO *CAMPUS* VILHENA, 2023.

Vilhena					
Curso	Vagas	Valor	Total de inscritos	Inscrições deferidas	Inscrições indeferidas
Arquitetura e Urbanismo	20	200,00	44	37	7
Técnico Subsequente e Graduações presenciais	28	160,00	28	24	4
Técnico Subsequente e Graduações - EAD *	10	80	0	0	0

Fonte: Souza (2023).

Referente à escolha dos valores e quantidade de vagas, o servidor da CAED de Vilhena nos informou que a quantidade de vagas foi baseada na procura dos anos anteriores e que o auxílio é muito demandado pelos estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo. Disse ainda que essa demanda maior pode ocorrer devido ao fato de o curso ser ofertado em período integral, o que impossibilita que esses alunos obtenham renda por meio de trabalho. “Alunos dos cursos ofertados em um único turno, normalmente trabalham e não fazem muita questão de se inscrever neste edital”. O servidor ainda afirmou que o valor estipulado para o auxílio tem a ver com a carga horária do curso; “Por ser integral, os alunos de Arquitetura e Urbanismo se deslocam mais ou permanecem mais tempo no *campus*”.

Considerando o ano de 2023, os dados disponibilizados no quadro 7 reafirmam a autenticidade dos critérios adotados pelo *campus* Vilhena em relação à maior procura. O curso de Arquitetura e Urbanismo foi o curso com o maior número de inscritos, totalizando 44 inscrições. No entanto, foram ofertadas apenas 20 vagas para essa modalidade, o que denota que a procura é muito maior do que a oferta. Além disso, o *campus* optou por ofertar um valor maior para os discentes de Arquitetura e Urbanismo, uma vez que o curso é oferecido na modalidade integral. Isso pode dificultar que os estudantes trabalhem, já que precisam permanecer mais tempo no *campus*. Como consequência, terão mais gastos com alimentação e, caso desejem se deslocar até suas residências, também terão mais gastos com transporte. Destaca-se, ainda, que são frequentes as aulas de campo, em espaços variados da cidade - o que aumenta as despesas com transporte e alimentação desses estudantes.

Foi perguntado ao servidor da CAED se eles conseguiram atender todos os discentes com inscrições homologadas e ele respondeu que sim, e complementou a pergunta afirmando que logo que terminou o processo de análise e se verificou uma demanda reprimida, foi realizado um levantamento dos alunos inscritos que ficariam sem receber e esses dados foram enviados para a reitoria, solicitando mais recursos. O servidor relatou ainda que, no segundo semestre a reitoria enviou os valores que faltavam para atender a todos os inscritos que não tinham sido contemplados no primeiro semestre, o que só foi possível com a recomposição dos recursos para a assistência estudantil feita pelo Ministério do Planejamento.

Para estudantes dos cursos Técnico Subsequentes e Graduação presenciais foram ofertadas 28 vagas, se inscreveram 28 discentes, porém apenas 24 tiveram suas inscrições deferidas, sendo 13 discentes de Licenciatura em Matemática e 11 discentes de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Alunos dos cursos Técnicos Subsequentes e Graduação EAD não se inscreveram no referido edital, de modo que os valores que estavam reservados para eles puderam ser remanejados para os discentes que ficaram na lista de espera.

Vilhena disponibilizou 58 auxílios PROAP por meio do referido edital. Ao todo 72 discentes se inscreveram. Após as fases analíticas e recursal, 61 discentes tiveram a inscrição deferida e 11 foram indeferidos, dos casos indeferidos, todos eram maiores de idade. Assim, aproximadamente 15,28% das inscrições foram indeferidas. Esses resultados indicam a necessidade de ampliar o número de vagas e simplificar o processo de inscrição para futuros editais. De igual modo, é necessário ampliar as ações de conscientização acerca da finalidade do programa e de quem é o seu público-alvo.

O PROAP no *Campus* São Miguel do Guaporé

O *campus* Avançado São Miguel do Guaporé ainda se encontra em fase de implantação, e apenas em 2024 passou a funcionar em prédio próprio (antes funcionava nas instalações do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos CEEJA, localizado na Avenida Presidente Kennedy, n. ° 1685 e em salas de aula da Escola Estadual Princesa Isabel, situada na Rua Noroeste, n. ° 439), em São Miguel do Guaporé/RO.

A referida unidade educacional conta com uma área total de 44.250m² ou 4,42 hectares, está situada dentro da zona urbana do município, na Avenida Jorge Teixeira, loteamento Terra Nova.

Até o ano de 2023, o *campus* avançado não ofertava curso técnico integrado ao Ensino Médio. Em 2023, contava com 254 discentes matriculados e ofereceu os seguintes cursos na

modalidade presencial: Técnico em Agronegócio Subsequente ao Ensino Médio, Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio e Superior de Tecnologia em Agrocomputação. Na modalidade EAD, ofertou o curso Técnico em Administração Concomitante ao Ensino Médio, e o curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública e Tecnologia em Gestão Comercial.

O quadro 8, elaborado com base no Edital nº 4/2023/SMG-CGAB/IFRO, de 31 de março de 2023, apresenta as modalidades de cursos contempladas com recursos do PROAP, número de vagas, número de parcelas e valor mensal de cada parcela.

QUADRO 8 - DISPONIBILIZADO NO EDITAL DO PROAP NO *CAMPUS* SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ.

Modalidades	N.º de vagas	N.º de parcelas
Cursos Técnicos de Nível Médio (Concomitante e Subsequente) e Curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação	25	09
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública e Comercial (EaD)	02	05

Fonte: Souza (2023).

O *campus* avançado de São Miguel do Guaporé, ao realizar a divisão dos valores, especificou quais seriam os cursos contemplados, o modelo utilizado por eles traz maior clareza e objetividade para os discentes que irão realizar a inscrição. O *campus* optou por não distinguir os valores considerando as modalidades EAD e presencial, pois eles também ofertam o curso Técnico em Administração Concomitante ao ensino médio na modalidade EAD, acredito que fizeram essa distribuição, pois o curso Técnico em Administração Concomitante ao ensino médio é ofertado no turno vespertino, e o discente terá que fazer o ensino médio em outra escola, desse modo, objetiva-se a motivá-los a permanecer e obter êxito no curso.

Abaixo, apresentamos o quadro 9 que detalhada os dados obtidos na análise do edital e seus anexos e no processo 23243.002734/2023-71 acessado via Sistema Eletrônico de Informação (SEI).

QUADRO 9 - APRESENTA OS RESULTADOS OBTIDOS COM AS ANÁLISES DOS DADOS NO *CAMPUS* SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

São Miguel do Guaporé

Curso	Discentes aprovados	Vagas	Total de inscritos	Inscrições deferidas
Técnico em Administração Concomitante	2	27	39	38
Técnico em Agronegócio e Administração Subsequente	12			
Superior em Agrocomputação	11			
Superior em tecnologia gestão pública/comercial (EAD)	2			

Fonte: Souza (2023).

O quadro 9 descreve os dados obtidos a partir da análise do edital e do processo 23243.002734/2023-71 acessado via Sistema Eletrônico de Informação (SEI). O processo refere-se à homologação do resultado final da seleção do PROAP.

Segundo o processo SEI de nº 23243.002734/2023-71, foram contemplados 2 discentes do curso Técnicos de Nível Médio em Administração Concomitante EAD, 12 alunos dos cursos Técnico em Agronegócio Subsequente ao Ensino Médio e Técnico em Administração Subsequente ao Ensino Médio, 11 estudantes do curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação e 2 discentes dos Cursos Superior de Tecnologia em Gestão Pública e Gestão Comercial (EAD). Sendo assim, os discentes do curso Superior de Tecnologia em Agrocomputação foram os que apresentaram maior vulnerabilidade socioeconômica.

O edital disponibilizou 27 bolsas, e teve 39 inscritos, desse modo, conclui-se que a quantidade de bolsas disponibilizada atenderá aproximadamente 69,23% dos discentes. Os resultados obtidos indicam a necessidade de ampliar o quantitativo de auxílios.

A quantidade de indeferimentos foi relativamente baixa, se comparado aos demais *Campi*, é possível que os discentes possam ter tido o apoio de servidores para sanar dúvidas referente a como montar o processo do PROAP, o quantitativo baixo de indeferimentos pode, também, ter relação com a faixa etária dos discentes, uma vez que, em 2023, o *campus* avançado só ofertou o curso de Técnico em Administração Concomitante EAD. Sendo assim, é possível que os demais discentes possam ter maior facilidade de compreender o que o edital solicita, possuem um conhecimento maior sobre as documentações exigidas, bem como, possuir maior acesso aos recursos digitais, computadores e internet.

O PROAP no *Campus* Porto Velho Calama

Inaugurado em 2010, o IFRO *campus* Calama fica localizado na Avenida Calama n.º 4985, no Bairro Clodoaldo Pontes Pinto. Em 2023, o *campus* Calama recebeu 1239 alunos, dos quais 614 de Ensino Médio Integrado ao Técnico. No que se refere aos cursos ofertados, o catálogo de cursos da unidade é composto pelos seguintes cursos: Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Eletrotécnica Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio, Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Subsequente ao Ensino Médio, Técnico em Eletrotécnica Subsequente ao Ensino Médio, Técnico em Edificações Subsequente ao Ensino Médio, Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Licenciatura em Física, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia Civil, Engenharia Química, Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional – PROFEPT, Doutorado em rede em Biodiversidade e Biotecnologia, e pós-graduação *Lato Sensu* em Ensino de Ciências, Gestão Ambiental e Metodologia do Ensino na EPT.

Para atender à demanda dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica em 2023, foram disponibilizados 405 auxílios estudantis, regulados por meio do Edital n.º 7/2023/PVCAL-CGAB/IFRO, de 31 de janeiro de 2023. O quadro 10, apresenta a distribuição dos recursos do PROAP no ano de 2023, pelo *campus* Porto Velho Calama.

QUADRO 10 - VAGAS DISPONIBILIZADAS PELO EDITAL DO PROAP NO *CAMPUS* PORTO VELHO CALAMA

Modalidades	N.º de vagas	N.º de parcelas
Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio	300	10*
Graduação Integral (Engenharia Civil, Engenharia de Controle e Automação e Engenharia Química)	60	10*
Graduação (Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Física)	25	10*
Cursos Subsequentes	20	10*

Fonte: Souza (2023).

O edital previu que o período de vigência dos auxílios seria de fevereiro a dezembro de

2023, totalizando 11 parcelas, podendo ser interrompido a qualquer momento caso houvesse indisponibilidade de recursos financeiros para sua continuidade.

Com base na leitura do referido quadro, foi possível ver que os cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio obtiveram o maior número de vagas. Infere-se, portanto, que o *campus* prioriza a concessão de auxílios aos estudantes dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, uma vez que são adolescentes e necessitam de amparo especial para que possam se desenvolver de modo saudável. Informa-se que esses cursos são ofertados de modo integral, nos períodos matutino e vespertino, demandando que os estudantes permaneçam no *campus* cerca de oito horas diárias. Para muitos, o acesso aos recursos da assistência estudantil é essencial para que consigam pagar as despesas com transporte, alimentação e materiais necessários a cada curso.

Os estudantes dos cursos de graduação que ocorrem em período integral (Engenharia Civil, Engenharia de Controle e Automação e Engenharia Química) recebem os mesmos valores que os estudantes dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, demonstrando coerência lógica com o regime de oferta. Entretanto, considerando o perfil dos cursos e do alunado, considera-se que os valores das bolsas deveriam ser mais substanciais. Isso se justifica pelo fato de que, na maioria das vezes, os estudantes maiores de idade enfrentam responsabilidades e despesas adicionais. Portanto, um apoio financeiro mais significativo poderia contribuir para a equidade e o sucesso acadêmico desses alunos.

O quadro 11, elaborado com base no Edital n. ° 7/2023/PVCAL - CGAB/IFRO, de 31 de janeiro de 2023 e no processo SEI n. ° 23243.000750/2023-29 apresenta como o *campus* Porto Velho Calama distribuiu os recursos do PROAP no ano de 2023.

QUADRO 11 - APRESENTA OS RESULTADOS OBTIDOS COM AS ANÁLISES DOS DADOS NO CAMPUS CALAMA

Porto Velho Calama					
Curso		Discentes aprovados	Vagas	Inscrições deferidas	Inscrições indeferidas
	Química	75	300	319	89
	Informática	88			

Técnicos Integrados ao Ensino Médio	Edificações	64			
	Eletrotécnica	73			
Técnico Subsequentes	Manutenção e Suporte em Informática	7	20	20	17
	Eletrotécnica	7			
	Edificações	6			
Graduação Integral em engenharia	Controle e Automação	19	60	65	24
	Engenharia Civil	37			
	Química	4			
Graduação	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	9	25	33	10
	Física	16			

Fonte: Souza (2023).

Ao todo, se inscreveram 408 discentes para essa linha de auxílio, dos quais 319 tiveram as inscrições deferidas. Apesar de ter disponibilizado um amplo número de vagas para os cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, ainda assim, ao somarmos a quantidade de inscritos e o total de vagas, fica evidente que a demanda supera significativamente a oferta.

Quanto aos estudantes dos Cursos Técnicos Subsequentes, foram disponibilizados 20 auxílios no valor de R\$: 130,00 mensal. Houve o total de 37 inscritos, 20 inscrições deferidas e 17 inscrições indeferidas. Não houve discente com inscrição deferida no cadastro reserva, e chama a atenção o quantitativo de inscrições indeferidas. A esse respeito conjectura-se que o fracasso no processo de inscrição se relacione ao fato de que muitos desses estudantes são jovens e adultos que estão retomando os estudos após longos anos de interrupção. Alguns

desses estudantes podem não possuir familiaridade com o uso do sistema de inscrição, além de apresentar dificuldades na leitura e interpretação textual.

Para os acadêmicos dos cursos de Graduação que ocorrem em período integral (turnos vespertino e noturno), a saber: Engenharia Civil, Engenharia de Controle e Automação e Engenharia Química, foi ofertado o quantitativo de 60 auxílios, com parcelas no valor de R\$: 150,00 cada. No total, 65 alunos desses três cursos de engenharia tiveram suas inscrições deferidas. O curso de Engenharia Civil foi o mais contemplado, provavelmente devido ao número significativo de matrículas ativas nessa área.

Para os acadêmicos dos cursos de graduação ofertados apenas no turno vespertino: Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Licenciatura em Física, o valor do auxílio foi menor: R\$: 130,00 e foram disponibilizados 25 auxílios, ao passo em que houve 33 inscritos com inscrições homologadas.

Ao todo, o edital recebeu 577 inscritos, com 437 inscrições deferidas e 140 indeferimentos, dos casos indeferidos 72 discentes eram maiores de idade, os 72 discentes maiores de idade foram convidados a participar da nossa pesquisa. As análises apontam para a importância de aumentar o número de vagas e simplificar o processo de inscrição, de modo a abranger um maior número de estudantes e reduzir os registros de indeferimento. Isso é crucial, pois os indeferimentos podem privar aqueles que mais necessitam da oportunidade de receber auxílio.

O PROAP no *Campus Jaru*

Em 2016, foi autorizada pela portaria 378 de 09 de maio de 2016 a criação de mais uma unidade do instituto federal de educação, ciência e tecnologia de Rondônia (IFRO) – o *campus* avançado de Jaru. Posteriormente, em 5 de setembro de 2017, foi publicada uma portaria que alterou a condição desta unidade avançada para “*campus*”, propriamente dito. O imóvel fica situado na Av. Otaviano Pereira Neto, n.º 874 – setor 2 do município de Jaru/RO.

Em 2023, o *campus* recebeu 485 novos alunos, dos quais 219 de Ensino Médio Integrado ao Técnico, e ofertou os seguintes cursos: Técnico Integrado ao Ensino Médio: Alimentos, Comércio e Zootecnia (matutino). Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Administração (EAD) e Agronegócio (noturno). Graduação em Gestão Comercial e Gestão Pública (EAD) e Medicina Veterinária (em período integral, nos turnos matutino e vespertino).

Inicialmente, o edital n.º 6/2023/JARU - CGAB/IFRO, de 08 de fevereiro de 2023 do IFRO *campus* Jaru não tinha discriminado a quantidade de discentes que seria contemplada

com o auxílio estudantil e nem os valores dos auxílios, sendo este o documento mais complexo que analisamos nesta pesquisa, por sua falta de informações. Apenas mencionou que a transferência dos recursos ficaria condicionada à disponibilidade orçamentária da instituição e observaria a lista de classificados (lista de espera), posteriormente, o edital foi retificado sendo inserido o valor das parcelas, porém a quantidade de discentes que seriam convocados não foi especificada.

Abaixo, apresentamos o quadro 12 que detalha os dados obtidos na análise do edital e seus anexos. Apesar de o edital não ter realizado a distribuição das vagas considerando os cursos, foi possível obter informações gerais acerca do quantitativo de discentes contemplados por curso.

QUADRO 12 - APRESENTA OS RESULTADOS OBTIDOS COM AS ANÁLISES DOS DADOS, CAMPUS JARU.

Jarú					
Curso		Vagas	Valor	Total de inscritos	Inscrições deferidas
Técnico Integrado ao Ensino Médio	Comércio	3	200,00	154	131
	Alimentos	4			
	Zootecnia	9			
	Segurança do Trabalho	6			
Técnico Subsequente	Segurança do Trabalho	3			
	Administração (EAD)	2			
Graduação	Medicina Veterinária	27			
	Gestão Comercial (EAD)	1			

Fonte: Souza (2023).

Após analisar o resultado final do edital obtivemos os seguintes dados: 154 discentes se inscreveram, sendo deferidos 131 e indeferidos 23, dos casos indeferidos, 11 discentes eram maiores de idade e foram convidados para participar da nossa pesquisa. O edital menciona que

55 discentes foram convocados. Vale ressaltar que esse *campus* oferta cursos na modalidade EAD, porém analisando o edital infere-se que os valores das bolsas seriam os mesmos dos cursos presenciais, no edital, não há distinção de valores referentes a modalidades EAD e presenciais, e nem, há distinção de valores cursos integrais com relação aos demais cursos.

A graduação em Medicina Veterinária foi a que teve o maior número de alunos convocados. O fato de essa graduação ser oferecida nos turnos matutino e vespertino pode resultar em estudantes que não conseguem trabalhar, e por serem maiores de idade, possivelmente possuem mais despesas e responsabilidades. A forte presença da produção agropecuária em Jaru pode ser um fator que incentiva a permanência dos estudantes no curso de Medicina Veterinária. A possibilidade de inserção no mercado de trabalho e a reconhecida remuneração para esses profissionais são atrativos significativos. Essa combinação de fatores pode contribuir para reduzir o índice de desistência no curso, e conseqüentemente aumentar o número de matrículas e a procura por auxílios para a permanência.

Os resultados indicam um número significativo de indeferimentos, afetando estudantes que foram classificados, mas, devido à falta de recursos, não foram contemplados. É crucial reavaliar os critérios adotados no referido edital e conduzir uma análise mais detalhada da vulnerabilidade socioeconômica dos discentes. Isso garantirá que a política de oferta de educação profissional e tecnológica seja mais eficaz neste município. Além disso, é fundamental ampliar as condições de subsídio ao transporte e a alimentação escolar dos discentes, especialmente aqueles que ingressaram por meio de ações afirmativas para que possam permanecer e obter sucesso em sua trajetória acadêmica.

O PROAP no *Campus* Cacoal

O Instituto Federal de Rondônia - *campus* Cacoal está localizado na Rodovia BR 364, Km 228, Lote 2A, foi inaugurado em 2009. No ano de 2023, a unidade recebeu 700 estudantes, dos quais 373 nos cursos de Ensino Médio Integrado, e ofertou os seguintes cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Agroecologia, Agropecuária e Informática, todos ofertados na modalidade integral (turnos da manhã e da tarde). Em nível de Graduação, ofertou Tecnólogo em Agronegócio, Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Matemática e Bacharelado em Zootecnia.

Por meio do edital n. ° 3/2023/CAC-CGAB/IFRO, de 10 de fevereiro de 2023, o *campus* Cacoal ofertou inicialmente 95 auxílios, sendo que para os alunos dos cursos presenciais o valor do auxílio foi de 200,00 mensal e para os estudantes dos cursos em EAD o

valor foi de R\$: 100,00. Para os meses com períodos não letivos (julho e dezembro), edital previu que o pagamento do auxílio seria concedido em 50% (cinquenta por cento) do valor. O total de estudantes que se inscreveu foi de 327, dos quais 186 foram deferidos e 141 foram indeferidos. Do indeferidos, 62 eram maiores de idade e foram convidados a participar da nossa pesquisa.

Em contato com a Coordenação de Assistência ao Educando foi nos passado as seguintes informações: “em 2023, foram, inicialmente, 95 auxílios mensais. Com o recebimento de um recurso extra, em maio de 2023, foi possível contemplar o restante dos alunos classificados em edital, chegando, portanto, a 186 auxílios. Os 95 primeiros convocados receberam o auxílio de fevereiro a dezembro (11 parcelas) e os alunos do cadastro reserva convocados em agosto receberam 05 parcelas do auxílio (agosto a dezembro)”.

O quadro 13, abaixo, contém os dados referentes às análises do edital e seus anexos, bem como do processo SEI 23243.001542/2023-47. Embora o edital tenha optado por realizar a distribuição das vagas considerando as modalidades EAD e presencial, nós conseguimos dados referentes aos discentes contemplados por curso.

QUADRO 13 - APRESENTA OS RESULTADOS OBTIDOS COM AS ANÁLISES DOS DADOS NO CAMPUS CACOAL

Cacoal					
Modalidade	Curso	Vagas	Total de inscritos	Inscrições deferidas	Inscrições indeferidas
Presenciais Ensino Médio Integrado ao curso Técnico	Informática	62	327	686	141
	Agroecologia	23			
	Agropecuária	50			
Presenciais Graduação	Geografia	9			
	Agronegócio	9			
	Zootecnia	20			
	Matemática	7			

Fonte: Souza (2023).

De acordo com o quadro 13, os cursos técnicos integrados ao ensino médio com maior número de discentes contemplados foram Informática e Agropecuária. Essa preferência pode ser atribuída à crescente demanda por profissionais nessas áreas, impulsionada pela evolução tecnológica.

Os estudantes desses cursos buscam uma inserção mais rápida no mundo do trabalho, reconhecendo a importância de obter qualificação profissional ainda durante o ensino médio. Muitos deles enfrentam desafios socioeconômicos e veem nos cursos técnicos em informática uma oportunidade de melhorar suas condições financeiras. O curso de Agropecuária também é atrativo, especialmente na região norte do país, onde a produção agropecuária desempenha um papel significativo.

A graduação em Zootecnia é oferecida em período integral, por isso é provável que a maioria desses estudantes não possa trabalhar enquanto realiza o curso. Além disso, como se trata de uma graduação, é razoável supor que a maioria dos alunos seja maior de idade e tenha responsabilidades e despesas adicionais. Portanto, é fundamental fornecer apoio para garantir sua permanência e sucesso no curso. Em relação à graduação de licenciatura, pesquisas indicam que ela apresenta altas taxas de desistência. Cunha e Leite (2019) destacam que fatores como questões socioeconômicas, falta de políticas de apoio e desmotivação em relação à carreira docente contribuem significativamente para a evasão nesses cursos. Dados do Censo da Educação Superior, publicados pelo INEP (2020), reforçam essa análise, apontando que as licenciaturas estão entre as áreas com maior abandono, especialmente nos primeiros semestres. Além disso, Rodrigues e Barbosa (2021) ressaltam que a baixa expectativa salarial na profissão docente e a precariedade da infraestrutura das instituições de ensino são fatores que agravam o problema.

O PROAP no *Campus Ji-Paraná*

O IFRO *campus* Ji-Paraná encontra-se localizado na rua Rio Amazonas, bairro Jardim dos Migrantes, n.º 151 e foi inaugurado em 2009. O *campus* ofertou em 2023 os seguintes Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Florestas, Informática e Química, os quais ocorreram em regime integral. A unidade oferta também o curso técnico subsequente de administração (EAD). Ao nível de graduação são ofertados os cursos de Bacharelado em Engenharia Florestal (em regime integral), Análise e Desenvolvimento de Sistemas, e Licenciatura em Química – esses dois no período noturno, e Gestão Comercial e Gestão Pública, ambos na modalidade EAD.

O *campus* Ji-Paraná oferta também Especializações e Cursos de Formação Inicial e Continuada - FICs (diversos, sob demanda da comunidade ou por iniciativa do *campus*). Quanto ao número de estudantes que ingressaram na instituição em 2023, foi levantado o total de 1.453 novos alunos, dos quais 339 de Ensino Médio Integrado ao Técnico.

Segundo o edital n.º 49/JIPA - CGAB/IFRO, de 11 de julho de 2023, os valores dos auxílios foram distribuídos conforme situação socioeconômica do (a) estudante, expressa através da sua soma total de pontos. O edital prevê que os pontos seriam distribuídos da seguinte forma: comprovar pertencer à unidade familiar que possui a menor renda *per capita* (50 pontos); comprovar ter cursado integralmente em escola pública, o nível de ensino anterior ao que está cursando no *campus* Ji-Paraná (15 pontos); comprovar que algum membro do núcleo familiar possui doença crônica (15 pontos); comprovar que possui idoso ou pessoa com deficiência no núcleo familiar (10 pontos); comprovante de vulnerabilidades temporárias (Bolsa família, Auxílio Brasil) caracterizadas pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar (decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007), entre outras situações verificadas pela CEAC, quando for o caso 10 pontos. Os valores são concedidos considerando a pontuação da maior para a menor e os limites estabelecidos no edital.

Considerando os critérios acima apresentados, o edital n.º 49/JIPA - CGAB/IFRO, de 11 de julho de 2023 não possibilitou especificar a quantidade de discentes por curso. O quadro 14 contém os dados referentes às análises do edital e seus anexos, bem como do processo SEI 23243.000042/2023-98.

QUADRO 14 - APRESENTA OS RESULTADOS OBTIDOS COM AS ANÁLISES DOS DADOS, CAMPUS JI-PARANÁ

Ji-Paraná				
Curso	Valor	Vagas	Discentes contemplados	Casos indeferidos
Presenciais: Bacharelado em Engenharia Florestal, Análise e Desenvolvimento	200,00	38	30	
	130,00	20	18	

de Sistemas e Licenciatura Química. EAD: Gestão Comercial e Gestão Pública.	100,00	28	13	63
	80,00	33	00	
Presenciais: Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Florestas, Informática e Química. EAD: Subsequente de administração	200,00	48	45	20
	130,00	38	38	
	100,00	54	52	
	80,00	55	22	

Fonte: Souza (2023).

Por meio deste edital, o *campus* Ji-Paraná disponibilizou um total de 314 auxílios através do Programa de Concessão de Auxílio à Permanência - PROAP, distribuídos em nove parcelas de valores integrais e duas parcelas de valores proporcionais – as quais se referem aos meses de recesso escolar, recuperação e exame – em que as atividades são apenas parciais. Desses, 119 auxílios foram destinados aos cursos de Graduação, tanto presenciais quanto à distância. No entanto, apenas 81 discentes se inscreveram, o que sugere que a quantidade de auxílios oferecidos está consideravelmente acima da demanda local. Essa discrepância pode indicar a necessidade de maior divulgação e conscientização dos estudantes sobre os benefícios disponíveis. É possível, ainda, que a procura do edital por alunos de graduação tenha sido menos por não se enquadrarem nos critérios de vulnerabilidade socioeconômica, além disso, o fato de os cursos da graduação serem ofertados no turno noturno, exceto o curso de Bacharelado em Engenharia Florestal (que ocorre em período integral), possibilita que possam trabalhar e obter renda.

Para os cursos técnicos integrados e subsequentes foram disponibilizados 195 auxílios, houve um total de 220 inscrições, das quais 157 foram deferidas e 63 indeferidas. Nesse caso, a oferta de auxílios era menor que a procura, porém devido aos casos indeferidos restaram

vagas. Nesse caso evidencia-se a necessidade de oferecer suporte aos discentes para que eles possam se inscrever e ter seus processos deferidos, podendo assim concorrer ao auxílio. De igual modo, considera-se urgente a readequação do sistema de inscrições e a revisão do número de documentos solicitados, pois a burocracia excessiva pode ser uma barreira aos estudantes que mais necessitam dos auxílios estudantis, em especial os estudantes indígenas, quilombolas, bolivianos, venezuelanos e haitianos, que não possuem o conjunto de documentos solicitados.

Além disso, o edital prevê que para a comprovação de renda será necessário a entrega de um ou mais dos seguintes documentos.

Trabalhadores Assalariados: Apresentação dos três últimos comprovantes de vencimentos (contracheques ou holerites); Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, se houver; Carnê do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS com recolhimento em dia, no caso de empregada doméstica; Extratos bancários dos últimos 3 (três) meses, pelo menos; Recibos ou comprovantes equivalentes, com o CPF ou CNPJ do contratante, referentes aos serviços mensais prestados.

Atividade Rural: Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ; quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao estudante ou a membros da família, quando for o caso; Extratos bancários dos últimos três meses, pelo menos, da pessoa física e das pessoas jurídicas vinculadas; Declaração de Aptidão ao (PRONAF) Programa Nacional da Agricultura Familiar (DAP); Notas fiscais de vendas de produção agropecuária (do último ano, quando houver), caso não tenha IRPJ.

Aposentados e Pensionistas: Extrato mais recente do pagamento de benefício; Extratos bancários dos últimos 3 (três) meses.

Autônomos e Profissionais liberais: Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao estudante ou a membros de sua família, quando for o caso; Guias de recolhimento ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS com comprovante de pagamento do último mês, compatíveis com a renda declarada; Extratos bancários dos últimos 3 (três) meses.

Declaração de Profissional Informal, quando for o caso.

Rendimentos de Aluguel ou Arrendamento de Bens Móveis e Imóveis: Extratos bancários dos últimos 3(três) meses; Contrato de locação ou arrendamento devidamente registrado em cartório acompanhado dos três últimos comprovantes de recebimentos.

Desempregados/ Trabalhadores Informais: Extratos bancários dos últimos três meses; Comprovação do Seguro Desemprego, quando for o caso; Declaração de Trabalhador Informal,

quando for o caso; Declaração que não possui renda (Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 - Presidência da República).

Os candidatos podem aumentar sua pontuação apresentando os seguintes documentos:

Comprovante de vulnerabilidades temporárias (Bolsa família, Auxílio Brasil) caracterizadas pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar (Decreto nº. 6.307, de 14 de dezembro de 2007), entre outras situações verificadas pela CEAC. Deverá ser apresentado comprovante de recebimento atual; Histórico escolar da escola de origem em que cursou a modalidade de ensino anterior ao que está cursando no IFRO (obrigatório aos candidatos que desejam apresentar pré-requisito, escola pública para soma na pontuação); Laudo médico do estudante ou pessoa do núcleo familiar que possui doença crônica ou deficiência, quando houver.

Considerando tanto a graduação quanto os cursos técnicos, foram realizadas 302 inscrições, com 218 deferimentos e 83 indeferimentos. Dos casos de indeferimento, 30 discentes eram maiores de idade: 20 da graduação e 10 dos cursos técnicos. Aos discentes maiores de idade, foi enviado um e-mail convidando-os a colaborar com a pesquisa, respondendo ao questionário sobre as dificuldades encontradas durante o processo de inscrição e recurso.

Embora nossa pesquisa se baseie nos editais do primeiro semestre, é importante mencionar que o *campus* Ji-Paraná lançou um novo edital relacionado ao Programa de Auxílio à Permanência – PROAP em julho de 2023. Nesse edital, foram disponibilizadas 65 auxílios para as graduações e 85 auxílios para os cursos técnicos integrados ao ensino médio. É possível que esse novo edital tenha sido elaborado para atender às vagas remanescentes do edital anterior, ou o *campus* possui turmas que iniciam no segundo semestre, e por esse motivo, reservou recursos para atender aos estudantes no segundo semestre.

O PROAP no *Campus* Zona Norte

Localizado na Avenida Governador Jorge Teixeira, 3146, o *campus* avançado de Porto Velho teve o seu funcionamento autorizado em 6 de dezembro de 2010. Em 2011, passou à condição de *campus*, com a denominação de *campus* Porto Velho Zona Norte. No ano de 2023 essa unidade educacional recebeu 1.600 alunos, a maioria em EAD. Até 2023 não ofertava cursos de Ensino Médio Integrado ao Técnico, dispondo, em seu catálogo, apenas de cursos técnicos subsequentes na modalidade presencial, em Administração e Finanças. Na modalidade EAD eram ofertados, até 2023, os cursos técnicos concomitantes em Administração e

Informática, e ao nível de graduação eram ofertados, em EAD, os cursos de Gestão Comercial, Gestão Pública, Licenciatura em Pedagogia, e de modo presencial, as graduações em Redes de Computadores e Sistemas para Internet.

Não foi possível inferir quais cursos tiveram alunos contemplados, pois o edital não especificou esses dados e o processo 23243.001788/2023-19 que poderia conter mais informações encontra-se restrito. A distribuição de auxílios estudantis do PROAP foi conduzida, no *campus* Zona Norte, com base no edital n. ° 3/2023/PVZN - CGAB/IFRO, de 16 de fevereiro de 2023, o qual ofereceu 62 auxílios para os cursos EAD técnico subsequente em administração, tecnologia em gestão comercial, tecnologia em gestão pública e licenciatura em pedagogia, no valor de R\$: 175,00 cada.

Para os cursos presenciais foram disponibilizados 70 auxílios no valor mensal de R\$: 300,00. Para os cursos da modalidade concomitante, o número de auxílios ofertados foi de 30, no valor mensal de R\$: 200,00.

No total foram disponibilizados 162 auxílios do PROAP. Houve 280 inscritos, 217 tiveram suas inscrições deferidas e 63 indeferidos. Dos estudantes com inscrição indeferida, 56 eram maiores de idade.

QUADRO 15 - APRESENTA OS RESULTADOS OBTIDOS COM AS ANÁLISES DOS DADOS NO CAMPUS ZONA NORTE

Zona Norte PVH					
Curso	Vagas	Valor	Total de inscritos	Inscrições deferidas	Inscrições indeferidas
Concomitante	30	200,00	70	63	7
EAD	62	175,00	66	45	21
Presencial	70	300,00	144	109	35

Fonte: Souza (2023).

O PROAP no *Campus* Ariquemes

Com sede na rodovia 257/RO, o *campus* foi inaugurado em 2009, no ano de 2023 o *campus* Ariquemes matriculou 623 estudantes, dos quais 340 no Ensino Médio. Dentre os cursos ofertados na modalidade “Integrado ao Ensino Médio” constam: Técnico em

Agropecuária, Técnico em Alimentos e Técnico em Informática. Dentre os Cursos Superiores, todos os ofertados ocorreram em modalidade presencial: Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Licenciatura em Ciências Biológicas e Agronomia (os dois últimos em período integral).

Em 2023, o *campus* Ariquemes do IFRO organizou a distribuição dos auxílios permanência por meio do edital n. ° 2/2023/ARI-CGAB/IFRO, de 25 de janeiro de 2023. Apresentamos, abaixo, o quadro 16, elaborado com base no edital do edital supracitado.

QUADRO 16 - DISPONIBILIZADO PELO EDITAL DO PROAP NO *CAMPUS* ARIQUEMES

Ariquemes			
Modalidade	N.º de vagas	N.º de parcelas	Valor mensal
Integrais e Noturno	200	11	250,00

Fonte: Souza (2023).

Conforme o quadro 16, o edital do *campus* Ariquemes optou por dividir os recursos de maneira a considerar apenas o quantitativo entre os cursos de Ensino Médio Integrado e os cursos de graduação. O quadro 17 apresenta os dados relativos às análises do edital e seus anexos, bem como do processo SEI 23243.000730/2023-58. Entretanto, ao analisarmos o edital e o processo do SEI, identificamos que o *campus* Ariquemes não especifica os cursos frequentados pelos discentes. Portanto, não temos informações sobre a quantidade de discentes contemplados por curso.

QUADRO 17 - APRESENTA OS RESULTADOS OBTIDOS COM AS ANÁLISES DOS DADOS, *CAMPUS* ARIQUEMES

Ariquemes			
Curso	Total de inscritos	Inscrições deferidas	Inscrições indeferidas
Agropecuária			

Integrais	Alimentos	335	252	83
	Informática			
Noturno	Agronomia			
	Ciências Biológicas			
	Análise e Desenvolvimento de Sistemas			

Fonte: Souza (2023).

Inicialmente, 200 vagas foram disponibilizadas, mas a direção do *campus* Ariquemes conseguiu ampliar o número de auxílios para 215. No entanto, mesmo com esse aumento, a quantidade de vagas ainda se mostrou insuficiente, uma vez que 252 estudantes tiveram suas inscrições deferidas. Isso evidencia que o número de auxílios deveria ser ainda maior.

Ademais, registra-se que 83 inscrições foram indeferidas. Os Institutos Federais de Educação devem conceber estratégias que viabilizem a inclusão de todos os estudantes que concorrem às vagas de auxílio, permitindo-lhes participar em igualdade de condições com os demais. Ainda que os recursos sejam insuficientes para atender a todos os discentes, é imperativo que, ao menos, sejam priorizados aqueles em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica, e o indeferimento do processo, na fase inicial (documental), retira dos estudantes essa possibilidade. Dos casos indeferidos, 33 discentes eram maiores de idade, por serem maiores de idade, os convidamos para colaborar com a pesquisa respondendo ao nosso questionário.

O PROAP no *Campus* Colorado

Segundo o portal do IFRO, em dezembro de 2008, após a Lei 11.892 ser sancionada, a então Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste (EAFCO), criada em 1993, transformou-se no *campus* Colorado do Oeste, com sede localizada na área rural do município de Colorado do Oeste/RO.

Em 2023, a referida unidade educacional recebeu 1053 alunos, dos quais 378 de Ensino Médio, e ofertou os seguintes cursos presenciais: Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, Bacharelado em Engenharia Agrônômica, Bacharelado em Zootecnia, Bacharelado em Medicina Veterinária, Licenciatura em Ciências Biológicas, e Tecnologia em Gestão Ambiental.

O *campus* Colorado do Oeste dispõe de refeitório próprio que lhe permite atender às necessidades nutricionais dos estudantes e servidores. Por contar com áreas de produção vegetal e animal e incorporar boa parte dessa produção nas refeições que são produzidas no próprio refeitório, o *campus* consegue ofertar uma alimentação saudável e de qualidade, por preços bem menores que os dos restaurantes comerciais. Os tickets alimentação de cada discente, em 2023, correspondia a R\$: 3,00, e os servidores pagavam 10,00 reais. Nesse espaço, grande parte dos alimentos consumidos é produzida internamente, por meio de atividades como o cultivo de hortaliças e a criação de animais. Dentre os produtos produzidos no *campus* Colorado, destacam-se ovos, peixes, carnes bovinas, suínas, frango, leite e seus derivados.

O *campus* Colorado oferece residência estudantil (alojamento aos estudantes), e no ano de 2023, recebeu 150 discentes nesses alojamentos, dos quais 89 do gênero feminino e 61 do gênero masculino em sua residência estudantil². A oferta desse serviço é vista de modo positivo pelos estudantes, sobretudo pelos que procedem de outros municípios e que, de outra forma, não conseguiriam estudar em Colorado do Oeste. A residência na escola possibilita a otimização do tempo e a economia de recursos com transporte, habitação e alimentação. Ao reduzir o tempo gasto em deslocamentos e minimizar os custos associados ao transporte, os estudantes podem concentrar-se mais nas atividades acadêmicas e aproveitar ao máximo seu período de formação.

Abaixo, apresentamos a quadro 18, elabora a partir de análise do edital 6/2023/COL - CGAB/IFRO, de 13 de fevereiro de 2023.

QUADRO 18 - BOLSAS DISPONIBILIZADAS NO EDITAL DO PROAP DE COLORADO DO OESTE

Localidade	Quantidade de bolsas	Quantidade de parcelas	Valor individual
Colorado Zona Urbana	110	11	R\$ 110,00
Colorado Zona Rural	10	11	R\$ 200,00

² A informação nos foi repassada pelo Diretor Geral do *Campus* Colorado do Oeste, professor Marcos Aurélio Anequine Macedo, via aplicativo de mensagens de texto.

Cerejeiras	30	11	R\$ 300,00
Corumbiara	10	11	R\$ 380,00
Vilhena	16	11	R\$ 450,00

Fonte: Souza (2023).

O *campus* Colorado do Oeste fez a distribuição dos valores considerando a localidade de moradia dos discentes. Quanto mais distante do *campus* o discente estiver, maior será o valor do auxílio, dentro do limite orçamentário definido no Edital. O edital estabelece diferenças nos valores e quantidades de vagas para os estudantes da zona urbana e rural de Colorado. No entanto, para os discentes de outras localidades, não há essa distinção.

No início, o edital distribuía as vagas com base no número de matrículas de estudantes em cada município. No entanto, após a análise das inscrições deferidas no PROAP, o edital foi ajustado, resultando no remanejamento das vagas restantes. Abaixo, apresentamos o quadro 19 que detalha os dados obtidos na análise do edital 6/2023/COL - CGAB/IFRO, de 13 de fevereiro de 2023, seus anexos, retificações e do processo 23243.000627/2023-16 acessado via Sistema Eletrônico de Informação (SEI).

QUADRO 19 - APRESENTA OS RESULTADOS OBTIDOS COM AS ANÁLISES DOS DADOS NO CAMPUS COLORADO

Colorado					
Curso	Vagas iniciais	Vagas após ratificação	Total de inscritos	Inscrições deferidas	Inscrições indeferidas
Zona Urbana	110	121	181	121	60
Zona Rural	10	02	17	02	15
Cerejeiras	30	26	49	26	23
Corumbiara	10	17	28	17	11
Vilhena	16	09	15	9	6
Total	176	155	290	155	118

Fonte: Souza (2023).

Considerando os dados do quadro 19, fica evidente que a oferta de vagas, exceto no que se refere às vagas disponibilizadas para os alunos residentes no município de Vilhena, está significativamente abaixo do número de inscritos. Mesmo após a ratificação do edital. Além disso, observamos um alto índice de inscrições indeferidas.

Inicialmente, para alunos da zona rural de Colorado foram disponibilizadas 10 vagas, e 17 discentes se inscreveram. No entanto, 88.24% das inscrições foram indeferidas, tornando-se o maior caso de indeferimentos por modalidade. Sendo assim, a maneira como o edital prevê a divisão entre zona urbana e zona rural possibilitou identificar, nesse caso, que o maior quantitativo de discentes com processos indeferidos foram da zona rural, as vagas que não foram preenchidas foram remanejadas.

Entende-se, com bases nas análises, que as barreiras encontradas pelos discentes da zona rural são ainda maiores, por residirem na zona rural, esses discentes podem ter conexão de internet limitada ou até mesmo inexistente, e isso pode ter dificultado o acesso ao sistema de inscrição e aos sites governamentais dos quais poderiam extrair os comprovantes necessários.

Estima-se, ainda, que alguns alunos possam ter enfrentado dificuldade em concluir o processo de inscrição devido à baixa familiaridade com o uso do sistema de inscrição e com tecnologias da informação e da comunicação em geral. A qualidade da conexão de internet e o excesso de documentos exigidos também são fatores que podem ter funcionado como uma barreira, impedindo o acesso desses estudantes ao recurso de que necessitam. Os documentos solicitados precisam ser digitalizados, e nem todos possuem scanner ou sabem utilizar aplicativo que realiza esta função, no telefone celular.

O edital previa a disponibilidade de 16 auxílios para discentes residentes na cidade de Vilhena, porém houve somente 15 inscritos, e dos inscritos, seis foram indeferidos. Após as análises das inscrições, o edital foi retificado, as vagas foram remanejadas e todos os discentes que tiveram suas inscrições deferidas puderam ser contemplados. Diante desse cenário, torna-se necessário aumentar o quantitativo de vagas ofertadas e implementar mecanismos que facilitem o processo de inscrição, garantindo maior acessibilidade e oportunidades para os estudantes vulneráveis socioeconomicamente.

O Departamento de Assistência ao Educando (DEPAE) realizou a divisão dos auxílios considerando localidades de residência dos discentes, sendo assim, as vagas não foram distribuídas considerando as especificidades dos cursos. Mas o processo de número 23243.000627/2023-16, disponível no SEI, apresentou os resultados dos discentes realizando a distinção entre os cursos de ensino médio e de graduação. Abaixo apresentamos o quadro 20 com o quantitativo de discentes do Ensino Médio que foram contemplados.

QUADRO 20 - APRESENTA OS RESULTADOS OBTIDOS COM AS ANÁLISES DOS DADOS NO
CAMPUS COLORADO

Curso de Ensino Médio	Discentes aprovados
Zona urbana Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio	26
Zona rural Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio	1
Cerejeiras Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio	12
Corumbiara Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio	11
Vilhena Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio	2

Fonte: Souza (2023).

No ano de 2023, o *campus* de Colorado ofertou 120 vagas para o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio. No total, o auxílio PROAP, em 2023, contemplou 52 discentes do curso mencionado acima. O curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio ministrado de modo integral (matutino e vespertino), por esse motivo pode apresentar desafios para os discentes, a carga horária integral pode dificultar a participação em outras atividades, como trabalho como jovens aprendizes ou auxílio nos afazeres domésticos. Nesse contexto, o auxílio oferecido aos discentes é crucial para garantir sua permanência e sucesso no curso.

QUADRO 21 - APRESENTA OS RESULTADOS OBTIDOS COM AS ANÁLISES DOS DADOS NO
CAMPUS COLORADO

Discentes aprovados	Discentes aprovados	Discentes aprovados	Discentes aprovados	Discentes aprovados	Discentes aprovados
Graduação	Zona urbana	Zona rural	Cerejeiras	Corumbiara	Vilhena
Bacharelado em Engenharia Agrônômica	45	0	8	3	3
Bacharelado em Medicina Veterinária	14	1	5	2	2
Bacharelado em	28	0	1	1	2

Zootecnia					
Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental	5	0	0	0	2
Licenciatura em Ciências Biológicas	3	0	0	0	2
Total	95	1	14	3	7

Fonte: Souza (2023).

Analisando o quadro 21 é possível perceber um baixo quantitativo de discentes contemplados no curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental e Licenciatura em Ciências Biológicas. Segundo informações do Departamento de Assistência ao Educando, há baixa procura por esses cursos e um alto índice de evasão, por esse motivo tem-se um menor quantitativo de discentes inscritos para este auxílio, e conseqüentemente uma menor taxa de contemplados.

Após análises dos editais constatou-se que 10 vagas foram disponibilizadas para o auxílio destinado a estudantes residentes na zona rural de Colorado. Inscreveram-se 17 discentes, demonstrando o interesse e a necessidade desse suporte financeiro. No entanto, apenas 1 estudante da graduação teve seu processo deferido.

O quadro 22 sintetiza os resultados obtidos após as análises dos dez editais dos Institutos Federais de Rondônia.

QUADRO 22 - APRESENTAÇÃO DE UMA SÍNTESE DOS RESULTADOS FINAIS OBTIDOS APÓS A ANÁLISE DOS DEZ EDITAIS

<i>Campus</i>	Inscritos	Deferidos	Indeferidos	Indeferidos maiores de idade
Guajará-Mirim	239	184	55	29
Vilhena	72	61	11	11
São Miguel do Guaporé	39	38	1	1
Porto Velho/Calama	577	437	140	72
Jaru	154	131	23	11
Cacoal	327	186	141	62
Ji-Paraná	302	219	83	30

Porto Velho/Zona norte	280	217	63	56
Ariquemes	335	252	83	33
Colorado	290	174	116	90
Total	2.615	1.899	716	395

Fonte: Souza (2023).

Ressaltamos que a nossa pesquisa se baseou nos dados referentes aos discentes com inscrições efetivadas e indeferidas. Porém, com base em meu conhecimento empírico, como assistente de alunos, foi possível perceber que muitos discentes sequer conseguiram realizar a sua pré-inscrição e submetê-la, devido a dificuldades em obter os documentos solicitados pelos editais e operar o sistema de inscrição.

Ao analisarmos o total de inscritos temos o quantitativo de 2.615 discentes, porém, 716 desses alunos inscritos tiveram suas inscrições indeferidas, os dados obtidos representam 27,38% dos discentes inscritos no PROAP tiveram sua inscrição indeferida. Esses dados evidenciam a urgência de estabelecer mecanismos que garantam a inclusão e acessibilidade das Políticas Públicas. Em se tratando de política pública direcionada aos vulneráveis socioeconomicamente, deve-se projetar soluções acessíveis para que todas as pessoas que se encontram nessa condição, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, econômicas ou culturais, possam concorrer aos editais (já que a disponibilidade de recursos não permite atender a todos, de modo direto). Quando isso não ocorre configura-se processo de inclusão excludente.

SEÇÃO V: AS DESIGUALDADES SOCIAIS COMO DESAFIO À INCLUSÃO EDUCACIONAL

A desigualdade no acesso à renda, bens, serviços e direitos sociais é um fenômeno profundamente enraizado na história brasileira. Desde o período colonial, a estrutura social foi organizada de forma a perpetuar a concentração de recursos nas mãos de uma elite minoritária, enquanto a maioria da população enfrentava condições de vida precárias. Essa configuração, baseada em relações de exploração e exclusão, ainda hoje impacta milhões de brasileiros, perpetuando ciclos de pobreza e desigualdade.

No Brasil colonial, a sociedade foi moldada por uma economia baseada na exploração do trabalho escravo e na concentração fundiária. A elite proprietária de terras detinha não apenas o poder econômico, mas também o controle político e social. Conforme Siqueira (2009), os recursos materiais para a população destituída eram escassos, agravando a desigualdade socioeconômica e criando raízes de uma sociedade marcada pela polarização entre senhores e escravizados. A abolição da escravatura, em 1888, não trouxe mudanças significativas nessa dinâmica, pois a transição para o trabalho livre não foi acompanhada de políticas públicas de inclusão ou de redistribuição de terras. Como resultado, as estruturas de exclusão permaneceram, agora em um contexto de trabalho livre precário e marginalizado (Cardoso, 2018).

Com o advento do capitalismo e da Revolução Industrial, a desigualdade assumiu novas formas. A industrialização impulsionou a migração de trabalhadores rurais para os centros urbanos, mas a falta de qualificação para o trabalho fabril e a oferta de mão de obra levaram ao crescimento do subemprego e da pobreza urbana. Guimarães (2016) ressalta que a transição de um modelo agrário para um industrial exacerbou a exploração dos trabalhadores, que enfrentavam baixos salários e condições de trabalho precárias. Essas transformações ampliaram a exclusão social, tornando ainda mais evidente a necessidade de políticas públicas que enfrentam não apenas as desigualdades econômicas, mas também as sociais e culturais.

No contexto contemporâneo, a pobreza no Brasil é reconhecida como um fenômeno multidimensional, que vai além da falta de recursos financeiros. Como apontado por Townsend (1962), a pobreza envolve privação de capacidades, oportunidades e escolhas, afetando a possibilidade de indivíduos e comunidades alcançarem um desenvolvimento pleno. A falta de acesso à educação, saúde, moradia e outros direitos sociais reflete a persistência de desigualdades estruturais que se entrelaçam com fatores como gênero, raça e etnia.

Freire (1987), em sua análise da pedagogia do oprimido, reforça que a pobreza não se limita à privação material, mas também rouba a humanidade, restringindo as possibilidades de ser, pensar e agir. Ele propõe uma educação libertadora como ferramenta essencial para romper com as estruturas de opressão, promovendo a conscientização coletiva e a transformação social. Essa abordagem vai além da ajuda humanitária, defendida por autores como Lewis (1959), ao enfatizar a necessidade de empoderar os indivíduos e comunidades para que possam agir como protagonistas na luta por seus direitos.

Dados contemporâneos refletem a gravidade do problema: mesmo com o avanço de políticas públicas voltadas à redução da pobreza e da desigualdade, o Brasil permanece entre os países mais desiguais do mundo. Embora possua uma economia robusta, a concentração de renda ainda é alarmante. De acordo com dados de 2023, os 10% mais ricos detêm 58,6% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres recebem apenas 10% (IBGE, 2023). Essa disparidade se reflete também na diferença salarial: o rendimento médio mensal do 1% mais rico é 39,2 vezes maior que o dos 40% mais pobres (IBGE, 2023).

Em Rondônia, a pobreza também apresenta índices alarmantes, com cerca de 15,5% da população vivendo abaixo da linha da pobreza, conforme dados do IBGE (2023). Essa realidade é mais acentuada em regiões rurais, onde a falta de infraestrutura e acesso a serviços públicos como educação, saúde e saneamento contribuem para perpetuar o ciclo de exclusão social. Além disso, a desigualdade étnica e racial é um fator significativo, com comunidades indígenas e quilombolas enfrentando condições socioeconômicas ainda mais desfavoráveis.

As regiões urbanas de Rondônia também sofrem com problemas relacionados à pobreza urbana, como o crescimento de favelas e a precariedade no acesso à saúde e à educação. A desigualdade educacional é evidenciada pela alta taxa de analfabetismo funcional, que limita as oportunidades de trabalho e contribui para a manutenção de baixos índices de mobilidade social. Em 2023, Rondônia registrou uma taxa de desemprego de 11,2%, refletindo os desafios enfrentados por trabalhadores de baixa renda em setores vulneráveis da economia.

Além disso, avanços pontuais no combate à pobreza extrema destacam a eficácia de algumas políticas. Em 2023, o Brasil registrou uma redução de 40% na pobreza extrema em comparação ao ano anterior, com queda de 45,2% entre mulheres negras (MDS, 2023). Contudo, tais melhorias não eliminam a necessidade de reformas estruturais para enfrentar a concentração de riqueza e a exclusão social de forma sustentável.

Em relação à educação, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tem desempenhado um papel importante na promoção da equidade. Em 2023, o programa atendeu

mais de 400 mil estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com um investimento de R\$1,35 bilhão (MEC, 2023).

As desigualdades no acesso à renda, bens e serviços também se refletem nas regiões do Brasil, evidenciando disparidades regionais históricas. No Norte e Nordeste, por exemplo, as taxas de pobreza e exclusão social são consideravelmente mais altas em comparação ao Sudeste e Sul. Essas diferenças não são apenas geográficas, mas também derivam de fatores como acesso desigual a investimentos em infraestrutura, educação e saúde ao longo das décadas.

Uma compreensão histórica e aprofundada das desigualdades é essencial para propor soluções mais eficazes e duradouras. Estudos como o de Piketty (2014) destacam que a concentração de riqueza é um fenômeno global, mas suas manifestações no Brasil são amplificadas pela ausência de uma reforma fiscal que priorize redistribuição de renda. O desafio do Brasil é superar tanto as heranças coloniais quanto os impactos contemporâneos de um mercado globalizado que perpetua desigualdades estruturais.

Nesse contexto, a reforma fiscal proposta pelo ministro Fernando Haddad, em 2025, se apresenta como uma tentativa de reverter esse cenário, buscando reestruturar o sistema tributário brasileiro com o objetivo de reduzir as disparidades sociais. A reforma visa, entre outras medidas, aumentar a progressividade do sistema tributário, de modo que os mais ricos contribuam mais, enquanto as camadas de menor renda se beneficiem de alívios fiscais. Além disso, a proposta prevê uma revisão das isenções fiscais e uma ampliação no financiamento de serviços essenciais, como saúde e educação, beneficiando principalmente as camadas mais vulneráveis, incluindo os chamados "maus pobres", que historicamente têm sido excluídos de políticas públicas eficazes. Com isso, espera-se que a reforma contribua para uma distribuição mais justa da carga tributária e um fortalecimento das políticas sociais, alinhando-se à necessidade de uma mudança estrutural que enfrente as desigualdades históricas e contemporâneas do Brasil.

A reforma tributária, ao buscar uma distribuição mais justa da carga fiscal e fortalecer as políticas sociais, pode desempenhar um papel importante na mitigação das desigualdades históricas e contemporâneas do Brasil. No entanto, essas desigualdades são também refletidas em outros aspectos das políticas públicas, como no caso dos editais do PROAP. Essas desigualdades são agravadas pela falta de clareza nos processos de comunicação institucional, como os editais do PROAP, que frequentemente apresentam barreiras linguísticas para os estudantes. A complexidade dos textos oficiais reflete não apenas o analfabetismo funcional de parte da população, mas também a ausência de iniciativas institucionais para adotar uma linguagem mais acessível. Esse cenário evidencia como a desigualdade histórica na educação e

na distribuição de recursos ainda impacta o acesso a políticas públicas destinadas à inclusão e permanência estudantil.

Portanto, compreender a história das desigualdades no Brasil e suas repercussões contemporâneas é essencial para propor soluções que promovam a inclusão. A inclusão social é um processo essencial para reduzir desigualdades e garantir que todos os indivíduos tenham acesso a oportunidades que possibilitem seu pleno desenvolvimento. Para que essa inclusão ocorra de maneira efetiva, é necessário um conjunto de políticas públicas voltadas para a garantia de direitos fundamentais, como moradia, educação e saúde. Esses três pilares são indispensáveis para a promoção da dignidade humana e para a construção de uma sociedade mais igualitária.

No campo da educação, a inclusão social ocorre por meio da ampliação do acesso e da permanência de estudantes em instituições de ensino de qualidade. A educação tem o poder de romper ciclos de pobreza e criar oportunidades para que indivíduos ascendam socialmente. Paulo Freire (1987) defende que a educação deve ser libertadora, permitindo que os indivíduos não apenas adquiram conhecimento, mas também desenvolvam consciência crítica sobre sua realidade e se tornem agentes de transformação social. Programas como o PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil) exemplificam políticas que buscam garantir que estudantes em situação de vulnerabilidade tenham condições adequadas para se manter no curso, reduzindo taxas de evasão e promovendo equidade.

A moradia também desempenha um papel central no processo de inclusão social. A falta de uma habitação digna agrava desigualdades e limita o acesso a outros direitos, como saneamento básico, segurança e infraestrutura urbana. Segundo Castel (1998), a exclusão social está diretamente ligada à precarização das condições de vida, sendo a habitação um dos elementos fundamentais para garantir a integração dos indivíduos na sociedade. Iniciativas como o programa Minha Casa Minha Vida representam esforços governamentais para reduzir o déficit habitacional e proporcionar maior estabilidade para famílias em situação de vulnerabilidade, garantindo-lhes um espaço seguro para viver e se desenvolver.

No que se refere à saúde, a inclusão ocorre quando há acesso universal a serviços médicos de qualidade, independentemente da condição socioeconômica do indivíduo. A Organização Mundial da Saúde (OMS) destaca que a saúde não é apenas a ausência de doença, mas um estado completo de bem-estar físico, mental e social. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) representa um avanço significativo na democratização do acesso à saúde, oferecendo atendimento gratuito e universal à população. No entanto, desafios como a falta de

infraestrutura em algumas regiões e a escassez de profissionais de saúde ainda dificultam a efetivação plena desse direito.

Dessa forma, a inclusão social depende de políticas públicas eficazes e da participação ativa da sociedade na luta por direitos. Como aponta Amartya Sen (2000), a verdadeira liberdade está na possibilidade de escolha e no acesso a condições que permitam uma vida digna. Quando educação, moradia e saúde são garantidas de forma ampla e equitativa, a sociedade avança rumo a um modelo mais justo e benéfico a todos.

A demanda por auxílio à permanência e os desafios do processo

No IFRO, as ações de assistência estudantil têm como público-alvo estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, entendida como:

[...] o conjunto de incertezas, inseguranças e riscos, enfrentados quanto à fragilização de vínculos familiares e ao acesso e atendimento às necessidades básicas de bem-estar social, que envolve condições habitacionais, sanitárias, educacionais, de trabalho, de renda e de bens de consumo, sendo que tal vulnerabilidade pode ser agravada em estudantes indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, com necessidades educacionais específicas, entre outros (Ifro, 2018, p. 4).

Embora não se utilize do conceito de pobreza, é ela que está em jogo quando o IFRO se refere à hipossuficiência no atendimento de necessidades básicas. Percebe-se, desse modo, aproximação aos conceitos de pobreza de Lewis (1959) e de Freire (1987).

Segundo Lewis, a pobreza seria um estado de privação econômica, de desorganização social e de carência generalizada, que constituiria uma cultura própria. Por meio da vivência familiar essa cultura seria transmitida dos pais para os filhos, compreendendo crenças (formas de explicação que justificariam sua condição socioeconômica), valores, estratégias de sobrevivência, de resistência e superação. Conforme o autor, um dos efeitos da pobreza é marginalidade funcional – marginalidade que não se define em relação a um centro físico ou visível da sociedade, mas em relação ao centro do próprio sistema social. Seriam, então, marginalizados todos aqueles que vivem fora dos circuitos de produção econômica, de criação cultural ou de decisão política desse sistema.

Nessa perspectiva, uma pessoa estaria na condição de pobreza se a sua renda ou os seus gastos de consumo agregados fossem inferiores a um valor estabelecido como necessário para sua sobrevivência (Carneiro, 2005). No entanto, estudos de Townsend (1962) criticaram os limites dessa interpretação, destacando que a noção de pobreza relativa não se limita a aspectos exclusivamente monetários. Para ele, pobreza é sinônimo de privação de capacidades, de

oportunidade de escolha e de possibilidade de ser e fazer, o que envolve desde a capacidade de atender às demandas mais vitais, até as mais complexas.

Towsend (*op. cit.*) propõe que se leve em conta não só o rendimento mensal dos indivíduos ou de suas famílias, mas o nível de acesso a recursos como: educação, saúde, habitação, assistência social, dentre outros direitos sociais. Por esse prisma, e ao se considerar tais aspectos, a categoria que melhor auxiliaria na reflexão acerca do tema seria a de privação social, e não a de pobreza, propriamente dita. A privação social deve ser pensada a partir de experiências concretas, relacionadas com as expectativas e representações sociais e as condições materiais de reprodução da vida. Assim, é pertinente considerar, ao se refletir sobre privação social, fatores como renda, classe, gênero, raça e etnia, que se entrecruzam e complexificam os processos sociais.

Freire (1987), em sua pedagogia do oprimido, aproxima-se de Towsend na medida em que entende a pobreza como elemento de privação. Para ele, a pobreza rouba-nos a humanidade, ou seja, restringe opressivamente as possibilidades de ser, de pensar e de se desenvolver, objetiva e subjetivamente. Mas diferentemente de Lewis, que aborda o problema numa perspectiva individual/familiar, Freire considera a dimensão coletiva do problema, trazendo à tona elementos do passado colonial, da história política da América Latina e da inserção desses países na economia global. Ambos têm proposta de libertação, sendo que o primeiro aponta como caminho principal a ajuda humanitária dos países ricos e a concessão da palavra aos pobres: que eles possam expressar suas experiências e vivências na política, na literatura, no cinema, etc. Lewis se colocava como um mediador entre eles e a cultura acadêmica formal, denunciando seus desafios de sobrevivência.

Para Freire, a libertação passaria pela educação da classe trabalhadora, envolvendo reflexão e ação coletivas a partir de temas geradores, expressivos das inquietações que perpassam o cotidiano dos estudantes. Para ele não, se trata de conceder a palavra, de dar voz aos oprimidos, mas de assegurar a eles os meios para que tomem a palavra para que se apropriem da própria voz e da própria história. Para Freire, a libertação passaria pela educação das massas com as massas, envolvendo reflexão e ação coletivas. Sua proposta pedagógica é uma proposta libertadora porque tem como compromisso a humanização, que implica na restituição histórica das possibilidades de ser, de desenvolvimento omnilateral dos educandos. Para isso, a apropriação dos conhecimentos do dominador (de sua ciência, e suas artes, de suas técnicas e tecnologias) é condição inescapável.

Quando tratamos da política de assistência estudantil, não podemos perder de vista que os usuários dessa política são adolescentes e jovens que vivenciam, de maneiras variadas,

situações de opressão, como privação econômica, preconceito racial e de gênero, marginalização, dentre outros. A assistência, contudo, não pode se limitar à transferência de recursos financeiros, mas deve ser acompanhada de ações pedagógicas que empoderem esses estudantes para a ação coletiva libertadora. Nas palavras de Freire (1987, p. 26):

Nenhuma pedagogia realmente libertadora pode ficar distante dos oprimidos, quer dizer, pode fazer deles seres desditados, objetos de um ‘tratamento’ humanitarista, para tentar, através de exemplos retirados de entre os opressores, modelos para a sua ‘promoção’. Os oprimidos hão de ser o exemplo para si mesmos, na luta por sua redenção. A pedagogia do oprimido, que busca a restauração da intersubjetividade, se apresenta como pedagogia do Homem. Somente ela, que se anima de generosidade autêntica, humanista e não ‘humanitarista’, pode alcançar este objetivo. Pelo contrário, a pedagogia que, partindo dos interesses egoístas dos opressores, egoísmo camuflado de falsa generosidade, faz dos oprimidos objetos de seu humanitarismo, mantém e encarna a própria opressão. É um instrumento de desumanização.

Esta perspectiva crítica ainda está distante da operacionalização da política de Assistência Estudantil do IFRO e do próprio currículo ensinado, salvo raras exceções. Assim, defende-se o aperfeiçoamento desta política, com maior vinculação às atividades de pesquisa e extensão e com a incorporação de ações mais efetivas de acompanhamento escolar, de formação de leitores e seminários temáticos acerca de questões objetivas que configuram cenários de opressão, como o custo de vida na Amazônia, racismo, violência de gênero, a produção das desigualdades sociais, o próprio orçamento do Instituto Federal em face das despesas fixas, dentre outros.

A política de assistência estudantil do IFRO, regulamentada pela Resolução nº 23 de 26 de março de 2018 é um instrumento eficiente de promoção da permanência e redução da evasão escolar. Segundo dados levantados no SUAP, menos de 25% dos estudantes beneficiários da política evadem. O que se propõe é que ela seja fortalecida e que amplie o escopo de suas ações, de modo a mais bem contribuir com a libertação social.

Um dos mais importantes desafios dessa política atualmente é a limitação orçamentária. Ampliar os recursos para as ações de assistência estudantil é urgente, visto que a maior parte dos estudantes desta instituição provém de famílias de baixa renda. Em razão das limitações financeiras, muitos desses estudantes enfrentam dificuldades para pagar o transporte, a alimentação, o calçado e os materiais necessários ao curso – materiais esses que, em alguns casos, são EPIs de valor inacessível, ou que se adquiridos, comprometem as outras necessidades vitais da família. A assistência estudantil, para muitos, é o único meio de que dispõem para que consigam estudar.

Para além da defesa da ampliação de recursos para a assistência estudantil, que destacamos ser necessária, entendemos que alguns desafios são urgentes: 1) desnaturalizar a pobreza; 2) posicionar a pobreza no currículo; 3) promover uma educação que contribua para a libertação da classe trabalhadora. Entendemos que é necessário avançar nas reflexões acerca da produção social da pobreza no Brasil, de seus múltiplos determinantes e de sua “centralidade no viver, na formação dos educandos e de sua consciência e identidade coletivas” (Arroyo; Saraiva, 2017, p. 156). Ou seja, mais do que colaborar para o enfrentamento da pobreza e oferecer suporte aos estudantes hipossuficientes, é preciso falar sobre as opressões vividas, reforçando a consciência social. A título de exemplo, os autores ressaltam:

Há educadores que trabalham a pobreza como tema gerador de estudo e de formação. Eles começam abrindo espaços para que os sujeitos narrem suas vivências pessoais e familiares da pobreza, dos lugares onde moram (vilas, favelas, barracos); da pobreza de renda, de alimentação; da pobreza dos trabalhos precarizados, instáveis, do desemprego dos pais, do trabalhar longe da mãe, dos irmãos. Abrem-se espaços para que eles narrem também se o pai está empregado ou desempregado, se a mãe trabalha em casa ou fora, se a mãe, quando eles acordam, já saiu para trabalhar e se já os encontra dormindo ao voltar. Nesse sentido, faz-se da pobreza objeto de estudo, de um tema gerador de pesquisas sérias para que esses indivíduos saibam por que são pobres, o que isso significa e o que os produz como tal (Arroyo; Saraiva, 2017, p. 156).

Estima-se que a transferência de recursos associadas às reflexões sugeridas por Arroyo e Saraiva possam ter efeitos positivos de longa duração.

No IFRO a demanda por recursos de assistência estudantil é crescente. A cada ano, mais alunos se inscrevem nos editais, talvez em razão dos impactos econômicos decorrentes da pandemia de COVID-19. O IFRO busca atender a essas demandas por meio de programas de assistência estudantil previstos na Resolução nº 23 de 26 de março de 2018, em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)

No que se refere ao Programa de Auxílio à Permanência (PROAP), sobre o qual concentramos nossa análise, trata-se de um programa fundamental para promover o acesso e a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No primeiro semestre de 2023 os 10 editais publicados do referido programa obtiveram o total de 2.615 inscrições, sendo 1.899 deferidas e 716 indeferidas. Percebe-se que a demanda é alta, e a disponibilidade de recursos é insuficiente para atender ao conjunto dos demandantes.

Para acessar auxílio estudantil deste programa, a Resolução nº 23 de 26 de março de 2018 estabelece critérios: que os estudantes estejam matriculados em curso de Ensino Médio Integrado ao Técnico, Técnico Subsequente ou Graduação; que possuam renda *per capita* familiar inferior a um salário mínimo e meio (o que correspondia, em 2023, a R\$: 1.953,00) ademais, são solicitados documentos não obrigatórios para fins de pontuação. São distribuídos

100 pontos entre as opções “a, b, c, d, e” os *Campi* possuem autonomia para realizar essa distribuição de acordo com as opções mencionadas acima. Desse modo a classificação do discente é realizada a partir de pontos que são obtidos através das seguintes documentações:

- a) comprovar pertencer à unidade familiar que possui a menor renda *per capita*;
- b) comprovar que algum membro do núcleo familiar possui doença crônica ou pessoa com deficiência;
- c) família participante de Programas Sociais do Governo Federal, Estadual ou Municipal com comprovação atualizada, tais como: Benefício de Prestação Continuada; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano; Programa Bolsa Família e os programas remanescentes nele unificados; Programa Nacional de Inclusão do Jovem - Pró-Jovem; Auxílio Emergencial Financeiro e outros programas de transferência de renda destinados à população atingida por desastres, residente em Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência; Demais programas de transferência condicionada de renda implementada por Estados, Distrito Federal ou Municípios;
- d) O aluno comprovar residência em localidades diferentes da cidade sede do *campus* ou em área rural, realizando a locomoção diária;
- e) comprovar que estudou a educação básica somente em escola pública;

O edital também estabelece os requisitos para permanecer como beneficiário do PROAP, sendo eles:

- a) estar devidamente matriculado em curso Técnico Integrado, subsequente ou Graduação;
- b) estar devidamente matriculado no mínimo em duas disciplinas em curso Técnico subsequente ou graduação;
- c) não ter impedimento jurídico ou inadimplência com a Instituição;
- d) comprovar os critérios estabelecidos para seleção do edital e ter participação e desempenho acadêmico mínimo para aprovação.

Embora o programa exija desempenho acadêmico mínimo, aferido pela obtenção de 60 pontos na média para aprovação, ele não contempla mecanismos de acompanhamento escolar ou iniciativas que atuem diretamente na superação das vulnerabilidades enfrentadas pelos estudantes. Essa lacuna é agravada pelos desafios impostos pela linguagem técnica utilizada nos editais, que, por sua função normativa e organizacional apresentam barreiras linguísticas significativas. Essas barreiras dificultam a compreensão da comunidade acadêmica, e estima-

se que parte dessa comunidade possa ser analfabeta funcional – um fator que limita sua capacidade de interpretar textos oficiais e compromete sua permanência e sucesso acadêmico.

Os desafios não residem apenas na complexidade técnica dos editais, mas também na falta de adaptação da linguagem à realidade do público-alvo. A ausência da Linguagem Simples nos processos comunicativos institucionais é um ponto crítico que merece reflexão e autocrítica por parte das organizações, incluindo o Instituto Federal de Rondônia. A Linguagem Simples busca simplificar a comunicação, tornando-a clara, direta e acessível para todos, sem perder a formalidade e a precisão exigidas em documentos oficiais. Sua aplicação poderia reduzir as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, promovendo uma maior inclusão e equidade no acesso às políticas institucionais.

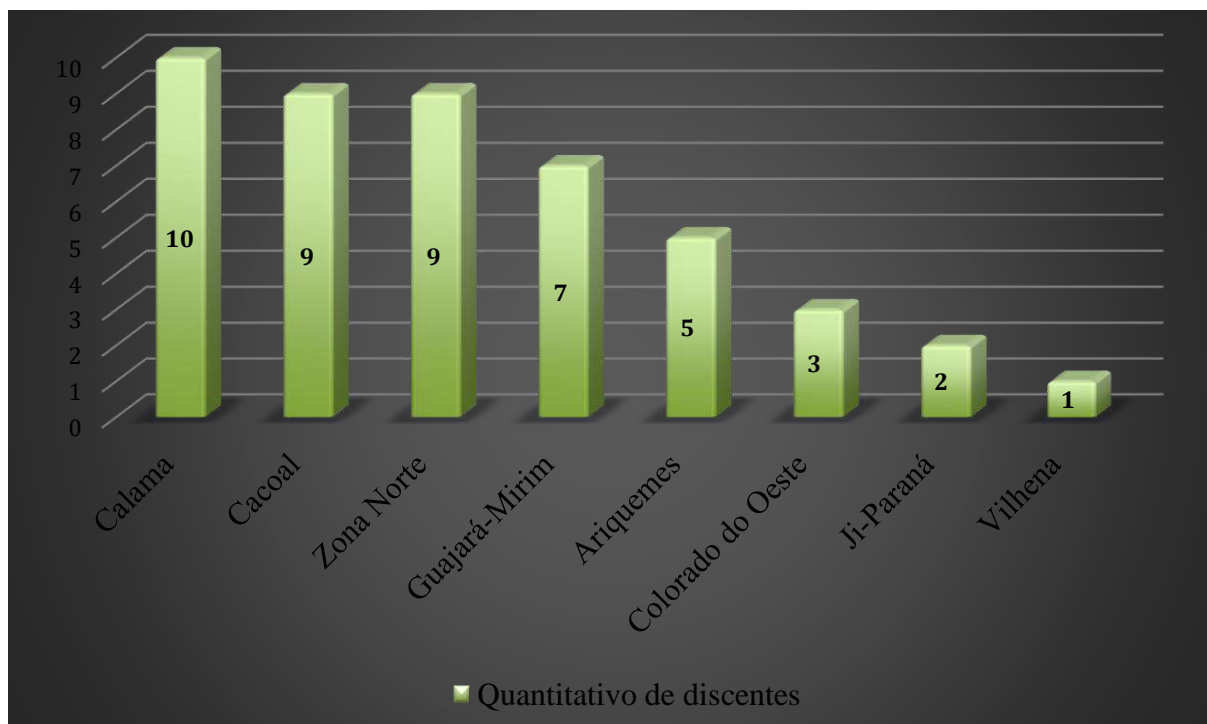
Além disso, os editais frequentemente pressupõem que os candidatos possuam competências consolidadas em informática, leitura e interpretação textual. No entanto, a realidade demonstra que muitos estudantes – tanto do Ensino Médio quanto do Ensino Superior – enfrentam limitações nessas áreas. No período analisado, dos 716 candidatos que tiveram suas inscrições indeferidas, 395 eram maiores de 18 anos, indicando que boa parte desses estudantes estava no nível de graduação. Esse dado é alarmante, pois revela que mesmo entre aqueles que já concluíram a etapa da educação básica, há lacunas significativas nas habilidades exigidas para participar de processos seletivos.

A análise sugere que a dificuldade de compreensão dos editais não é apenas um reflexo das limitações dos estudantes, mas também da falta de adaptação institucional às necessidades de seu público. Assim, é imprescindível que a redação oficial seja revisada e adaptada, considerando a inclusão da Linguagem Simples como uma estratégia para ampliar o alcance e a eficácia dos programas de assistência estudantil. A implementação de práticas de revisão linguística, aliadas a esforços para a democratização da comunicação institucional, tem potencial para minimizar a exclusão de candidatos.

Resultados do questionário aplicado junto aos discentes

Convidamos para participar da pesquisa 395 discentes dos dez *Campi* localizados no estado de Rondônia, e destes, 46 aceitaram colaborar, sendo 35 discentes do sexo feminino e 11 alunos do sexo masculino, a faixa etária dos acadêmicos que participaram da pesquisa varia entre 18 a 49 anos. Segue, abaixo, os resultados do quantitativo de discentes que participaram da pesquisa em cada *campus* do IFRO:

GRÁFICO - 1: *CAMPUS* NO QUAL O DISCENTE ESTUDA.



Fonte: Souza (2023).

No gráfico 1, não há dados referentes aos discentes do *campus* Jaru e São Miguel do Guaporé, pois eles não se propuseram a responder ao questionário. Os *campi* de Ariquemes, Cacoal e Colorado do Oeste ficam localizados na zona rural, sendo assim, o gasto com transporte é ainda maior por parte dos discentes que estudam nessas unidades. O gráfico 1 indica que 19 discentes que participaram da nossa pesquisa são desses *campi*.

Além disso, três estudantes dos cursos presenciais relataram residir em um município diferente daquele onde estudam. Uma das estudantes participantes da pesquisa vive em Nova Mamoré e estuda em Guajará-Mirim, percorrendo diariamente uma distância de 80 km para frequentar as aulas. A segunda participante, que reside em outra cidade, mora em Pimenta Bueno e estuda em Cacoal, totalizando 60 km percorridos diariamente. A terceira participante mora na cidade de Teixeiraópolis, e percorre 110 km todos os dias para chegar ao *campus* de Ji-Paraná. Não obstante, ao analisarmos o questionário identificamos, também, que três discentes, dos cursos presenciais, residem na zona rural.

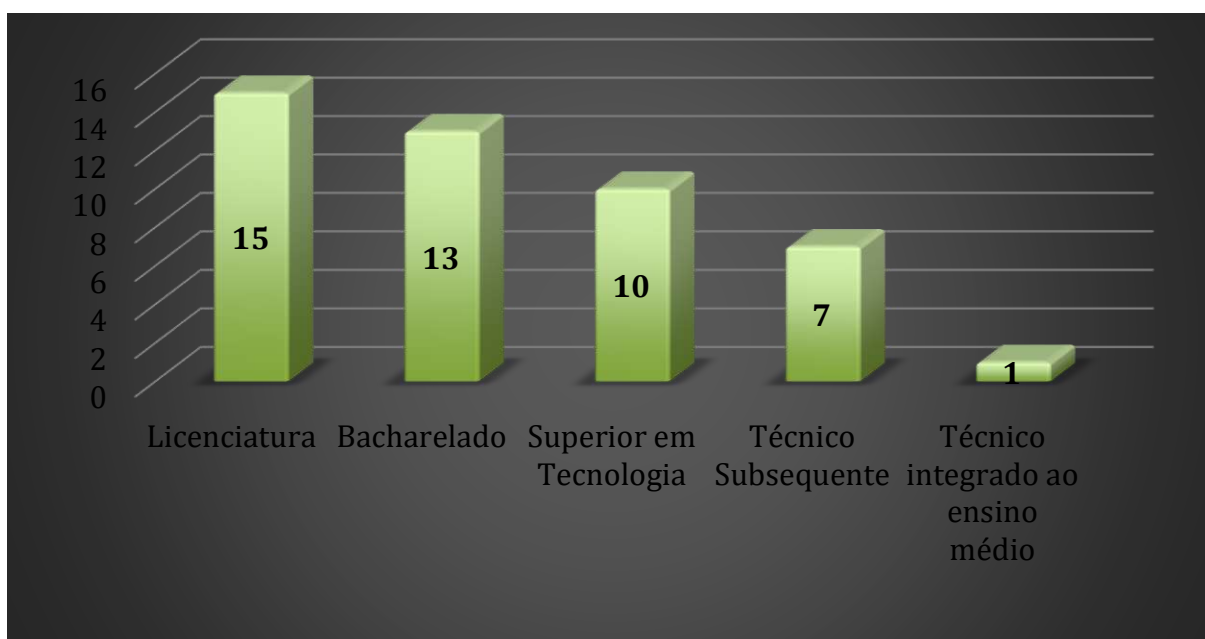
Em face do gráfico 1 e de demais informações apresentadas pelos estudantes foi possível perceber que os gastos com locomoção são frequentes. Isso ocorre tanto porque alguns estudantes residem em municípios diferentes daqueles onde estudam, quanto devido à localização do próprio *campus*, que pode estar situado em áreas rurais. As dificuldades

enfrentadas em relação ao transporte podem ser um dos fatores que contribuem para a evasão desses estudantes

A análise dos dados coletados por meio do questionário revela a necessidade de simplificar o processo de inscrição para o auxílio PROAP. Abaixo, apresentamos, por tipo de curso, o quantitativo de discentes que contribuíram com respostas ao *survey*.

No gráfico 2, apresentamos um detalhamento do quantitativo de discentes por cursos.

GRÁFICO - 2: QUANTIDADE DE DISCENTES DISTRIBUÍDA POR CURSOS



Fonte: Souza (2023).

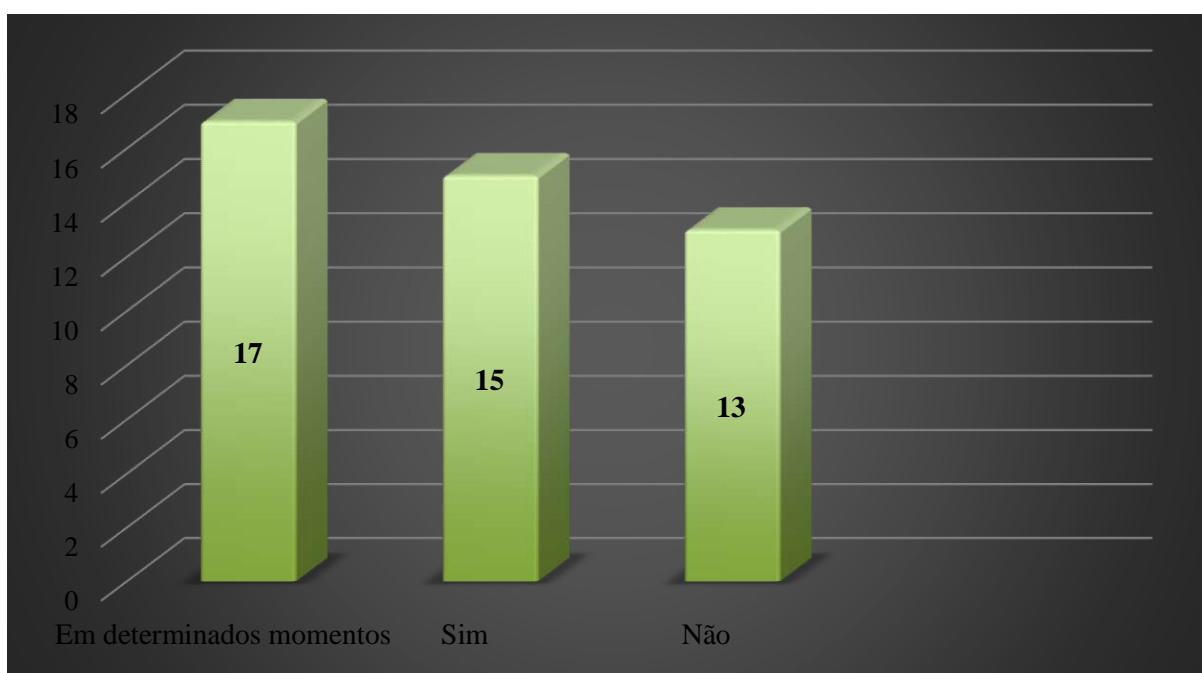
Dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, apenas um discente respondeu ao questionário, sendo ele do curso Técnico em Informática. Dos participantes da pesquisa que estão matriculados nos cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio, temos os seguintes cursos: Técnico em Administração, Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Enfermagem. Nas licenciaturas apresentam-se as seguintes: Ciências Biológicas; Geografia; Matemática; Química; Pedagogia e Física. Em relação aos cursos de Bacharelado: Medicina Veterinária; Engenharia Civil, Engenharia Agrônômica; Zootecnia e Agronomia. Ademais, apresentamos os cursos de nível superior denominados: Tecnologia em Análise em Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Gestão Pública; Tecnologia em Gestão Comercial.

De acordo com a gráfico 2, observamos que apenas um aluno do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio respondeu ao questionário. Essa baixa participação pode ser

atribuída ao fato de que a maioria desses alunos é menor de idade, e os participantes da nossa pesquisa deveriam ter 18 anos ou mais.

Elaboramos o seguinte questionamento aos discentes: Referente à inscrição no PROAP, você teve dificuldades para entender o que o edital estava solicitando? Para esta questão, ofertamos as seguintes opções: Em determinados momentos; Sim; Não. O gráfico 3 apresenta os resultados obtidos.

GRÁFICO - 3: REFERE-SE ÀS DIFICULDADES PARA ENTENDER O QUE O EDITAL ESTAVA SOLICITANDO.



Fonte: Souza (2023).

Conforme dados expressos no gráfico 3, 17 discentes disseram ter encontrado dificuldades em compreender o que o edital estava solicitando em “determinados momentos”, ou seja, não compreenderam o edital em sua integralidade. Sendo que 15 discentes optaram por afirmar, de maneira categórica, que “sim”, tiveram dificuldades, enquanto 13 estudantes informaram que não tiveram dificuldades em compreender o que o edital estava solicitando.

Analisamos dez editais do PROAP de 2023, os quais possuíam em média de 12 a 17 páginas. Os editais são documentos utilizados para dar publicidade a informações de interesse da sociedade. Em geral, eles têm por objetivo abrir e regular processos de seleção de funcionários públicos, estudantes para instituições públicas de ensino, assistência estudantil, entre outros. O edital é um documento oficial, geralmente, possui uma linguagem mais complexa, burocrática, por vezes, excludentes. A escolha das palavras é capaz de integrar ou segregar leitores (Fischer, 2012, p. 16).

Uma das motivações para usar a linguagem simples em editais relacionados à assistência estudantil é a adequação ao seu público-alvo, pois existe um grande número de analfabetos funcionais que têm dificuldade em ler e compreender textos simples do dia a dia. O analfabeto funcional é definido pelas Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) como:

Toda pessoa que sabe escrever seu próprio nome, que lê e escreve frases simples e efetua cálculos básicos, porém é incapaz de interpretar o que lê ou de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas, impossibilitando seu desenvolvimento pessoal e profissional (Unesco, 2014, p. 23).

Dados do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), de 2018, concluíram que o percentual de analfabetos funcionais chega a cerca de 30% da população brasileira. Desse percentual, 8% são analfabetos e não conseguem realizar tarefas simples envolvendo a leitura e 22% são classificados no nível rudimentar, identificam informações explícitas e literais que geralmente fazem parte do seu cotidiano. A amostra também apontou que 34% são de nível elementar, conseguem fazer pequenas inferências de textos médios e fazer comparações entre eles. Vinte e cinco por cento possuem nível intermediário, conseguindo localizar informações em textos diversos, relacionando regras e casos particulares, além de identificar as funções de pontuação e figuras de linguagem. Por fim, os dados apontaram que somente 12% da população está em nível proficiente, o que significa que é capaz de ler e elaborar textos complexos a partir de um contexto, interpretar gráficos e tabelas com mais de duas variáveis e perceber ênfases, distorções, tendências e projeções. Com base nos números de Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf, 2018), conclui-se que, somando o percentual de nível analfabeto e rudimentar (30%) e as de nível elementar (34%), 64% das pessoas no Brasil não conseguem compreender todas as informações de um texto em linguagem complexa.

Os dados do Inaf (*op. cit.*) demonstraram 30% da população brasileira é incapaz de interpretar o que lê ou de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas, e esse fator pode refletir no desempenho acadêmico, dificuldade para se inserir socialmente, limitação no mercado de trabalho, falta de crescimento profissional.

De acordo com a diretora executiva do Instituto Paulo Montenegro, Ana Lúcia Lima, o Brasil não tem sido capaz de garantir oportunidades de acesso a uma educação de qualidade a todas as crianças e jovens, o que impacta na força produtiva do país, sobretudo na força de trabalho dos jovens e adultos maiores de 25 anos. Todavia, mesmo no caso da geração mais nova, entre 15 a 24 anos, que apresenta maior escolaridade, é preciso avançar na melhoria do ensino, para fortalecer o desenvolvimento social e econômico.

O ensino de Português, nas escolas públicas, geralmente, consiste em elencar textos a serem lidos e em repassar aos estudantes uma estrutura formal de redação a fim de atender às

exigências dos vestibulares e processos seletivos. Ou seja, os professores concentram-se em ensinar fórmulas de escrita, o que resulta em uma formação simplista, deficitária e excludente.

Assim, os professores, muitas vezes, não chamam a atenção dos alunos para a variedade de gêneros e formatos textuais usados nas distintas situações interativas. Daí decorre que o ensino permanece distanciado da realidade comunicacional dos estudantes que não são orientados a respeito das diferenças de exigência social, em função da situação interativa vivenciada (Winck, 2019, p. 15).

A citação acima relata que os professores negligenciam a diversidade de gêneros e formatos textuais presentes em diferentes situações cotidianas. Esse descuido resulta em um ensino que se mantém distante da realidade comunicacional dos estudantes, os quais não são devidamente orientados sobre as nuances das exigências sociais em contextos específicos.

Porém, os professores enfrentam diversos desafios no contexto educacional atual, que vão além da simples atuação em sala de aula. A infraestrutura precária das escolas, como a falta de bibliotecas, salas de leitura e laboratórios de informática, dificulta a implementação de metodologias mais dinâmicas e diversificadas. Além disso, a pressão para cumprir o currículo e o pouco tempo disponível para revisar e superar as lacunas de aprendizagem dos alunos dificultam a adaptação do ensino às necessidades de cada estudante. Muitos alunos, desestimulados e imersos no consumo de informações rápidas e fragmentadas das redes sociais, encontram dificuldades para se engajar com textos mais complexos e exigentes. Nesse contexto, é importante compreender que o professor não é o vilão da história, mas sim alguém que se esforça para ensinar dentro de um sistema educacional repleto de limitações estruturais e pedagógicas, o que exige apoio institucional, recursos adequados e valorização profissional.

Os dados do INAF indicam a necessidade de investimentos em políticas públicas que minimizem o analfabetismo funcional, em uma sociedade capitalista, a dualidade estrutural torna-se cada vez maior, sendo assim, faz-se necessário investir em uma educação de qualidade e emancipadora para todos. Enquanto essa utopia não se torna realidade, uma possível proposta seria tornar a escrita dos editais mais simples e acessível, escolhendo palavras que facilitem a comunicação, e estruturando o documento em uma ordem mais lógica, priorizando as informações mais importantes para que a comunicação se torne mais eficaz. O público-alvo precisa compreender as informações para poder agir com base nelas.

Conforme os dados do gráfico 3, 37,78% dos estudantes relataram dificuldades em compreender as solicitações do edital, enquanto 33,33% dos alunos afirmaram que, em certos momentos, não entenderam o que o edital estava solicitando. Esses números somam um total de 71,11% dos alunos com dificuldades na compreensão do edital. Por outro lado, 28,89% dos

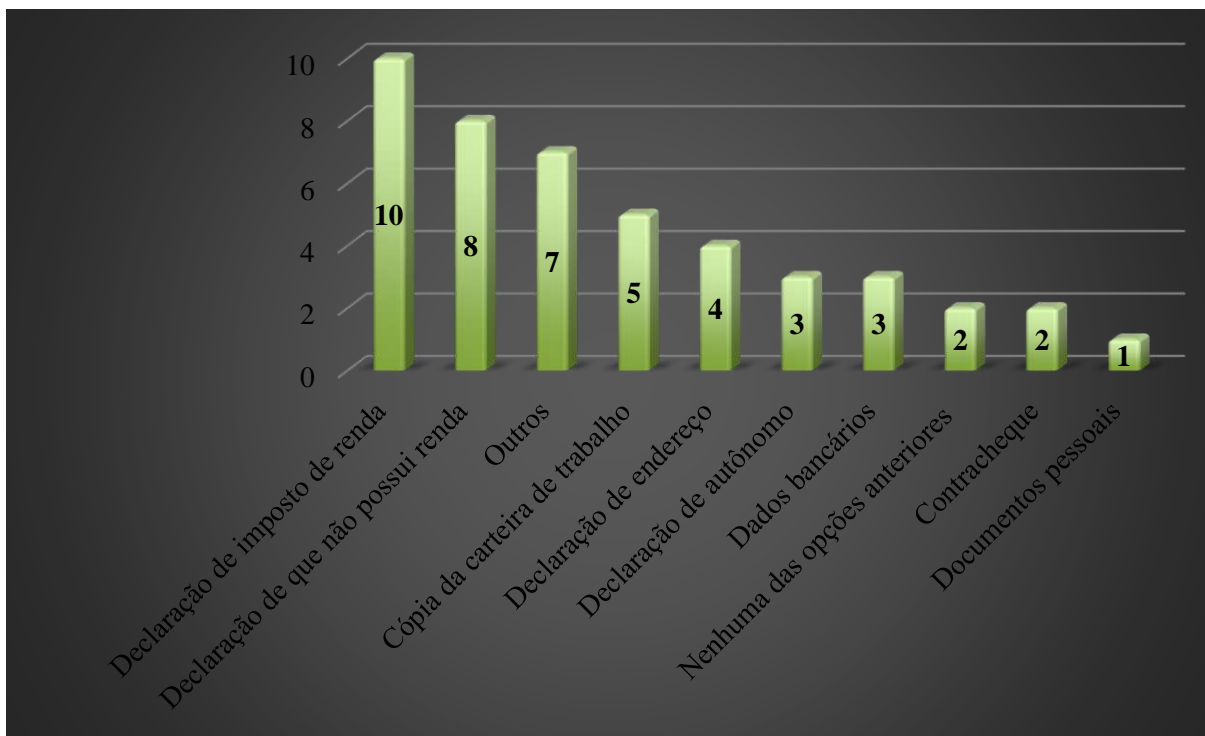
discentes consideram que não tiveram dificuldades para compreender o que o edital estava solicitando, como esses discentes tiveram suas inscrições indeferidas, depreende-se que suas dificuldades se encontram na relação de documentos solicitados, e no momento de anexá-los no aplicativo de inscrição do PROAP.

Os editais da assistência estudantil do Instituto Federal de Educação de Educação, Ciência e Tecnologia, muitas das vezes, empregam palavras desconhecidas e não muito usuais, e a linguagem sexista, o que evidencia a necessidade de estabelecer uma cultura mais empática por parte da Comissão de Elaboração dos Editais (CEAC). Os dados apresentados no gráfico 3 confirmaram dificuldades pertinentes à falta de compreensão referente ao que o edital estava solicitando.

Não se pode deixar de considerar que a maior parte das pessoas que realizam a inscrição do PROAP são estudantes do Ensino Médio, que geralmente não têm muito contato com documentos deste gênero ou similar. O edital é específico para discentes vulneráveis socioeconomicamente, muitos dos quais provenientes de culturas predominantemente orais – como é o caso dos estudantes indígenas e quilombolas. Assim, seria razoável uma negociação de linguagem. Além disso, existem diversos fatores que justificam a adoção da linguagem simples e inclusiva, uma delas, inclusive, é a de alunos indígenas que, em geral, não têm o português como primeira língua. Dessa forma, o edital do Programa de Auxílio à Permanência, ao usar uma linguagem burocrática, configura-se como um instrumento da sociedade que tem a linguagem como mecanismo de exclusão, pois não tem sido oferecido um ensino de qualidade e emancipador para que esses tenham autonomia na sociedade, principalmente, quando se trata de grupos minoritários.

No questionário fizemos a seguinte solicitação aos discentes: “Marque com um (x) os documentos que faltaram ou que precisaram de correções quando realizou sua inscrição do PROAP”.

GRÁFICO - 4: DOCUMENTOS QUE FALTARAM OU QUE PRECISAVAM DE CORREÇÕES.



Fonte: Souza (2023).

Para elaboração da questão mencionada no gráfico 4, foi realizado um levantamento dos dez documentos mais mencionados nos casos de indeferimentos do Programa de Auxílio à Permanência.

Referente ao formato dos anexos para aplicativo de inscrição do PROAP, os editais mencionam que há a possibilidade de anexo em PDF ou o formato de imagem JPG (JPEG), porém o aplicativo de inscrição do PROAP não possibilita que seja anexado mais de um arquivo por documentação solicitada, por exemplo, se nos documentos pessoais o discente tiver que colocar a frente e verso de um determinado documento será necessário compactá-los em apenas um arquivo para depois anexá-lo, o que exige dos discentes conhecimento e acesso aos mecanismos digitais, acesso à internet e disponibilidade de tempo.

Todos os discentes que responderam à questão referente ao gráfico 4 disseram não ter tido dificuldades em encontrar a certidão de nascimento, histórico escolar e termo de compromisso, por esse motivo não há dados referentes a essas opções na figura. A certidão de nascimento e o histórico escolar são documentos de uso frequente no dia a dia, o que pode explicar por que os discentes tiveram mais facilidade em encontrá-los. O termo de compromisso também foi encontrado com relativa facilidade, segundo os participantes da pesquisa. Há uniformidade na nomenclatura utilizada no edital do PROAP e no anexo que contém a minuta

do termo de compromisso, essa uniformidade de nomenclatura pode ter sido um facilitador para que os discentes compreendessem o que deveriam anexar. Além disso, são documentos de página única o que possibilita serem anexados em formato JPEG sem ter que ser compactado.

A declaração de imposto de renda foi o documento que os alunos tiveram maior dificuldade para encontrar. Apesar de os editais mencionarem a página da receita federal onde os discentes devem entrar para retirá-la, 10 discentes disseram ter tido problemas para executar essa ação, e no ano de 2023, foi recorrente a indisponibilidade dos serviços ofertados neste site. Além disso, essa ocorrência pode ser atribuída ao fato de que a declaração de imposto de renda só era obrigatória para quem tinha recebido rendimentos tributáveis acima de R\$30.639,90, incluindo salários, aposentadorias, pensões e aluguéis, sendo assim, é possível que os discentes não possuam familiaridade com o termo, por terem renda familiar inferior ao estabelecido. Outro fator a ser destacado é que os editais solicitam a declaração de imposto de renda e disponibilizam um site que tem nomenclatura diferente, sendo ela: Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) o que pode causar dúvidas.

Cabe ressaltar que quando o nome pesquisado não precisa declarar o imposto de renda, a resposta do site é apenas: “a pessoa não se encontra no banco de dados”, mas o edital não passa essas informações, sendo assim o discente não sabe qual documento anexar, pois o edital solicita a declaração de imposto de renda de todos os maiores de idade. Desse modo, o edital deveria orientar que caso a pessoa não precise declarar imposto de renda o documento a ser anexado é a comprovação de que seu nome não se encontra no banco de dados da receita federal, ou uma autodeclaração que informe a desobrigação nos termos da legislação vigente.

Todos os maiores de idade que fazem parte do grupo familiar (compõem grupo familiar aqueles que moram e compartilham dos mesmos gastos e ganhos do grupo) que possuam renda referentes a aluguéis ou arrendamentos, pensão alimentícia, aposentadoria, produtor rural, autônomo, assalariado ou desempregado que receba seguro desemprego devem anexar os documentos comprobatórios de renda solicitados no edital.

Os maiores de idade e seu grupo familiar que não possuam renda precisam anexar a declaração de não possuir renda, o modelo dessa declaração encontra-se disponível nos anexos do edital. Sendo assim, o discente precisa compreender em qual dos critérios acima ele e seu grupo familiar se enquadra e providenciar os documentos solicitados de acordo com as especificidades do seu grupo familiar.

O gráfico 4 informa que 8 discentes disseram ter tido problemas vinculados a esse documento, é possível que os alunos não tenham compreendido o significado da declaração, bem como, em qual categoria financeira o seu grupo familiar se classificava. Esse fato pode

estar atrelado ao analfabetismo funcional, falta de conhecimento ou familiaridade com os termos utilizados no edital, bem como falta de atenção na hora de realizar a leitura do edital.

A Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) é documento obrigatório para todos os maiores de idade que concorram ao PROAP, 5 discentes que participaram da pesquisa disseram ter tido dificuldades em anexar esse documento. Primeiramente, ressaltamos a possibilidade de que a maioria dos discentes dos cursos integrados ao ensino médio, exceto EJA, não possuam esse documento, pois é possível que ainda não estejam inseridos no mercado de trabalho. A nomenclatura utilizada no cotidiano para designar a CTPS, muitas das vezes, é somente carteira de trabalho, o que pode ter causado dificuldades e dúvidas na hora de preencher a inscrição. Em caso de CTPS físicas, a maioria dos editais não especificam quais páginas devem ser anexadas, pois as páginas podem variar de acordo com a quantidade de contratos assinados, ou até mesmo a falta de assinatura da carteira irá interferir no processo de seleção de páginas a serem anexadas.

Se o discente ou alguém de seu grupo familiar trabalhar de carteira assinada, será necessário anexar o contracheque ou holerites referentes aos três últimos meses de trabalho assalariado, 2 discentes que responderam ao questionário disseram ter tido dificuldades com essa documentação, os editais analisados foram bem específicos quanto a essa documentação. Pode ser que a dificuldade enfrentada pelos discentes tenha se relacionado à falta desse documento, ou à falta de conhecimento sobre a classificação da renda de seu grupo familiar.

O discente e seus integrantes do grupo familiar maiores de idade que não possuíssem CTPS deveriam apresentar protocolo de solicitação deste documento ou baixar o aplicativo da Carteira de Trabalho Digital e seguir o passo a passo fornecido pelo aplicativo. Caso a CTPS fosse digital, o discente deveria tirar *print* de todas as telas disponíveis pelo aplicativo, compactar essas imagens em apenas um documento, pois o aplicativo do PROAP aceita apenas um anexo para cada documento solicitado. Sendo assim, para retirar a CTPS digital e anexá-la no aplicativo do PROAP, o discente deveria ter conhecimento dos mecanismos digitais, acesso a dispositivo que lhe permita baixar os aplicativos, acesso à internet, além do conhecimento sobre conversão e compactação de arquivos. Ressalta-se que os editais analisados não apresentaram orientações sobre o aplicativo para baixar a CTPS, bem como, sobre quais páginas deveriam ser anexadas.

Para concorrer ao PROAP o discente ou seus responsáveis legais precisam comprovar endereço, caso o comprovante de endereço (contas de água, luz, etc) não esteja em nome do discente ou de seus responsáveis legais, será necessário preencher a declaração de residência disponível no anexo dos editais, ela deverá ser assinada pelo pai ou responsável legal e deverá

ser anexada por meio do sistema de inscrição. Os editais analisados informaram, claramente, o passo a passo a ser realizado referente a essa documentação, mesmo assim, dos discentes que responderam a questão acima, 4 alunos disseram ter tido problemas relacionados à declaração de endereço, é possível que a falta de leitura ou a leitura desatenta, analfabetismo funcional, indisponibilidade de tempo sejam fatores que dificultaram a compreensão sobre a documentação que estava sendo exigida, além disso, esses resultados são relevantes para entender o contexto sociolinguístico desses alunos, especialmente como representantes de grupos sociais minoritários.

Para receber o auxílio será necessário que o discente possua uma conta bancária corrente ou conta poupança, em seu nome, pode ser contas em bancos digitais ou contas em bancos físicos, porém se o discente for menor de idade e ainda não possuir conta, será necessário apresentar uma declaração à instituição bancária justificando o pedido de abertura. A apresentação de comprovante de conta bancária nominal foi um desafio informado por 3 discentes.

O discente que for realizar a inscrição no PROAP precisará realizar um levantamento das rendas do seu grupo familiar. Caso o discente ou alguma pessoa pertencente ao seu grupo familiar seja trabalhador autônomo será necessário preencher a declaração disponível no anexo do edital, porém é necessário que o discente compreenda o conceito e os sinônimos dessa palavra, pois há uma variação nos editais analisados acerca dessa nomenclatura.

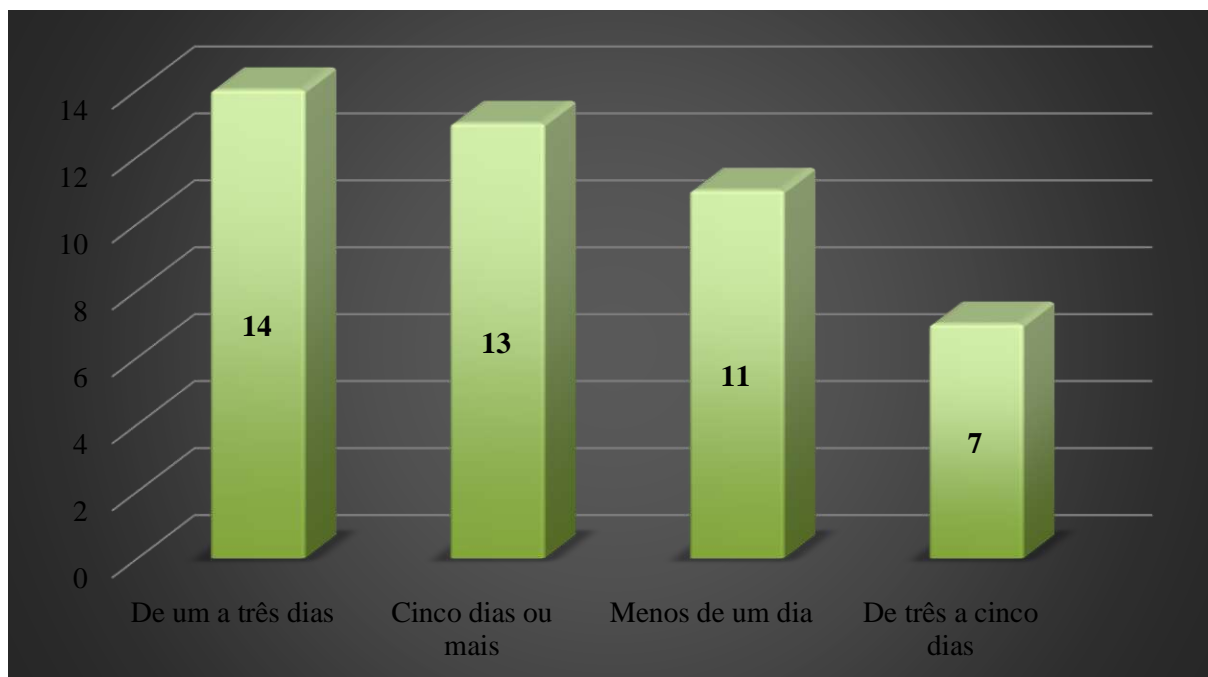
Em relação ao envio de documentos pessoais, apenas 1 discentes respondeu que teve dificuldade. Vale ressaltar que esses documentos precisam ser anexados frente e verso, e caso o discente opte por utilizar o formato de imagem JPG, as imagens deverão ser compactadas em apenas um arquivo, pois o aplicativo do PROAP permite que seja anexado apenas um arquivo por documento solicitado, além disso é necessário realizar o cadastro de todas as pessoas do grupo familiar – e o entendimento sobre o que é grupo familiar deve estar de acordo com o que o edital especifica, caso contrário terá incongruência e a inscrição será indeferida, sem possibilidade de recurso.

Ademais, 20% dos discentes mencionaram ter tido problemas relacionados a outras documentações que não estavam listadas no gráfico 4, sendo assim, iremos apresentar os documentos que não foram apresentados no gráfico 4, mas que são solicitados nos editais: Laudo médico do estudante ou pessoa do núcleo familiar que possui doença crônica ou deficiência, quando houver; Comprovante de Atividade Rural; Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ; Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao estudante ou a membros da família, quando for o caso; Extratos bancários dos

últimos três meses, pelo menos, da pessoa física e das pessoas jurídicas vinculadas; Declaração de Aptidão ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF)); Notas fiscais de vendas de produção agropecuária (do último ano, quando houver), caso não tenha IRPJ. Em relação aos membros do grupo familiar que são Aposentados e Pensionistas são requeridos o extrato mais recente do pagamento de benefício e os extratos bancários dos últimos 3 (três) meses. Os editais não informam qual tratamento será dado a esse conjunto de documentos de terceiros sistematicamente coletados por meio dos editais do PROAP, de modo que não se tem clareza quanto ao cumprimento institucional da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018).

No questionário aplicado aos discentes, perguntamos quanto tempo aproximadamente foi necessário para ler, compreender e providenciar a documentação solicitada pelo edital do PROAP e anexá-las no site do IFRO:

GRÁFICO - 5: TEMPO ESTIMADO PARA REALIZAR A INSCRIÇÃO.



Fonte: Souza (2023).

Embora 24.44% dos estudantes tenham afirmado que foi necessário menos de um dia para ler, compreender e providenciar a documentação solicitada pelo edital do PROAP, acreditamos que esse aligeiramento no processo de inscrição pode ter prejudicado esses discentes, pois realizamos um pré-teste da inscrição do PROAP com base no edital do *campus* Guajará-Mirim para verificarmos quanto tempo seria necessário para realizar a inscrição do

referido auxílio. Considerando que a leitura do edital já tinha sido realizada e que os documentos necessários estavam selecionados, demoramos de quarenta minutos a uma hora e trinta minutos para realizar a pré-inscrição, cadastrar o grupo familiar, digitalizar os documentos necessários e anexá-las ao site. Ressaltamos que a internet, no referido dia de teste, estava com uma qualidade boa, o aplicativo para digitalizar já estava baixado (a servidora possui familiaridade para uso deste aplicativo) e o dispositivo utilizado foi um celular.

De acordo com os dados apresentados no gráfico 5, dos discentes que participaram da pesquisa, 75.56% disseram que foi necessário um dia ou mais para ler, compreender e providenciar a documentação necessária, anexando-a no sistema de inscrição. Isso demonstra que esses candidatos dedicaram um considerável tempo para realizar a inscrição, e mesmo assim, tiveram seu processo indeferido.

Reiteramos a importância de considerar a inclusão digital ao oferecer assistência a indivíduos vulneráveis socioeconomicamente. A disponibilização exclusiva de inscrições para auxílios por meios digitais pode resultar na exclusão desses discentes. Como mencionado anteriormente, esses estudantes podem enfrentar analfabetismo funcional, além disso, podem ter acesso limitado à internet (conexão de baixa qualidade). Além disso, muitos podem não dispor dos dispositivos digitais necessários para realizar a inscrição. Ademais, podemos destacar a falta de letramento digital, para tanto, o conceito de letramento digital será fundamental para embasar nossas discussões.

O letramento digital é definido como sendo a capacidade de dominar técnicas para acessar, interagir e compreender a leitura dos diversos tipos de mídia. Ele remete ao letramento tradicional, no entanto, adiciona-se as tecnologias ao processo de convivência. Nesse contexto, as ferramentas digitais são consideradas um novo idioma. (Costa; Brito; Silva; Oliveira; Santos, 2024, p. 42).

O advento do mundo digital revolucionou o cenário da comunicação, entretanto, debater o letramento digital transcende a mera utilização de ferramentas e mídias digitais para entretenimento. O letramento digital está intrinsecamente relacionado à habilidade de empregar os recursos digitais como instrumentos de comunicação com propósitos educacionais e profissionais. Para efetivar a inscrição, os discentes devem compreender como baixar aplicativos de digitalização, conversão e compactação, além de possuir o conhecimento necessário para operar esses aplicativos. Os estudantes precisavam armazenar esses arquivos conforme o edital solicitava, a fim de posteriormente anexá-los à plataforma disponibilizada para a realização da pré-inscrição e inscrição. Tudo isso requisita uma sólida familiaridade com os meios digitais.

Portanto, torna-se imperativo criar políticas públicas voltadas para a alfabetização digital, caso contrário, os meios digitais podem se tornar mais um mecanismo de exclusão, principalmente para os grupos minoritários.

A alfabetização digital talvez seja, hoje, tão básica quanto o desenvolvimento das habilidades de ler, escrever e fazer cálculos, de modo a proporcionar ao indivíduo um exercício mais pleno de sua cidadania. A questão central na concepção deste panorama digital é, de fato, entender as atitudes em relação ao conhecimento computacional (Compton, 2002, p. 219).

A alfabetização digital permite que o indivíduo participe plenamente da sociedade como cidadão informado, e sua inacessibilidade reforça os mecanismos excludentes. No contexto digital, é crucial compreender as atitudes em relação ao conhecimento computacional. Isso envolve não apenas saber usar ferramentas digitais, mas também entender como a tecnologia impacta nossas vidas, como avaliar informações online, como proteger nossa privacidade e como contribuir de forma crítica e responsável para a sociedade digital. Portanto, a alfabetização digital vai além da mera competência técnica e se estende ao desenvolvimento de uma mentalidade digitalmente consciente e ética que precisa ser disponibilizada para todos de maneira equitativa.

Com base nas respostas à pergunta que gerou o gráfico 5, infere-se que dentre os fatores que podem dificultar o processo de inscrição no PROAP, estão: o analfabetismo funcional; falta de compreensão das nomenclaturas utilizadas para identificar as documentações; uso de termos técnicos e específicos de editais; dificuldades em encontrar as documentações exigidas; indisponibilidade de tempo suficiente para realizar a inscrição de maneira eficaz. Além disso, é possível que os discentes não possuam domínio dos meios digitais necessários para executar a inscrição e enfrentem falta de acesso ou acesso limitado à internet e falta dos recursos digitais necessários para realizar a inscrição.

Embora as tecnologias digitais tragam agilidade para conferência documental e reduzam o quantitativo de materiais impressos, ela também pode criar barreiras para aqueles que não têm familiaridade com a tecnologia. A exclusão digital não se limita apenas à falta de acesso à internet; ela também envolve a falta de habilidades para navegar em ambientes digitais. Para mitigar essa exclusão, é necessário adotar abordagens inclusivas, como assistência presencial para aqueles que não conseguem acessar serviços online, interfaces simples e intuitivas em aplicativos e programas de alfabetização digital.

Em busca de respostas mais qualitativas, perguntamos aos discentes: “Quais sugestões você tem para tornar o processo de solicitação, inscrição e acesso ao PROAP mais eficiente e

inclusivo?”. Trinta e sete estudantes responderam à questão e nove não responderam. Informa-se que se optou por transcrever as respostas dos discentes do modo como registraram no instrumento de coleta de dados, sem adequações ortográficas e gramaticais, exceto as que se fizeram fundamentais para a compreensão da mensagem.

Resposta 01: “Menos burocracia e mais facilidade para o estudante continuar o curso, pq a maioria que estuda no Instituto tem dificuldade de continuar, pois não tem condições de manter a *facul* mesmo sendo federal. Pois tem alimentação... A faculdade não oferece a esses alunos, principalmente do ensino superior, alimentação. Temos gasto com deslocamento que é o combustível, muitos pagam aluguel... Então vamos olhar com mais clareza para esses alunos que solicitou o auxílio e foram negados por conta de burocracias”.

Resposta 02: “Ser mais objetivo e simplificado”.

Resposta 03: “Acho que seria importante os responsáveis pela análise fazer sempre uma investigação para averiguar se os que recebem o benefício necessitam de fato, pois muitas vezes são disponibilizado poucas vagas e alguns que não necessitam acabam tomando a vaga de quem realmente necessita. Acho interessante também fazerem processos mais fáceis de comprovar meios de renda, como por exemplo, agricultura familiar, onde muitas vezes não emitem nota fiscal, mas na hora de realizar as inscrições são cobradas”.

Resposta 04: “Fazer uma melhor análise, se tem mais de um estudante na residência; na minha residência somos três estudantes e ninguém foi deferido, e residimos em outro município, temos muitos gastos, então acho que quem reside em outro município deveria ter uma prioridade”.

Resposta 05: “Explicar como que faz para pegar a declaração do imposto de renda”

Resposta 06: “Dar um prazo bom para entregar os documentos”.

Resposta 07: “Ajuda na inscrição, pq nem sempre se consegue pelo celular”.

Resposta 08: “Meios de facilitar o processo, pois muitos não recebem devido a essas burocracias e dificuldades para encontrar as informações”.

Resposta 09: “Um dos documentos foi o da receita federal, que muitas das vezes é de difícil acesso ao site, poderia ter uma forma mais simples”.

Resposta 10: “No meu caso em específico solicitaram documentos dos meus pais, sendo que sou maior de idade e não convivo com os mesmos. Achei desnecessária a solicitação de certidão de nascimento visto que possuo RG e acho que já é suficiente. E entre outras questões sobre comprovação de endereço. Às vezes o aluno não tem comprovante em seu nome.

Sugiro diminuir a burocracia sobre documentação tem muitos documentos que ao meu ver são desnecessários”.

Resposta 11: “Ser informado no mail a documentação que está faltando com antecedência”.

Resposta 12: “Acho que facilitaria se tivesse algum funcionário para auxiliar na inscrição”.

Resposta 13: “Não mudar radicalmente o edital em relação a documentação. Tudo bem que é o dever do estudante ler e compreender, mas no ano anterior consegui o auxílio e esse ano também precisei e não consegui porque acabei não enviando a carteira de trabalho do meu pai (sendo que enviei as notas fiscais do leite que no caso é a nossa renda no sítio e foi o que eu usei pra comprovar a renda nos anos anteriores). Sinceramente fiquei muito frustrado e decepcionado!”

Resposta 14: “Nenhuma”.

Resposta 15: “Tornar a seleção mais justa, pois se o valor do imposto de renda do meu responsável é alto. Isso não significa q eu recebo esse valor, pq tecnicamente o valor não é meu”.

Resposta 16: “Precisa verificar alunos que estão matriculados, porém não participam das aulas, muitos vão e não foi aprovado, como o meu caso”.

Resposta 17: “Eu não consegui mandar esse documento, pois não sabia aonde encontrar; eles estavam pedindo extrato de renda, sendo que eu não tinha renda!”

Resposta 18: Ser mais específico, porque às vezes tem uns tipos de documentos que nem é necessário e a gente vai atrás e nem precisa.

Resposta 19: “Acho que explicar melhor sobre os documentos que solicitam”

Resposta 20: “Ter alguém para fazer a inscrição na faculdade seria muito bom”.

Resposta 21: “Profissionais do DEPAE envolvidos no auxílio dos alunos, explicar de forma mais paciente, clara e objetiva, evitando sarcasmo e comentários dando a entender que o aluno não sabe ler (o edital)”.

Resposta 22: “Eu passei por um momento muito difícil durante a pandemia e para mim qualquer dinheiro era bem vindo. E deveriam ter mais empatia e um canal onde o aluno tirasse dúvidas e que as documentações fossem analisadas corretamente. Eu não tinha renda e não tinha impressora para escanear os documentos, então tirava do meu celular e eles nunca aceitavam. Uma vez, depois de muita briga, eles aceitaram minha inscrição e depois não mais”.

Resposta 23: “Não tenho nenhuma sugestão”.

Resposta 24: “Precisa ter a oportunidade de correção dos documentos. O meu foi negado sem eu poder corrigir”.

Resposta 25: “Fazer um vídeo autoexplicativo para que haja um bom ou melhor entendimento”.

Resposta 26: “Tornar o site mais eficaz, pois meu cadastro foi indeferido pela questão de quantidade de pessoas que moram comigo, que no caso são duas, porém, no site tava que tinha, obrigatoriamente, que colocar três, e por causa disso não consegui o auxílio. Também tentei buscar ajuda e não consegui”.

Resposta 27: “São muitos documentos solicitados! Poderia existir uma maneira mais prática e explicativa para quem tem dificuldade em anexar os documentos”.

Resposta 28: “Como uma pessoa sem emprego pode mandar cópia de conta bancária se não tem emprego, vive de bico, e mais: como pode mandar cópia de documentos que não tem?”.

Resposta 29: “Menos burocracia. Obtive o meu “negado” porque não tinha comprovante de residência no meu nome, e a declaração tinha o nome do meu irmão”.

Resposta 30: “Levar em consideração o histórico escolar, não somente com base em notas mas no quesito comportamento e ambientação em sala”

Resposta 31: Facilitar a inscrição

Resposta 32: “Tinha que ter mais ampla concorrência”

Resposta 33: “Acredito que as fichas que precisam ser preenchidas precisam estar com o acesso mais fácil para serem impressas”

Resposta 34: “Exigência de documentos realmente necessários, não vejo como o imposto de renda da minha mãe tem haver comigo só porque ela mora cmg...”

Resposta 35: “Tudo ok”

Resposta 36: “Comunicação clara e objetiva com a pessoa que está com dificuldades, principalmente com os alunos que vêm de outra cidade sem renda pra estudar, e ainda é difícil...”

Resposta 37: “Que ele [o DEPAE] ajude os alunos com as documentações necessárias”

Ao analisar as respostas dos estudantes sobre o Programa de Auxílio à Permanência (PROAP), é possível identificar padrões recorrentes em relação às dificuldades enfrentadas e às sugestões de melhoria. A seguir, apresentamos uma síntese dos principais pontos levantados e comentamos suas implicações.

Vários estudantes mencionaram que a burocracia excessiva é um dos principais entraves para a obtenção do auxílio (respostas 1, 8, 10, 18, 27, 29). Além disso, há uma demanda por um

processo mais simplificado e menos rígido na exigência documental. A resposta 10, por exemplo, critica a necessidade de apresentação de documentos dos pais para estudantes maiores de idade. Esses apontamentos sugerem a necessidade de revisão dos critérios de comprovação de renda e da flexibilização de exigências documentais para casos específicos.

As respostas (7, 12, 20, 37) indicam que os estudantes encontraram dificuldades técnicas para realizar a inscrição, seja por falta de acesso a dispositivos adequados, pela dificuldade de encontrar as informações necessárias ou pela ausência de suporte institucional. A sugestão de disponibilizar profissionais para auxiliar os alunos na inscrição e na organização da documentação aparece como uma possível solução viável para esse problema, porém não há, nos campi, servidores em número suficiente para atender a essa demanda.

As respostas 2, 11, 19, 21, 25 e 36 enfatizam a necessidade de tornar a comunicação mais clara e acessível. A falta de informações objetivas sobre os documentos solicitados e a ausência de um retorno efetivo por e-mail sobre pendências documentais foram criticadas. Como solução, os alunos sugeriram a criação de vídeos explicativos e um canal de atendimento mais eficiente, além de um diálogo mais respeitoso e empático por parte dos responsáveis pelo auxílio (resposta 21).

Algumas respostas (3, 4, 13, 15, 16, 24, 32) indicaram preocupações com os critérios utilizados para deferir ou indeferir os pedidos. O ponto de maior reclamação é a percepção de que alguns estudantes que realmente necessitam do auxílio são excluídos, enquanto outros que não necessitam acabam sendo contemplados, indicando se tratar de um processo de inclusão excludente. A resposta 4 traz a questão da prioridade para estudantes que moram em outro município, enquanto a resposta 24 sugere a oportunidade de correção de documentos antes do indeferimento final. Já a resposta 15 destaca a incongruência entre o valor do imposto de renda dos responsáveis e a real condição financeira do estudante.

Algumas respostas (3, 5, 9, 13, 17, 19, 26, 34) demonstraram que a comprovação de renda é um dos pontos mais problemáticos do processo. A exigência de notas fiscais na agricultura familiar, por exemplo (resposta 3), representa um desafio para estudantes cujas famílias não emitem esse tipo de documento. Além disso, a resposta 34 questiona a obrigatoriedade de comprovação do imposto de renda dos pais quando o estudante é economicamente independente.

A resposta 26 aponta problemas no próprio sistema de inscrição, que pode levar ao indeferimento devido a falhas no preenchimento de informações. Isso reforça a necessidade de aprimoramento da plataforma digital, tornando-a mais intuitiva e funcional.

Algumas respostas (1, 22, 30, 36) trazem um apelo emocional sobre a realidade dos estudantes, destacando a importância do auxílio para a permanência na instituição. A resposta 22 menciona as dificuldades enfrentadas durante a pandemia, evidenciando que a inflexibilidade nas exigências pode agravar situações de vulnerabilidade. Além disso, a resposta 30 sugere que o histórico escolar seja considerado na seleção, indo além dos critérios puramente financeiros.

Algumas respostas trazem sugestões concretas, como a criação de vídeos explicativos (resposta 25), maior transparência no edital (resposta 13) e um canal de suporte institucional eficiente (respostas 11 e 22). A resposta 33 destaca a necessidade de tornar os formulários mais acessíveis.

As respostas dos estudantes evidenciam desafios estruturais na concessão do auxílios do PROAP, principalmente no que diz respeito à burocracia, à dificuldade no acesso e à falta de suporte adequado. A principal demanda é por um processo mais acessível, transparente e justo, com critérios de seleção mais alinhados à realidade dos estudantes em situação de vulnerabilidade. Além disso, a necessidade de um suporte institucional mais presente e eficiente é uma das principais sugestões levantadas, demonstrando a importância de políticas que garantam não apenas o auxílio financeiro, mas também a orientação e o acompanhamento dos estudantes ao longo do processo.

A maioria dos respondentes, portanto, indicou a necessidade de que os editais sejam mais claros e menos burocráticos, o que poderia ser feito com a adoção da Linguagem Simples e da extração de documentos diretamente de sistemas governamentais pelos gestores do edital, ou pela integração do módulo de inscrição com aplicativos do governo federal.

De nossa parte, apresentamos à Pró-reitoria de Ensino do IFRO sugestões de melhorias no sistema de inscrição, e tivemos como resposta que algumas das soluções já estavam em vias de serem implantadas, em vistas da reformulação do REPAE – Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil do IFRO.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar como o Instituto Federal de Rondônia (IFRO) se estruturou para atender às diretrizes da legislação nacional sobre assistência estudantil, e para tanto se tomou como fonte de dados a legislação nacional, as normativas internas e nossa própria experiência de trabalho nesta instituição, na qual pudemos observar, ao

longo do tempo, as diligências adotadas para a promoção do acesso, permanência e êxito aos estudantes.

Quanto aos objetivos específicos, buscou-se, primeiramente, dimensionar a relevância do Programa de Auxílio à Permanência (PROAP) executado pelo IFRO, e neste processo, pudemos reconhecer que se trata do principal programa da política de assistência estudantil do IFRO: o programa mais demandado e o que transfere maior volume de recursos aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Também foi objetivo desta pesquisa identificar as principais dificuldades encontradas pelos discentes do Instituto ao realizarem a inscrição nos editais do referido programa. Para compreender as dificuldades enfrentadas pelos discentes no processo de inscrição, utilizou-se *survey* com questões abertas e fechadas, aplicadas eletronicamente a estudantes maiores de 18 anos que tiveram a inscrição ao PROAP indeferida no ano de 2023. Com base nas respostas, foi possível identificar elementos como excesso de documentos, uso de linguagem complexa nos editais e de sistema eletrônico pouco amigável, problemas com internet e analfabetismo funcional por parte de alguns estudantes. Visando contribuir com o aperfeiçoamento do programa, foi desenvolvido um tutorial com reflexões orientadas aos gestores e operadores da política de assistência estudantil do IFRO, e orientações textuais e ilustradas aos estudantes. O referido produto foi transferido, por meio de correio eletrônico à Pró-Reitoria de Ensino do IFRO, para adoção gratuita pela instituição, se for de seu interesse. Deste modo, os objetivos previstos foram alcançados, e o método adotado mostrou-se suficiente ao propósito desta pesquisa.

Pensar os desafios da assistência estudantil levou-nos a refletir sobre as assimetrias de renda e de oportunidade existentes no Brasil, e a entender a educação pública como caminho para uma formação crítica e emancipadora, que poderá também oportunizar melhores condições de vida e a superação de vulnerabilidades socioeconômicas, nos limites do modo de produção vigente.

Nesse sentido, compreendemos que o Brasil é um país marcado por desigualdades sociais, as quais foram produzidas historicamente na esteira de processos capitalistas que, desde o período colonial, vêm oportunizando a concentração de renda nas mãos de uma elite, graças à exploração dos recursos naturais e da mão de obra dos que nada têm, a não ser a própria força de trabalho.

De acordo com Delgado (2003), dois grandes eixos operam a produção de pobreza no Brasil: o mercado de terras e o mercado de trabalho. Quando a Lei de Terras de 1850 definiu que o acesso à terra seria efetuado “a título oneroso”, ou seja, por meio da compra, alijou desse

meio de produção todos os escravizados (que não possuíam salário) e toda a parcela da população que não dispunha de recurso para realizar tal aquisição, contribuindo para acentuar ainda mais as desigualdades sociais. Com isso, se formou uma grande massa de camponeses sem terra e sem direitos, que, com a industrialização, no pós-guerra, e a expectativa de uma vida melhor na cidade, iniciou um acentuado processo de êxodo rural e de migração interna, espontânea e sem políticas estatais efetivas de suporte.

Outro fator é o chamado “mercado de trabalho”, que se estrutura em torno da relação entre oferta e procura por empregos. O mercado de trabalho é influenciado por fatores, como a economia, a política, a tecnologia e o desejo dos detentores dos meios de produção de maximizar seus lucros – o que é feito por meio da ampliação/intensificação da exploração sobre a mão de obra (cobranças em relação à ampliação da produção, alcance de metas, redução de direitos trabalhistas, transferência de custos da produção para o próprio trabalhador, como por meio do teletrabalho, em que o próprio trabalhador precisa arcar com custos de energia elétrica, internet, dentre outros) e precarização da relação de trabalho (informalidade e vínculos precários).

No Brasil, o mercado de trabalho tem sido moldado para favorecer os empregadores, por meio de subsídios públicos, como os incentivos fiscais e a legislação trabalhista que reduz direitos dos trabalhadores. Com isso, é crescente o número de trabalhadores em subempregos, com vínculos trabalhistas frágeis, alheios ao sistema de seguridade social e à mercê das regras do próprio mercado. Esta é a situação enfrentada pelas famílias de muitos estudantes do IFRO. Ademais, cabe ressaltar que no contexto da instituição estudada, dos 10 campi que lhe integram, quatro (Colorado do Oeste, Cacoal, Ariquemes e São Miguel do Guaporé) se configuram como de perfil agrário/rural, e atendem preponderantemente a filhos de agricultores familiares. Essas famílias de agricultores praticam, em regra, o comércio direto em circuitos curtos (feiras e mercados locais), não possuem renda fixa, carteira de trabalho e comprovante de declaração de imposto de renda. Muitas, sequer detêm a posse da terra na qual produzem e documentos que atestem seu endereço. Entretanto, quando seus filhos precisam se inscrever nos programas de assistência estudantil do IFRO, a apresentação de tais documentos não é flexibilizada, como se depreende da análise das respostas registradas no *survey* que aplicamos.

O desemprego estrutural tem se mantido como elemento regulador do sistema capitalista, que aí pode operar com pagamentos de salários mais baixos – o que é vantajoso ao mercado. Por outro lado, a baixa disponibilidade de serviços públicos (ou sua má distribuição espacial), como educação, saúde, segurança pública e habitação de interesse social, e a baixa qualidade desses serviços, faz com que esses trabalhadores, inseridos em uma sociedade de

mercado, onde o acesso a bens é feito por meio da compra, sofrem, cada vez mais os processos de marginalização social. Entender esse cenário é relevante para compreender o perfil dos estudantes que acessam o IFRO e os desafios de sua política de assistência estudantil.

Mais da metade dos estudantes que ingressam no IFRO anualmente encontra-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica e precisam de recursos da assistência estudantil para poder estudar. No ano de 2023 (ano em que concentramos nossa análise) foi registrado o total de 2.615 inscrições ao Programa de Auxílio à Permanência (PROAP), sendo que 1.899 foram deferidas e 716 indeferidas.

O IFRO executa sua política estudantil alinhado (quase que integralmente) à Lei nº. 14.914, de 3 de julho de 2024, que estabeleceu a política nacional de assistência estudantil, e ao Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), programa este executado no âmbito do Ministério da Educação, que tem a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. O documento que regula a operacionalização dessa política no âmbito do IFRO é a Resolução nº 23/REIT - CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018. Nela constam os objetivos do regulamento, seu público-alvo, e breve descrição das ações que têm caráter universal, e das que são específicas a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como pe o caso do PROAP.

O PROAP é executado por meio de editais, em cada um dos *campi* do IFRO, e os valores dos auxílios a serem concedidos aos estudantes são discriminados em edital e definidos pelos próprios *Campi*, considerando o total de recursos recebidos na rubrica de assistência estudantil.

Estudantes beneficiados pelo PROAP não precisam prestar contas do uso dos recursos, mas precisam manter assiduidade e rendimento escolar mínimo de 60 pontos por disciplina cursada.

Uma das críticas tecidas à política de assistência estudantil do IFRO, de modo geral, diz respeito à insuficiência de recursos – o que demandaria ampliação do repasse financeiro pelo governo federal (não se trata, portanto, de um problema de gestão local da política). Já no que se refere ao PROAP, especificamente, as críticas se referem não só à quantidade de recursos financeiros disponibilizados, mas ao estilo dos editais - redigidos em linguagem excessivamente formal e de difícil compreensão por boa parte dos estudantes, e às exigências documentais, consideradas pelos participantes desta pesquisa como excessivas.

Foram identificadas dificuldades no acesso ao processo de inscrição e na compreensão dos critérios estabelecidos, ressaltando a necessidade de revisão dessas etapas para torná-las mais claras e acessíveis. Algumas das informações que os editais exigem poderiam ser extraídas

do próprio Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP), do SouGov e do CadÚnico, o que pouparia tempo dos estudantes e daria, inclusive, maior segurança ao processo. Seria conveniente, também, maior clareza por parte da instituição quanto ao perfil das famílias dos estudantes, visto que muitas delas são constituídas de agricultores familiares, que não possuem carteira de trabalho, renda fixa, declaração de imposto de renda e outros documentos que costumam ser exigidos nos editais. O mesmo pode ser dito em relação aos estudantes: muitos dos quais são provenientes da zona rural, ou das periferias urbanas, e tiveram processos de escolarização complexos e deficitários, que não possibilitaram que se tornassem leitores plenos; e muitos sequer possuem acesso à internet de qualidade para acessar o sistema de inscrição – problema que se faz presente, inclusive, nos campi rurais do IFRO.

Defende-se o aperfeiçoamento do PROAP, mediante: (1) ampliação dos recursos orçamentários e financeiros; (2) maior alinhamento entre a concessão dos auxílios e a participação dos estudantes em projetos de ensino, pesquisa e a extensão; (3) acompanhamento pedagógico, e (4) reflexões sistemáticas acerca da produção da pobreza no Brasil, de seus determinantes e múltiplas dimensões. De maneira especial, recomenda-se que o PROAP, assim como os demais programas da política de assistência estudantil do IFRO contemplem a integração entre ensino, pesquisa e extensão e que os processos de inscrição sejam simplificados, tanto em termos de linguagem utilizada nos editais, quanto de sistema e documentação requerida, de modo não configurar uma inclusão excludente – uma inclusão que, embora inclua a muitos, deixa de fora uma parcela significativa que se encontra em desvantagem em relação aos demais. Defende-se, ainda, que pobreza, riqueza, desigualdades sociais e políticas de bem-estar social sejam incorporados no currículo de maneira contextualizada e crítica.

Para os pesquisadores que se interessarem em seguir na mesma vertente de pesquisa, sugere-se aprofundamento do perfil dos demandantes e comparação entre os desafios enfrentados por aqueles que cursaram o Ensino Fundamental na zona rural e os que cursaram na zona urbana. De igual modo, seria relevante aprofundar a discussão sobre letramento, alfabetização e alfabetização digital avaliando seus impactos no acesso a políticas públicas.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Inaf Brasil 2018**: estudos preliminares. Inaf – Indicador de Alfabetismo Funcional. Edição Especial. [S.l.], 2018.

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil contará com mais 100 Campi de Institutos Federais**. Brasília, 2023.

ANDRADE, L.; OLIVEIRA, M. **Educação e inclusão social: a importância dos Institutos Federais no Brasil**. *Revista de Políticas Públicas*, 2019.

ARROYO, Miguel; SARAIVA, Ana Maria Alves. Algumas questões sobre educação e enfrentamento da pobreza no Brasil. **Em Aberto**, v. 30, n. 99, 2017, p. 147-158.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves. **Igualdade e Equidade**: qual é a medida da Justiça Social? Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 129–150, mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/PsC3yc8bKMBBxzWL8XjSXYP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 de jun. 2023.

BACK, Larissa Brand. **Política de Assistência Estudantil**: Interfaces com o Reconhecimento das Diferenças e a Promoção de Equidade. 2017.

BARBOSA, Lorena Rodrigues. **Assistência Estudantil como política de permanência e êxito aos alunos cotistas nos cursos técnicos integrados do Instituto Federal do Acre, campus Rio Branco**. 2023. 124f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Científica e Tecnológica - ProfEPT) – Instituto Federal de Educação, Científica e Tecnológica, Rio Branco, AC, 2023.

BRASIL, República Federativa, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, República Federativa, **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. Disponível em: [Decreto nº 7234](#). Acesso em: 15 de jun. 2023.

BRASIL, República Federativa. **Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: [L10172](#). Acesso em: 30 de jun. 2023.

BRASIL, República Federativa. **Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: [L8742](#). Acesso em: 30 de jun. 2023.

BRASIL, República Federativa. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [L9394](#). Acesso em: 30 de jun. 2023.

BRASIL. Governo federal anuncia 100 novos *Campi* de Institutos Federais. Brasília, 2024. Disponível em: [Governo Federal anuncia 100 novos campi de Institutos Federais — Planalto](#). Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Distribuição de Renda e Desigualdade Social no Brasil em 2023*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 mar. 2025.

BRASIL. Lei n. ° 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Criação dos Institutos Federais**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. ° 14.914, de 3 de julho de 2024. **Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) – Relatório de Execução Orçamentária 2023/2024*. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 19 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação (2014-2024)**. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: [PNE - Plano Nacional de Educação - Plano Nacional de Educação - Lei n° 13.005/2014](#). Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). *Relatório Anual sobre Pobreza e Programas de Transferência de Renda*. Brasília: MDS, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds>. Acesso em: 19 mar. 2025.

BRÜSEKE, Franz Joseph. Risco e Contingência. Os paradigmas da modernidade e sua contestação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, p. 69–80, 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

CARDOSO, Lys Sobral. **Políticas públicas de prevenção e assistência às vítimas de trabalho escravo no Brasil**. Brasília, 2018.

CARNEIRO, Carla B. L. Concepções sobre pobreza e alguns desafios para intervenção social. **Serviço Social e Sociedade**. n. ° 84, ano 26. P.66-90. Nov/2005.

CARVALHO, M. P. **Educação e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CESCONETTO, Cibelle Zanforlin. **Educação de jovens e adultos: desafios para o acesso aos programas de assistência estudantil com vistas à efetivação do direito social à educação**, em 2023.

CIAVATTA, M. Ensino médio integrado: concepções e contradições. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 335-348, 2006.

COMPTON, D.M.; BURKETT, W.H.; BURKETT, G.G. The prediction of perceived level of computer knowledge: The role of participant characteristics and aversion toward computers. *Informing Science*, v. 5, n.º 4, 2002, p. 219-224.

COSTA, Janmes Wilker Mendes; BRITO, Cleudeni Milhomem; SILVA, Glyciane Vieira;

CUNHA, F. A. F.; LEITE, S. R. P. **Evasão no curso de licenciatura: fatores associados e desafios para a permanência estudantil.** Revista Brasileira de Educação, 2019.

DELGADO, Guilherme Costa. Discursos e Políticas Recentes de Luta contra a Pobreza no Brasil. In: Letienne, B., Milesi, R.; MSCS; Guertechin, T. (Org.). População e Pobreza. 01 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

FEITOSA, Daniel Guedes. **A política de assistência estudantil em tempos de Covid-19: uma análise da perspectiva dos discentes do ensino médio integrado do IFRO, campus Porto Velho Calama.** Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia: Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica — ProfEPT. Porto Velho: 2023.

FONTE, Sandra Soares Della. **Formação no e para o trabalho.** v. 2, n 2, 6-19, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação profissional e tecnológica no contexto das políticas neoliberais. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. ° 100, p. 965-987, 2007.

GUIMARÃES, *Nadja*. **Trabalho e Industrialização no Brasil: Perspectivas e Desafios.** São Paulo: Annablume, 2016.

GUIMARÃES, Vinicius Oliveira Seabra. **Construção histórico-social da pobreza: desnaturalização da percepção das desigualdades sociais.** Revista Científic@, v. 4, n. 2, p. 123-145, 2016.

HISTEDBR On-line, Campinas, n.35, p. 192–200, set.2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022.** Disponível em: [Censo 2022 | IBGE](#). Acesso em 19 jun. 2024.

IFRO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. **Resolução n. 23/CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018.** Disponível em: [Resolução nº 23/CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018](#). Acesso em 19 jun. 2024.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira.** São Paulo, n. 129, p. 285–303, 2017.

INEP. **Relatório de desempenho escolar e vulnerabilidade socioeconômica no Brasil.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021. Disponível em: [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep](#). Acesso em: 20 jan. 2025.

INEP. **Relatório do Censo da Educação Superior 2020.** Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em: <https://>

[Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2020 — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep](#). Acesso em: 20 jan. 2025.

KUENZER, A. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 100, p. 1153-1178, 2007.

KUENZER, A. Z.; GRABOWSKI, G. Ensino médio e profissional: dualidade histórica e desigualdade social. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 129, p. 641-659, 2006.

LEWIS, Oscar. *A Cultura da Pobreza*. New York: **Random House**, 1959.

LEWIS, Oscar. Culture of poverty. In: SPRADLEY, J. P.; McCURD D. W. (Eds.), **Conformity and conflict** – Readings in cultural anthropology. Boston, MA.: Little, Brown and Company, 1971

LYNN, Laurence. **Designing Public Policy**: a casebook on the Role of Policy Analysis. Santa Monica, Calif.: Goodyear, 1980.

MEC, Ministério da Educação. **Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. Disponível em: [portaria normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007](#) . Acesso em: 30 de jun. 2023.

MEC, Ministério da Educação. Relatório de Projeção do PAC 2024. Brasília, 2024

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. MÉSZÁROS, István. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOURA, D. H. **Formação de professores para a educação profissional e tecnológica: desafios e possibilidades**. *Revista Brasileira de Educação Técnica e Tecnológica*, v. 7, n. 2, p. 123-142, 2008.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico**. Disponível em: [HISTEDBR](#) | . Acesso em: 15 jul. 2023.

OLIVEIRA, Ricardo Furtado; SANTOS, Sidicleia Soares. Nativos Digitais, Alfabetização e Letramento: Percepções sobre Letramento e Analfabetismo Digital em uma Classe de Educação Básica. *Revista de Tecnologia e Sociedade*, v. 1, n. 2, p. 45-62, 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Constituição da Organização Mundial da Saúde*. 1948. Disponível em: <https://www.who.int>. Acesso em: 19 mar. 2025.

PACHECO, J. R.; PEREIRA, J. M.; SOBRINHO, J. D. A educação profissional no Brasil: perspectivas e desafios. *Revista Educação e Trabalho*, v. 5, n. 1, p. 21-38, 2010.

PEREIRA, Aguinaldo; MOURA, Elenice Norma Doenha. Desafios de acesso ao Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - campus Cacoal. **Revista Prática Docente**, v. 7, n. 2, e 22043, 2022. Disponível em: <https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/230/220>. Acesso em: 15 jul. 2023.

PIKETTY, Thomas. *O Capital no Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PRADO Junior, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RODRIGUES, J. D.; BARBOSA, C. H. **Fatores associados à evasão em cursos de formação de professores**. Educação em Foco, 2021.

SANFELICE, José Luís. “História das Instituições Escolares”. In: Nascimento, M. I. M. [et.al] (orgs.). **Instituições escolares no Brasil; conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores associados, 2007.

SANFELICE, José Luis. **História das instituições escolares: desafios teóricos**. Série-Estudos. Campo, n. 25, jan./jun. 2008, p. 11–17.

SANTOS, M. **Os Institutos Federais como instrumentos de transformação social**. *Revista Educação em Perspectiva*, 2021.

SAVIANI, Dermeval. *A pedagogia histórico-crítica*. 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Silvio Ricardo; BARBOSA, Xênia de Castro; BATISTA, Josélia Fontenele. **Entre estudar e trabalhar: a Evasão Escolar como problema complexo**. Disponível em: [ENTRE ESTUDAR E TRABALHAR: A EVASÃO ESCOLAR COMO PROBLEMA COMPLEXO | South American Journal of Basic Education, Technical and Technological](#). Acesso em 14 jul. 2023.

SIQUEIRA, Edmundo. *Origens da Desigualdade no Brasil Colonial*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaro. **Pobreza no Brasil colonial: representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira**. São Paulo, 2009.

SOARES, Priscila da Silva. **Assistência Estudantil no Instituto Federal do Acre: contribuições para uma identidade para além dos auxílios financeiros**. 2022. 109f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, Rio Branco, AC, 2022.

SOUZA, R.; FERREIRA, C. **A capilaridade dos Institutos Federais: impactos no desenvolvimento regional**. *Revista Brasileira de Educação*, 2022.

TOWNSEND, Peter. *Poverty in the United Kingdom*. London: Penguin Books, 1962.

UNESCO. **Education for All Global Monitoring Report: Achievements and Challenges**. Paris: UNESCO, 2015. Disponível em: [Home - UNESCO Digital Library](#). Acesso em: 20 jan. 2025.

UNESCO. **Segundo relatório global sobre aprendizagem e educação de adultos. Repensando a alfabetização**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/imagens/0023/002307/230725> . Acesso em 20 abril. 2024.

VALADÃO, J. A. D.; SILVA, S. S. S. **Justaposições da estratégia como prática e processo de estratégia: antes da visão pós-processual da estratégia.** Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, v. 13, n. 2, p.171-195, jan. 2012.

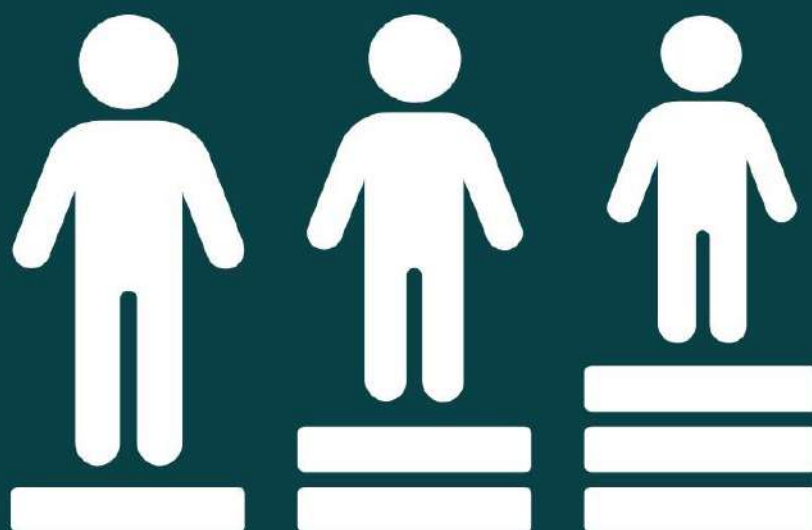
VAN DIJK, Jan.; HACKER, Kenneth. **The digital divide as complex and dynamic phenomenon.** *The informativos society*, v. 19, n. 4, p. 315–326, 2003.

WINCK, Francieli. **Analfabetismo funcional entre vestibulandos dos cursos de graduação em letras, história e jornalismo.** 2019.

YIN, Robert. Estudo de caso: **planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Valquiria Alves de Souza
Xênia de Castro Barbosa

**TUTORIAL PARA ACESSO A
RECURSOS DA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL NO INSTITUTO
FEDERAL DE RONDÔNIA**



Valquiria Alves de Souza

Xênia de Castro Barbosa

TUTORIAL PARA ACESSO A RECURSOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA

Produto educacional apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT.

Macroprojeto 6: Organização de espaços pedagógicos na EPT.



Porto Velho – Rondônia

2025

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Souza, Valquiria Alves.

TUTORIAL PARA ACESSO A RECURSOS DA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDONIA /
Valquiria Alves de Souza, Porto Velho-RO, 2025.
36 f.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a Xênia de Castro Barbosa.

ISBN: 978-65-01-40674-9

Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação
Profissional e Tecnológica - ProfEPT) – Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho-
RO, 2025.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Assistência Estudantil.
3. Ensino. I. de Castro Barbosa, Xênia (orient.). II. Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Evandro Silva de Sousa, CRB-11-956 (Campus Porto Velho Calama)

SOBRE AS AUTORAS



Valquiria Alves de Souza

Possui graduação em Letras pela Universidade Federal de Rondônia e pós-graduação em Gestão Educacional. É assistente de alunos no Instituto Federal de Rondônia – Campus Colorado do Oeste, atleta amadora nos finais de semana e cuidadora de sua mãe, já idosa.



Xênia de Castro Barbosa

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Rondônia, Mestrado em História pela Universidade de São Paulo e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. É professora do Instituto Federal de Rondônia e líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Históricos Literários (NEHLI/IFRO). Não gosta de atividades físicas e cuida de sua mãe idosa.

Título do Produto: Tutorial para acesso a recursos da Assistência Estudantil do Instituto Federal de Rondônia.

Nível de Ensino: Médio e Superior

Segmento profissional: Profissionais do IFRO e Estudantes

Série/ano: Ensino Médio e Ensino Superior

Cursos técnicos indicados: todos os cursos da Instituição

Transferência/ usos já efetivados: produto transferido à Pró-Reitoria de Ensino do IFRO.

Público-alvo: profissionais da EPT e estudantes da EPT.

LISTA DE ABREVIATURAS

- BPC:** Benefício de Prestação Continuada
- CAED:** Coordenação de Assistência ao Educando
- CEAC:** Comissão responsável pela Elaboração, Análise e Concessão de Auxílios designada por meio de portaria emitida pela Direção Geral do Campus
- CNH:** Carteira Nacional de Habilitação
- CPF:** Cadastro de Pessoas Físicas
- CTPS:** Carteira de Trabalho Profissional e Previdência Social
- GOTEC:** Grupo de Pesquisa em Soluções Tecnológicas
- IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFRO:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
- INCLUIR:** Programa Incluir de Acessibilidade na Educação
- INSS:** Instituto Nacional do Seguro Social
- IRPJ:** Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
- IRPF:** Imposto de Renda de Pessoa Física
- NEHLI:** Núcleo de Estudos Históricos e Literários
- PAB:** Programa de Acolhimento nas Bibliotecas
- PAE:** Programa de Assistência Estudantil
- PAS:** Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes
- PASES:** Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior
- PATE:** Programa de Apoio ao Transporte do Estudante
- PBP:** Programa de Bolsa Permanência
- PEM:** Programa Estudantil de Moradia (PEM)
- PNAES:** Política Nacional de Assistência Estudantil
- PROAP:** Programa de Auxílio à Permanência
- PROPEPE:** Programa de Permanência Parental na Educação
- PROMISAES:** Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
- RFEPCT:** Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
- REPAE:** Regulamento dos Programas de Assistência Estudantil do IFRO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
SEÇÃO I – OBJETIVOS	11
SEÇÃO II – METODOLOGIA	12
SEÇÃO III – ORIENTAÇÕES AOS OPERADORES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFRO	17
SEÇÃO IV – ORIENTAÇÕES AOS ESTUDANTES QUE DESEJAM ACESSAR RECURSOS DO PROAP	20
RECOMENDAÇÕES PARA USO	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
GLOSSÁRIO	34
REFERÊNCIAS	35

APRESENTAÇÃO

São inúmeros os desafios que os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica enfrentam para se formar. Para promover a permanência e êxito acadêmico desses estudantes e reduzir as desigualdades sociais o Estado brasileiro reformulou, no ano de 2024, sua Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por meio da Lei nº. 14.914, de três de julho de 2024.

A PNAES tem como objetivos: democratizar e garantir as condições de permanência de estudantes na educação pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência de estudantes nos cursos da educação pública federal e na conclusão desses cursos; reduzir as taxas de retenção e de evasão na educação pública federal; contribuir para a promoção da melhoria de desempenho acadêmico, de inclusão social pela educação e de diplomação dos estudantes; apoiar estudantes estrangeiros da educação superior recebidos no âmbito de acordos de cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e outros países; estimular a participação e o alto desempenho de estudantes em competições, em olimpíadas, em concursos ou em exames de natureza esportiva e acadêmica; estimular as iniciativas de formação, extensão e pesquisa específicas para a área de assistência estudantil.

A PNAES é efetivada por meio de programas e as ações de assistência estudantil, executados pelo Ministério da Educação, pelas instituições federais de ensino superior e pelas instituições integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Tais programas devem compreender as especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e as necessidades do corpo discente dessas instituições, especialmente as situações de vulnerabilidade socioeconômica, bem como a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, de contribuir para a

melhoria do desempenho acadêmico e de agir, preventivamente, nas situações de risco de retenção e de evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras ou de outras hipossuficiências associadas à situação de vulnerabilidade social.

Dentre os programas abrangidos pela PNAES constam:

- Programa de Assistência Estudantil (PAE); Programa de
- Bolsa Permanência (PBP);
- Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior (Pases);
- Programa Estudantil de Moradia (PEM);
- Programa de Apoio ao Transporte do Estudante (Pate); Programa
- Incluir de Acessibilidade na Educação (Incluir); Programa de
- Permanência Parental na Educação (Propepe); Programa de
- Acolhimento nas Bibliotecas (PAB);
- Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes (PAS);
- Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes);
- Benefício Permanência na Educação Superior;
- Oferta de serviços pelas próprias instituições federais de ensino superior e pelas instituições da RFEPCT, dentre outras.

No Instituto Federal de Rondônia (IFRO) as ações de assistência estudantil são regidas pelo estabelecido na Resolução nº. 23/REIT - CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018, a qual se alinha com a Resolução nº. 26/REIT - CONSUP/IFRO, de 04 de abril de 2018, que trata da Política de Acesso, Permanência e êxito da referida instituição.

Conforme a Resolução 23/2018 (IFRO, 2018), os Programas de Assistência Estudantil executados no âmbito da instituição têm como finalidade ampliar as condições de permanência e conclusão do curso de estudantes devidamente

matriculados nos cursos presenciais técnicos de nível médio e de graduação, em conformidade com o preconizado pelo Decreto nº 7.234/2010/PNAES.

De modo geral, a Assistência Estudantil executada no IFRO tem como objetivo criar condições que favoreçam a permanência e o sucesso dos estudantes nos cursos técnicos de nível médio e de graduação presenciais, ofertados em seus campi. A instituição se mostra empenhada em atender aos estudantes de forma integral, considerando aspectos sociais, econômicos, psicológicos e educacionais, com foco na prevenção da evasão e na promoção da permanência e êxito estudantil.

Ao desenvolvermos pesquisa de mestrado sobre o tema, notamos, além da limitação de recursos, que impede a ampliação dos atendimentos, algumas falhas na execução da política, como por exemplo: o fato de alguns campi pagarem auxílios estudantis a estudantes da modalidade EAD, à revelia do previsto no Decreto nº 7.234/2010 (Brasil, 2010) e na própria Resolução 23/2018 (Ifro, 2018), a falta de uma linguagem clara e acessível nos editais, a ausência de fluxo definido e a burocracia excessiva, que acaba por dificultar o acesso dos estudantes ao recurso, configurando-se como um instrumento de —inclusão excludente. Os editais de assistência estudantil do IFRO, embora relevantes e necessários, revelam-se sob o signo da dualidade, reforçando na escala local o processo de acumulação capitalista que costuma ocorrer em escalas mais amplas.

Em face da relação contraditória entre capital e trabalho, a efetiva inclusão de todas as pessoas é uma quimera e o que se percebe como inclusão são reflexos de concessões subordinadas aos interesses do processo de acumulação. Todavia, promover a inclusão no âmbito da educação pública é ato de resistência que deve ser encorajado, visto que a escola, ao mesmo tempo em que é aparelho e que reproduz os interesses dominantes, é também espaço propício para o desenvolvimento do senso crítico -

elemento indispensável para a libertação da classe trabalhadora e a construção de uma sociedade mais justa. Assim, o produto educacional ora apresentado visa contribuir para o aperfeiçoamento do processo de seleção de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica do IFRO, para acesso a recursos de assistência estudantil do Programa de Auxílio à Permanência.

Diante da diversidade de programas de assistência estudantil praticados pelo IFRO e da impossibilidade de trabalhar cada um deles, optamos, em nossa pesquisa, por nos concentrar de modo mais detido o Programa de Auxílio à Permanência (PROAP), por ser o mais procurado pelos estudantes e o que conta com maior volume de recursos.

Com a pesquisa desenvolvida no mestrado, buscamos identificar os principais desafios enfrentados pelos estudantes para acessar recursos dos editais do PROAP no ano de 2023, e para tanto, analisados 10 editais, publicados pelos campi dos IFRO e aplicamos um *survey* a 90 estudantes que tiveram a inscrição indeferida, com vistas compreender, a partir de suas respostas, as dificuldades que encontraram no processo de inscrição.

Este produto, contudo, visa dialogar não só com os estudantes, mas também com os gestores/operadores da política de assistência estudantil que atuam no território dos campi, assim, está organizado em cinco partes, sendo a primeira de apresentação dos objetivos deste produto, a segunda de apresentação de orientações a gestores; a terceira, de orientações a estudantes; e a quarta é composta de um glossário de termos recorrentes nos editais de assistência estudantil do IFRO, seguida pelas considerações finais.

Desejamos uma excelente leitura!

SEÇÃO I – OBJETIVOS

Este produto educacional tem como objetivo principal contribuir com os estudantes do IFRO no acesso a recursos da assistência estudantil, oferecendo-lhes um tutorial concernente ao processo de pré-inscrição e de inscrição em editais dos programas de assistência estudantil do IFRO.

Complementarmente, pretende-se colaborar com a organização do IFRO na revisão do modelo vigente de seu processo de seleção de estudantes para obtenção dos benefícios previstos em seu Programa de Auxílio à Permanência, visto que as informações levantadas com a pesquisa —Inclusão excludente? História e desafios da assistência estudantil no Instituto Federal de Rondônia, desenvolvida no âmbito do mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFPT) nos levaram a classificar esse modelo de seleção excessivamente burocrático, além de oferecer riscos aos usuários e à própria instituição, no que se refere ao atendimento da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018), situação ponderada na dissertação de mestrado que acompanha este produto educacional.

Democratizar e garantir condições de permanência

- Democratizar e garantir as condições de permanência de estudantes na educação pública federal

Minimizar desigualdades

- Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência de estudantes nos cursos da educação pública federal e na conclusão desses cursos

Reduzir taxas de retenção e evasão

- Reduzir as taxas de retenção e de evasão na educação pública federal

Melhorar desempenho e inclusão

- Contribuir para a promoção da melhoria de desempenho acadêmico, de inclusão social pela educação e de diplomação dos estudantes

SEÇÃO II – METODOLOGIA

O desenvolvimento deste produto educacional foi organizado em cinco etapas, a saber:

Processo de Desenvolvimento do Produto

- 5 - Transferência do Produto**
- 4 - Validação do Produto**
- 3 - Desenvolvimento do Produto**
- 2 - Desenvolvimento e validação do protótipo**
- 1 - Identificação dos desafios de acesso ao Programa de Auxílio à Permanência do IFRO**



As etapas foram efetivadas de modo satisfatório e as informações obtidas possibilitaram uma interpretação inicial do fenômeno, além de oferecer dados para a elaboração deste produto.

ETAPA 1

Na etapa 1 – Identificação dos desafios de acesso ao Programa de Auxílio à Permanência do IFRO as ações realizadas consistiram em:

1 – Análise dos editais, em que buscamos avaliar aspectos como clareza das informações, clareza do fluxo processual, suficiência da documentação requerida e pertinência dos critérios de seleção;

2 – Aplicação de *survey* a gestores da política de assistência estudantil situados nos campi (chefes e coordenadores dos setores de assistência ao educando e assistentes sociais).

3 – Aplicação de *survey* a estudantes que concorreram aos editais do PROAP no ano de 2023 e tiveram suas inscrições indeferidas.

ETAPA 2

Na etapa 2 do desenvolvimento deste produto educacional, procedeu-se à elaboração do protótipo. Esse protótipo foi primeiramente apresentado à professora orientadora, que realizou correções e ajustes necessários para o aprimoramento do material.

Em seguida, o protótipo revisado foi apresentado aos participantes da pesquisa, mediante o envio de um correio eletrônico. Nessa oportunidade, solicitamos aos colaboradores que apresentassem suas considerações livres sobre o produto, abrangendo aspectos como forma, conteúdo, clareza das informações, qualidade das informações e sensação em relação à paleta de cores selecionada.

Além disso, foi dada a esses colaboradores a oportunidade de apresentar sugestões e pedidos de ajustes adicionais. Essa etapa de feedback e validação com o público-alvo é fundamental para garantir que o produto final atenda de forma adequada

às necessidades e expectativas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica do IFRO.

Com base nas contribuições e considerações apresentadas pelos colaboradores, o protótipo foi novamente revisado e ajustado, visando o aprimoramento do material.

Ao final dessa etapa, o protótipo revisado e validado pelos colaboradores da pesquisa deu base para o desenvolvimento deste produto educacional. Com o material ajustado e aprovado, ele poderá então ser disponibilizado aos setores interessados do IFRO, contribuindo para a melhoria do acesso dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica aos recursos da assistência estudantil oferecidos pela instituição.

ETAPA 3

O desenvolvimento deste produto guiou-se pela intencionalidade de contribuir, tanto com os servidores do IFRO, que executam a política de assistência estudantil, quanto com os estudantes, que precisam concorrer aos editais que oferecem acesso aos recursos assistenciais.

Para o desenvolvimento do produto, consideramos o protótipo, as sugestões dos colaboradores que fizeram a leitura e apontamentos de melhoria, bem como analisamos produtos similares disponíveis na plataforma EDUCAPES. Colaboraram com o desenvolvimento deste produto: professores do ProfEPT, alunos do ProfEPT e pesquisadores dos Grupos de Pesquisas – Soluções Tecnológicas (GOTEC) e Núcleo de Estudos Históricos e Literários (NEHLI), incluindo alunos que são usuários da assistência estudantil.

Essa etapa final do processo de construção do produto representa um marco importante, pois abre caminho para que o material possa ser amplamente utilizado e disseminado, contribuindo para a melhoria do acesso dos estudantes em situação de

vulnerabilidade socioeconômica aos recursos da assistência estudantil oferecidos pela instituição.

ETAPA 4

O processo de validação deste produto educacional foi realizado mediante envio do produto aos estudantes que participaram da pesquisa e a colaboradores como colegas de curso, professores do ProfEPT e pesquisadores dos grupos de pesquisa NEHLI e GOTEC, do Campus Porto Velho Calama.

Destaca-se que não recebemos devolutivas por meio do correio eletrônico, o que talvez possa ser explicado em razão de que o e-mail foi enviado em período de férias escolares.

Diante disso, ampliamos a estratégia para validação, recorrendo a professores e outros estudantes, alguns dos quais são, também, beneficiários do PROAP e de outros programas de assistência estudantil do IFRO.

ETAPA 5

O produto educacional aqui apresentado foi transferido de modo gratuito à Pró-Reitoria de Ensino do Instituto Federal de Rondônia (IFRO). Essa doação visa permitir que a Pró-Reitoria possa disponibilizar o material aos setores interessados, de acordo com suas necessidades e critérios.

Esse produto educacional foi desenvolvido com o objetivo principal de contribuir para o aperfeiçoamento do processo de seleção de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica do IFRO, facilitando o acesso deles aos recursos da assistência estudantil oferecidos pela instituição.

Ao disponibilizar esse material, a Pró-Reitoria de Ensino do IFRO terá a oportunidade de compartilhá-lo com os diversos setores interessados, como coordenações de curso, equipes de assistência estudantil e orientação educacional.

Dessa forma, os estudantes poderão ser melhor orientados sobre os programas de auxílio à permanência oferecidos pela instituição.

Espera-se que, com o acesso a esse tutorial, os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica do IFRO possam compreender melhor o processo de pré-inscrição e inscrição nos editais dos programas de assistência estudantil, aumentando suas chances de serem contemplados e, conseqüentemente, melhorando sua permanência e êxito acadêmico.

SEÇÃO III – ORIENTAÇÕES AOS OPERADORES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFRO

Um edital é um documento oficial que estabelece as regras, requisitos, etapas e cronograma para a realização de um objeto – no caso dos editais de assistência estudantil, a seleção de estudantes para acesso a bolsa ou recursos financeiros que lhe auxiliarão a permanecer na instituição e obter êxito escolar ou acadêmico no curso em que estão matriculados.

Trata-se de documento fundamental para garantir transparência, igualdade de oportunidades e legalidade ao processo de seleção. Desse modo, deve definir de forma clara e com suficiência de informações os objetivos do documento, as etapas do processo, os requisitos para participação, os critérios de avaliação, os recursos disponibilizados, as formas de concessão, dentre outras informações pertinentes. A qualidade, clareza e coerência das informações são essenciais, pois informações contraditórias, insuficientes ou inconsistentes podem gerar dúvidas nos candidatos e acarretar questionamentos à lisura do processo seletivo.

Ao elaborar um edital, é importante ter claros os objetivos e o destinatário, ou seja, o público que visa alcançar e utilizar-se de linguagem clara e assertiva, sem rebuscamentos. Recomendamos o uso da Linguagem Simples, que é uma forma de comunicação usada para transmitir informações de maneira simples, objetiva e inclusiva. A Linguagem Simples é uma técnica que pode e deve ser incorporada nos textos produzidos pelos servidores públicos, para melhorar a comunicação com os usuários do serviço público. Se o objetivo é a comunicação, é fazer com que a mensagem chegue de forma clara aos cidadãos, é fundamental que a linguagem a ser

utilizada seja simples e clara. Para saber mais sobre Linguagem Simples recomendamos fazer o curso disponibilizado pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/315> bem como outros cursos sobre o tema.

10 passos para usar Linguagem Simples

- 1. Planeje**
 - Quem é o seu público-alvo?
 - Qual é a mensagem que você quer passar?
- 2. Invista na empatia**
 - Coloque-se no lugar de quem vai ler o texto.
 - Qual a dificuldade que o leitor pode ter?
- 3. Organize as ideias**
 - Estruture o seu texto e pense na sequência lógica das ideias.
 - Use títulos, subtítulos e marcadores. Assim, você ajuda o leitor a perceber o que é importante e a se orientar com facilidade.
- 4. Priorize**
 - As informações mais importantes devem vir no início do seu texto.
- 5. Use frases em ordem direta**
 - ✓ O servidor realizou a fiscalização.
 - ✗ A fiscalização foi realizada pelo servidor.
- 6. Evite escrever frases com mais de 20 palavras**
 - Divida o texto em parágrafos curtos. Use frases objetivas.
- 7. Evite o uso de palavras difíceis para o seu público**
 - Se precisar usar siglas, jargões ou termos técnicos, explique o significado na sequência.
- 8. Utilize elementos visuais**
 - Avalie quando é melhor mostrar (visual) ou contar (texto).
 - Diagramas, tabelas e gráficos facilitam a compreensão do conteúdo.
- 9. Revise**
 - Verifique se as informações estão claras e compreensíveis: um segundo olhar sempre contribui.
- 10. Teste**
 - Sempre que possível, teste a facilidade da leitura do documento com o seu público-alvo.

A linguagem não é o único ponto que merece atenção cuidadosa. Por ser um ato normativo emitido pela administração pública, o edital deve estar em conformidade com o princípio constitucional da legalidade, nesse sentido, administração deve agir sempre de acordo com as legislações pertinentes, pois elas estabelecem as regras gerais e os princípios que devem conduzir cada matéria. Desse modo, o edital se coloca entre as normas gerais e as regras específicas disciplinadas no âmbito da instituição, estabelecendo, ele próprio suas normas condizentes com as das duas esferas.

Assim, antes de elaborar um edital, é fundamental conhecer a legislação nacional pertinente ao tema e as resoluções, instruções normativas e outros documentos que disciplinam a matéria no âmbito da instituição. Por mais que você já conheça esses documentos, é recomendado que os releia periodicamente. Em caso de dúvidas sobre algum ponto, peça esclarecimentos da Procuradoria Jurídica de sua instituição ou de outra autoridade competente. De igual modo, é recomendado que converse com os

servidores de seu setor, de modo a promover alinhamento e consenso sobre as questões concernentes à assistência estudantil.

Normas vigentes/2024

NA ESFERA NACIONAL

Lei nº. 14.914, de 3 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)

Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil

NA ESFERA DO IFRO

Resolução n. 23/CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018.
Regulamenta os Programas de Assistência Estudantil do IFRO.

Resolução n. 26/CONSUP/IFRO, de 04 de abril de 2018.
Dispõe sobre a Política de Acesso, Permanência e Êxito do IFRO.

Instrução Normativa nº. 01/2020/PROEN-IFRO. Dispõe sobre a execução da Política e dos Programas de Assistência Estudantil, bem como orienta a utilização dos recursos provenientes do Programa Nacional de Assistências Estudantil – PNAES



SEÇÃO IV – ORIENTAÇÕES AOS ESTUDANTES QUE DESEJAM ACESSAR RECURSOS DO PROAP

O Programa de Auxílio à Permanência - PROAP está previsto no Regulamento dos Programas da Assistência Estudantil do IFRO (IFRO, 2018a) e se efetiva por meio de auxílio financeiro que visa colaborar para a cobertura de despesas como alimentação, transporte, aquisição de materiais necessários às aulas, dentre outras, possam interferir na permanência e conclusão do curso no IFRO.

O PROAP é destinado aos estudantes matriculados regularmente nos cursos técnicos de nível médio e de graduação presenciais que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O IFRO considera em situação de vulnerabilidade socioeconômica os estudantes com renda familiar per capita inferior a um salário mínimo e meio. O principal critério, portanto, na política vigente, é o econômico.

Renda familiar é a soma de dinheiro obtido ao longo de um mês, pelo conjunto das pessoas que, constituindo um grupo familiar, residem na mesma casa. Grupo familiar, por sua vez, é o conjunto de pessoas que possui algum vínculo de parentesco, sejam eles parentes próximos ou distantes, mas que residam na mesma casa. Assim, pais, irmãos, tios, primos e avós que moram com você fazem parte do seu grupo familiar, e ao concorrer ao edital, é preciso considerar a renda total desse grupo, para ver se está apto a se inscrever no edital. Agora se você mora sozinho (se é maior de idade ou emancipado), o grupo familiar é composto apenas por você. Renda per capita por sua vez, é a renda média por pessoa no grupo familiar. Agora é o momento de realizar os cálculos!

VEJA SE ESTÁ APTO A CONCORRER A EDITAL DO PROAP

1. Some os rendimentos mensais de todas as pessoas de seu grupo familiar.

2. Divida pelo número de pessoas de seu grupo familiar.

Ex.: Se seu grupo familiar ganha R\$ 3.000,00 por mês e é composto por 4 pessoas, a renda per capita será $R\$ 3.000 \div 4 = R\$ 750,00$ por pessoa

3. Verifique o valor vigente do salário mínimo. Se a renda per capita de sua família for inferior a 1,5 salário mínimo e você realmente precisar de recurso do edital para conseguir estudar, pode se inscrever!



Lembre-se que os recursos financeiros que o IFRO recebe são limitados e há muitos estudantes que necessitam desses recursos para conseguir estudar. Se você é um deles, leia o edital **com atenção** e se inscreva. Em caso de dúvidas, procure a CAED ou o DEPAE de seu Campus e peça esclarecimentos e/ou ajuda. Você também pode conversar com seus pais ou responsáveis, ou com algum professor. Provavelmente eles saberão lhe orientar. Agora, apresentaremos orientações, passo-a-passo, acerca do processo de inscrição.

1. Acesse a página do SUAP pelo link: <https://suap.ifro.edu.br/accounts/login/>. Caso seja seu primeiro acesso insira o número da **matrícula** no campo denominado como usuário e, no campo da **senha**, utilize a senha padrão para o primeiro acesso, que é "**ifro + seu número da matrícula**".



Login
Acesse ao Suap IFRO:

Usuário:

Senha:

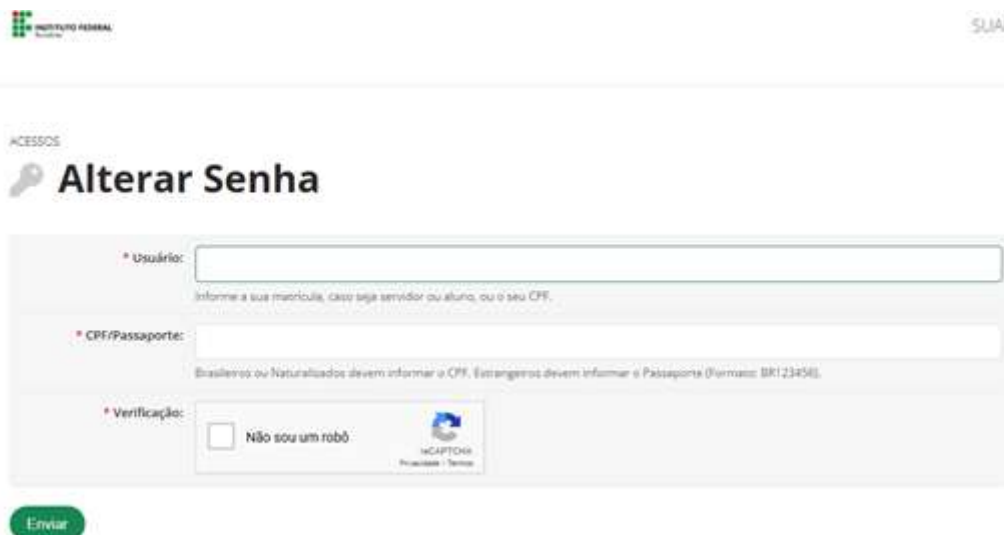
Acessar

[Esqueceu ou deseja alterar sua senha?](#)

[Esqueceu seu número de matrícula?](#)

Entrar com gov.br

2. Por questão de segurança, recomendamos que você altere sua senha. Para isso, basta selecionar a opção —Esqueceu ou deseja alterar sua senha?!, ainda na tela inicial (<https://suap.ifro.edu.br/accounts/login/?next=/>) e preencher os campos informados.



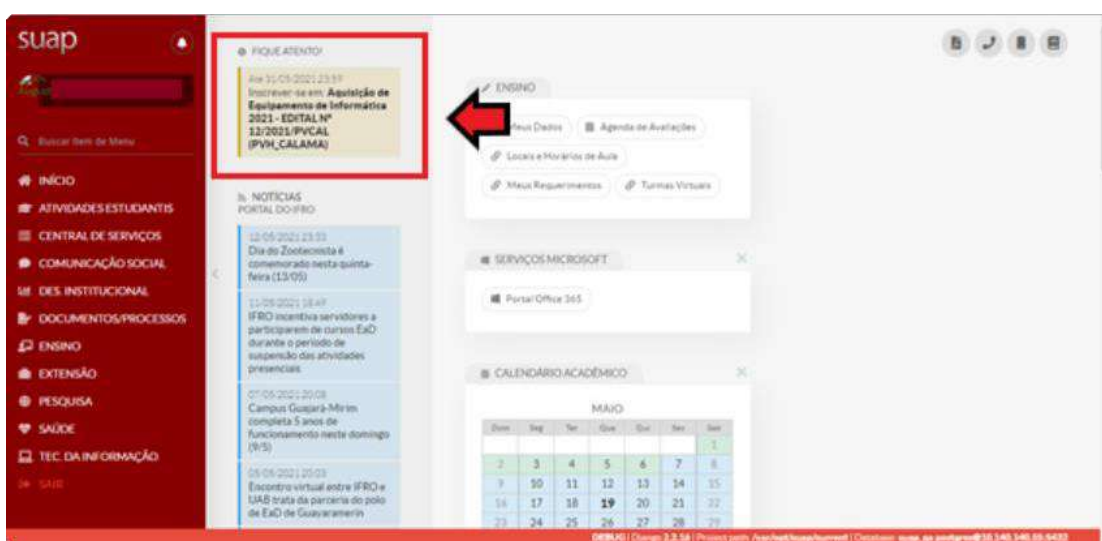
The screenshot shows the 'Alterar Senha' form. At the top left is the logo of Instituto Federal de Roraima (IFRR) and at the top right is the SUAP logo. Below the header, the text 'ACESSOS' is visible. The main heading is 'Alterar Senha' with a key icon. The form contains three input fields: 1. 'Usuário:' with a subtext 'Informe a sua matrícula, caso seja servidor ou aluno, ou o seu CPF.' 2. 'CPF/Passaporte:' with a subtext 'Brasileiros ou Naturalizados devem informar o CPF. Estrangeiros devem informar o Passaporte (Formato: BR123456)'. 3. 'Verificação:' with a checkbox 'Não sou um robô' and a CAPTCHA icon. A green 'Enviar' button is located at the bottom left of the form area.

3. Se você não souber ou tiver esquecido seu número de matrícula, também é fácil recuperá-lo! Ainda na tela inicial: <https://suap.ifro.edu.br/accounts/login/?next=/> clique em —Esqueceu seu número de matrícula! e preencha as informações que o sistema irá lhe solicitar.



The screenshot shows the 'Consultar Números de Matrícula' form. At the top left is the logo of Instituto Federal de Roraima (IFRR) and at the top right is the SUAP logo. Below the header, the text 'CONSULTAS PÚBLICAS' is visible. The main heading is 'Consultar Números de Matrícula' with a document icon. The form contains two input fields: 1. 'CPF:' with a subtext 'Formato: "00000000000"'. 2. 'Data de Nascimento:' with a date picker showing 'dd/mm/aaaa'. A checkbox 'Não sou um robô' and a CAPTCHA icon are also present. A green 'Enviar' button is located at the bottom left of the form area.

4. Agora você deve escolher o edital no qual deseja se inscrever, fazer o download dos arquivos e lê-los com bastante atenção, antes de iniciar a inscrição, propriamente dita. Os editais de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Rondônia (IFRO) são disponibilizados no SUAP na tela inicial do estudante, na aba —FIQUE ATENTO!. Para se inscrever, basta clicar no anúncio do edital, que o sistema irá lhe direcionar para a página de inscrição. Os editais com período de inscrição abertos aparecem à direita do menu lateral, na parte central da tela.



5. Após clicar no link, o primeiro passo é ler os termos de aceite e marcá-los como aceitos.

É essencial:

1. Manter sempre seu endereço e contatos (telefone/email) atualizados no SUAP.
2. Lembrar-se de ler com atenção todo o edital (no portal do IFRO) e esse formulário de inscrição preenchendo corretamente todos os campos.
3. Entregar, no período estipulado no edital, toda a documentação que comprove as informações prestadas nesse formulário de inscrição.
4. Estar ciente de que o preenchimento desta inscrição não significa deferimento de qualquer benefício.

Passo 1 de 3

Declaração de Aceite

Termo de Aceite: Declaro que li e estou de acordo com os termos do Edital.

Termo de Esclarecimento: Declaro que estou ciente de que o preenchimento desta inscrição não significa deferimento de qualquer benefício.

Continuar **Cancelar**

Após assinalado os campos, clique em "Continuar"

No primeiro passo você irá declarar que conhece os termos e demais procedimentos do Edital

6. Após clicar em continuar você iniciará o segundo passo do processo de inscrição. Preencha todas as informações solicitadas na página. Atenção: caso sua caracterização socioeconômica esteja desatualizada, será necessário atualizá-la antes de prosseguir.

Passo 2 de 3

Caracterização Socioeconômica

Tipo de Moradia: * Escolha uma opção
Situação de moradia do principal responsável financeiro.

Situação de Moradia: *
Somente preencha este campo caso, na opção anterior, tenha marcado "Outro".

Custo Diário de Transporte: *
Se utiliza meio de transporte (ônibus, mototáxi, transporte locado), especifique o valor gasto.

Situação Trabalho: * Escolha uma opção

Renda do Estudante: *
Renda do estudante com trabalho, benefício, bolsa, estágio, aposentadoria, pensão, etc.

Pensão Alimentícia/Mesada: *
Especifique o valor que recebe de Pensão ou mesada.

Auxílio de Parentes: *
Especifique o valor que recebe de auxílio de parentes.

Rendimento de Aluguel: *
Especifique o valor que recebe de rendimentos de aluguel.

Outros rendimentos: *
Caso tenha outro rendimento, especifique-o.

Informações Complementares: *
Se achar necessário, relate alguma situação familiar especial, não contemplada no questionário, a qual você julga importante para fundamentar a análise de sua situação econômica.

Motivo da Solicitação: *
Descreva aqui o motivo da sua solicitação.

Botões: Continuar, Voltar, Cancelar

Caixas de texto em verde:
- No segundo passo você irá preencher os dados socioeconômico para a sua inscrição. Aqui você deverá inserir apenas as suas informações financeiras.
- Após preenchido os campos, clique em "Continuar"

Todos os campos marcados com asterisco são obrigatórios e devem ser preenchidos corretamente. Pergunte a seus pais as informações que você não souber ou não tiver certeza. Após preencher completamente sua caracterização socioeconômica, lembre-se de salvar as informações. Em seguida, você estará apto a avançar para a terceira etapa, chamada de "Documentação".

7. A página que será aberta apresentará diversos campos nos quais você deverá anexar os documentos solicitados, os quais deverão ser previamente digitalizados. Lembre-se de que as duas faces dos documentos (frente e verso) devem ser digitalizadas e juntadas em único arquivo. Recomenda-se o uso da função —Juntar PDF— disponível no *software* <https://www.ilovepdf.com/pt>, que pode ser acessado gratuitamente, de forma online.

Passo 3 de 3

No terceiro passo você irá inserir apenas os seus documentos.

Você deverá anexar os documentos em um arquivo único.

Para organizar todos os documentos solicitados em um só arquivo, sugerimos utilizar o ilovePDF, link: <https://www.ilovepdf.com/pt>

Documentos do Aluno

Documentos Pessoais: * Nenhum arquivo selecionado
Documentos pessoais do aluno: RG, CPF, CTPS.

Comprovante Residência: * Nenhum arquivo selecionado
Comprovante de residência do aluno, como conta de água, energia, telefone, etc.

Comprovante Renda: * Nenhum arquivo selecionado
Comprovante(s) de renda do aluno.

Documentos Complementares: Nenhum arquivo selecionado
Documentos complementares exigidos no edital.

Declaração de Veracidade: *
Declaro que os documentos enviados condizem com a realidade.

Clique em "Finalizar" para registrar a sua **pré-inscrição**.

8. Ao finalizar, certifique-se de que sua pré-inscrição tenha sido realizada com sucesso.

A mensagem de confirmação aparece no topo da tela.

Pré-inscrição realizada com sucesso.

Início » Caracterização Social » Pré-inscrição para "PROMORE - 2022/1 (SAO_MIGUEL)" » Detalhes da Pré-inscrição -

Pré-inscrição

Detalhes da Pré-inscrição -

Finalize os cadastros e submeta sua pré-inscrição.

Após realizar a sua **pré-inscrição** você deverá completar os demais cadastros, para só então submeter a sua inscrição para análise.

Dados Gerais

Programa	PROMORE - 2022/1 (SAO_MIGUEL)	Data de Inscrição	17/12/2021 11:10:38
Edital	Edital 2022/1 - PROMORE	Situação da Inscrição	Pré-inscrição
Motivo da Solicitação	Moro em outro município e não tem transporte que dê para eu ir todo dia para o campus.		
Participações no Programa	Nunca foi participante		
Renda Bruta Familiar	R\$ 0,00		
Renda Per capita	R\$ 0,00		

Caracterização Socioeconômica Documentação Grupo Familiar Inscrição Socioeconômica Questionário

9. A pré-inscrição é uma das etapas do processo de inscrição, sendo que após concluí-la é necessário preencher as demais abas do sistema e anexar os documentos solicitados, conforme cada caso.

Se na aba anterior foram solicitados documentos pessoais, nesta serão solicitados os documentos relativos à situação socioeconômica do estudante. Para compreender melhor os documentos solicitados, apresentaremos, ao final desta seção, um glossário, que poderá contribuir para o esclarecimento a respeito das especificidades e características de cada um deles. Geralmente, os editais disponibilizam modelos pré-editados, que devem ser atualizados pelos estudantes, a depender de sua situação. Por exemplo, o estudante pode apresentar, se desejar, laudo médico oficial que comprove situação especial que corrobore com a demanda do recurso, por exemplo, a necessidade de comprar componentes para órteses e próteses, dentre outros documentos que considere relevante para auxiliar a comissão a avaliar sua demanda.

No menu "Documentação" você poderá adicionar novo documento, caso identifique a necessidade.

#	Tipo do Documento	Data Envio	Opções
1	Comprovante de Renda:	17/12/2021 11:10	Ver
2	Comprovante de Residência:	17/12/2021 11:10	Ver
3	Documento Complementar:	17/12/2021 11:10	Ver
4	Documentos Pessoais:	17/12/2021 11:10	Ver

10. Na aba seguinte, intitulada Grupo Familiar, você deverá apresentar as informações de seu grupo familiar, incluindo as suas próprias. Caso você seja emancipado ou maior de idade e more sozinho, basta cadastrar as suas informações.

No menu "Grupo Familiar" você deverá adicionar todos os integrantes da sua família

io Socioeconômica Documentação **Grupo Familiar** Inscrição Socioeconômica Questionário

Adicionar Integrante

Início:
realizar o cadastro de 2 morador(es) da residência.

COMPOSIÇÃO FAMILIAR - 3 INTEGRANTES (CONSIDERANDO O ALUNO)

Nome	Parentesco	Idade	Estado Civil	Situação de Trabalho	Remuneração	Opções
	Próprio aluno	21 anos, 9 meses, 12 dias	União Estável	Pescador	R\$ 0	-

Cada pessoa do grupo familiar deverá ser adicionada individualmente, por meio do botão —Adicionar Integrante

No que se refere aos dados trabalhistas de cada membro do grupo familiar, além de informar a renda individual mensal de cada um, é necessário apresentar documento pessoal digitalizado e anexar documentos comprobatórios, sendo que estes deverão ser anexados em um arquivo único.

Dados Trabalhistas

Situação Trabalho: *

Remuneração R\$:
Formato: "9.999,99"

Documentação

Documentos Pessoais: * Nenhum arquivo selecionado

Comprovante Renda: Nenhum arquivo selecionado

Enviar

Clique em "Enviar" para registrar.

Os documentos deverão ser inseridos em arquivo único.

Caso seja necessário fazer correções, basta clicar no botão —Corrigir Valor— correspondente ao dado a ser corrigido e registrar o valor correto. Há também a opção de apagar o registro, o que pode ser feito clicando no ícone lixeira, na lateral esquerda da tela.

Renda Bruta Familiar R\$ 2.200,00
Renda Per capita R\$ 733,33

Caracterização Socioeconômica Documentação **Grupo Familiar** Inscrição Socioeconômica Questionário

COMPOSIÇÃO FAMILIAR - 3 INTEGRANTES (CONSIDERANDO O ALUNO)

#	Nome	Parentesco	Idade	Estado Civil	Situação de Trabalho	Remuneração	Opções
1		Próprio aluno	21 anos, 9 meses, 12 dias	União Estável	Pescador	R\$ 0	-
		Pai	42 anos, 12 dias	Casado	Trabalhador Rural/Agricultor	R\$ 1.100,00	Corrigir Valor
		Mãe	41 anos, 3 meses, 10 dias	Casado	Beneficiário Ou Pensionista do Inss	R\$ 1.100,00	Corrigir Valor

Após adicionar todos os integrantes do grupo familiar, ainda é possível "remover" o cadastro do familiar (1) ou "Corrigir Valor" da renda (2).

11. Na aba seguinte (Inscrição socioeconômica) é possível checar as informações registradas, bem como editá-las.

Caracterização Socioeconômica Documentação Grupo Familiar **Inscrição Socioeconômica** Questionário

Situação de moradia do responsável financeiro Alugada

Membro(s) da família doente(s) crônico(s) Não

Valor gasto com transporte por dia R\$ 0,00 Corrigir Valor

Remuneração de trabalho R\$ 0,00 Corrigir Valor

Rendimento de mesada R\$ 0,00 Corrigir Valor

Rendimento de auxílio de parentes R\$ 0,00 Corrigir Valor

Rendimento de aluguel(s) R\$ 0,00 Corrigir Valor

Outros rendimentos R\$ - Corrigir Valor

Caso identifique algum erro, poderá corrigir os valores lançados na sua inscrição, no menu "Inscrição Socioeconômica"

12. Em seguida, na aba Questionário, respostas às perguntas e anexe o documento comprobatório, se for este o caso.

Caracterização Socioeconômica Documentação Grupo Familiar Inscrição Socioeconômica **Questionário**

#	Pergunta	Situação	Ações
1	Você reside em localidade diferente da cidade sede do Campus ou em área rural que impossibilite a locomoção diária ao campus?	Respondida	Editar
2	No seu grupo familiar tem pessoas com deficiência ou doença crônica?	Aguardando resposta	Responder

É necessário responder todas as perguntas para ter o cadastro de inscrição finalizado.

13. Concluídas as respostas do questionário e os campos solicitados nas abas anteriores é recomendado que retorne a cada um deles, para conferir se está tudo certo, e estando tudo certo, pode finalizar sua inscrição. Para isso, basta clicar no botão —Submeter! que aparece no canto direito superior da tela.

Resposta registrada com sucesso.

Início > Caracterização Social > Pré-inscrição para "PROMORE - 2022/1 (SAO_MIGUEL)" > Detalhes da Pré-inscrição

Pré-inscrição

Detalhes da Pré-inscrição - Submeter

Finalize os cadastros e submeta sua pré-inscrição.

Dados Gerais

Programa	PROMORE - 2022/1 (SAO_MIGUEL)	Data de inscrição	17/12/2021 11:10:36
Edital	Edital 2022/1 - PROMORE	Situação da inscrição	Pré-inscrição
Motivo da Solicitação	Moro em outro município e não tem transporte que dê para eu ir todo dia para o campus.		
Participações no Programa	Nunca foi participante		
Renda Bruta Familiar	R\$ 2.200,00		
Renda Per capita	R\$ 733,33		

Após finalizado todos os cadastros, você poderá submeter a sua inscrição para análise.

Se você tiver feito tudo corretamente, aparecerá a mensagem: —Inscrição submetida com sucesso!. E aí é só acompanhar o resultado na página do edital.

Se não aparecer a mensagem de êxito, o sistema informará o(s) itens com pendência(s). Não se desespere, e com calma revise cada um deles.

RECOMENDAÇÕES PARA USO

Recomenda-se a leitura atenciosa deste produto educacional, rodas de leitura entre os servidores que gerenciam os editais de assistência estudantil, bem como sua disponibilização aos estudantes no início de cada ano letivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso a recursos da assistência estudantil é fundamental para democratizar e promover condições de acesso e permanência dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica na Educação Superior e na Educação Profissional e Tecnológica.

Conforme estabelecido pela Política Nacional de Assistência Estudantil e pelo Programa Nacional de Assistência estudantil, as ações de assistência estudantil desenvolvidas pelos Institutos Federais e pelas Universidades Federais devem ser articuladas com as ações de ensino, pesquisa e extensão, não podendo se caracterizar como mera transferência de renda, dissonante dos objetivos educacionais dessas instituições. O IFRO, por meio de sua política de assistência estudantil, tem se empenhado em promover o acesso, permanência e êxito de estudantes hipossuficientes. Para dar transparência às suas ações, publica editais que regem o processo de seleção dos estudantes aptos a receber os benefícios.

O produto aqui apresentado, fruto da pesquisa de mestrado intitulada *Inclusão excludente? História e desafios da assistência estudantil no Instituto Federal de Rondônia* buscou contribuir com orientações para o processo de inscrição dos estudantes, considerando o sistema em uso no momento da pesquisa e os requisitos comumente requeridos nos editais analisados, mas entende-se que são necessários ajustes tanto nos editais, quanto no sistema, de modo a torná-los mais acessíveis. De igual modo, as ponderações aqui apresentadas buscam estimular nos gestores e operadores da política e assistência estudantil a reflexão crítica sobre seu processo de trabalho e os instrumentos que têm usado para promover a assistência estudantil no IFRO.

GLOSSÁRIO

Trabalhador Autônomo: pessoa que trabalha por conta própria, mas pode emitir recibos ou notas fiscais. Geralmente, trabalhadores autônomos contribuem com o INSS e podem declarar Imposto de Renda.

Trabalhador Assalariado: pessoa que trabalha com vínculo formal, geralmente na condição de celetista ou estatutário.

Trabalhador Informal: pessoa que trabalha sem registro em carteira ou sem contrato formal de trabalho e geralmente recebe em dinheiro ou de forma não oficial.

Aposentado: Pessoa que parou de trabalhar e recebe um benefício do INSS ou outro sistema de previdência. Para saber mais sobre este assunto acesse: <https://www.gov.br/inss/pt-br/direitos-e-deveres/aposentadoria>

Pensionista: Pessoa que recebe um benefício após o falecimento de um parente. Para saber mais sobre este assunto acesse: <https://www.gov.br/inss/pt-br/servicos/pensoes>

Declaração de Imposto de Renda: Documento que detalha os rendimentos anuais de uma pessoa. Para saber mais sobre este assunto acesse: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda>

Comprovante de Residência: Documento que atesta o seu endereço.

Laudo Médico: Documento emitido por médico para atestar doença crônica ou deficiência.

Espera-se que este produto tenha contribuído para chamar a atenção ao tema, e que possa servir como ponto de partida para outras proposições, capazes de contribuir para a ampliação do acesso a direitos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, República Federativa. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm
- BRASIL, República Federativa. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm
- BRASIL, República Federativa, Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm
- BRASIL, República Federativa. Lei nº. 14.914, de 3 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm
- IFRO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Resolução n. 23/CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018. <https://portal.ifro.edu.br/consup-nav/resolucoes/2018/8505-resolucao-n-23-consup-ifro-de-26-de-marco-de-2018>
- IFRO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Resolução n. 26/CONSUP/IFRO, de 04 de abril de 2018 a. <https://portal.ifro.edu.br/consup-nav/resolucoes/2018/8508-resolucao-n-26-consup-ifro-de-04-de-abril-de-2018>
- IFRO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. INSTRUÇÃO NORMATIVA 2/2021. Dispõe sobre o atendimento e assistência aos estudantes da modalidade de ensino a distância (EaD). [https://portal.ifro.edu.br/images/Pro-reitorias/Proen/assistencia_estudantil/SEI_IFRO - 1266408 -
_Instru%C3%A7%C3%A3o_Normativa_n%C2%BA_2-
2021_Assist%C3%Aancia_Estudantil_EaD.pdf](https://portal.ifro.edu.br/images/Pro-reitorias/Proen/assistencia_estudantil/SEI_IFRO_-_1266408_-_Instru%C3%A7%C3%A3o_Normativa_n%C2%BA_2-2021_Assist%C3%Aancia_Estudantil_EaD.pdf)
- JUNGES, Márcia; FACHIN, Patricia. Fachin. Inclusão excludente. Unisinos: edição 281, 10 Novembro 2008. https://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2310&
- MEC, Ministério da Educação. Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf

APÊNDICE B -TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO — TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa de mestrado intitulada “**Inclusão excludente?** História e desafios da assistência estudantil no Instituto Federal de Rondônia”, que tem os seguintes objetivos: (1) discutir como o Instituto Federal de Rondônia tem se organizado para atender à legislação nacional acerca da assistência estudantil, (2) Dimensionar a relevância do Programa de Auxílio à Permanência (PROAP) executado pelo IFRO, (3) Identificar as principais dificuldades encontradas pelos discentes do Instituto Federal de Rondônia ao realizar inscrição do referido Programa; (4) Desenvolver e transferir ao IFRO uma tecnologia social voltada à melhoria do Programa Auxílio à Permanência (PROAP), especialmente no que diz respeito à seleção dos estudantes beneficiários.

A pesquisa será feita com base no método do Estudo de Caso, que envolve pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e aplicação de um questionário eletrônico. Sua participação se dará por meio do preenchimento do questionário eletrônico que será enviado para seu e-mail e por meio da avaliação do produto educacional, que também será enviado para seu e-mail.

Ao participar desta pesquisa você será beneficiado com a oportunidade de refletir sobre a política de assistência estudantil do IFRO e de indicar melhorias a ela.

Como todas as pesquisas envolvendo seres humanos têm o potencial de gerar riscos em tipos e gradações diferentes, esta pesquisa não é diferente, sendo que você estará sujeito aos seguintes riscos:

- 1 — Risco de se sentir constrangido ou envergonhado por ter de responder a questões sensíveis;
- 2 — Risco de ser discriminado e estigmatizado a partir do conteúdo revelado;
- 3 — Risco de ter seus dados confidenciais acessados e utilizados prejudicialmente.

Para evitar que esses riscos venham a se efetivar e para minimizar seus efeitos, tomaremos as seguintes medidas em relação a cada um dos riscos acima identificados:

Em relação ao risco 1: Você poderá deixar de responder às questões que considerar sensíveis ou que lhe causarem desconforto; Você poderá deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, inclusive recolhendo o instrumento de registro de sua entrevista.

Em relação ao risco 2: Não compartilharemos as informações de seu questionário com outras pessoas; não revelaremos seu nome nem nenhuma outra informação pessoal sua; apresentaremos as informações de modo agregado, preservando a identidade dos respondentes.

Em relação ao risco 3: Garantimos a você o sigilo e anonimato (sua identidade e informações pessoais não serão reveladas); não compartilharemos suas informações com

terceiros; apresentaremos as informações de modo agregado, preservando-se a identidade dos respondentes; as informações serão armazenadas em HD externo, de acesso exclusivo pela pesquisadora, o qual será mantido em local seguro e protegido; após cinco anos de finalização da pesquisa deletaremos os arquivos referentes à coleta de dados.

Você receberá uma via de igual teor deste Termo.

Se precisar de mais informações sobre esta pesquisa, entre em contato com as responsáveis por este estudo: Valquiria Alves de Souza, e-mail: valquiria.souza@ifro.edu.br, telefone (69) 69 99915-6250; e Xênia de Castro Barbosa, e-mail: xenia.castro@ifro.edu.br Telefone (69) 99250-7696.

Por fim, a qualquer tempo, o Comitê de Ética poderá ser consultado para esclarecer dúvidas sobre aspectos éticos da pesquisa. Endereço do Comitê de Ética: Reitoria do Instituto Federal de Rondônia, Av. Lauro Sodré, 6500 — Censipam-Aeroporto, Porto Velho/RO, 76803-260, fone (69) 2182-9201, E-mail: cepi@ifro.edu.br.

Se este Termo está claro para você e se você concorda em participar desta pesquisa, assine ao final.

_____ de ____ de 2023

Nome completo do participante da pesquisa

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO REFERENTE AO PROGRAMA DE AUXÍLIO À PERMANÊNCIA

Instruções: Por favor, responda às seguintes perguntas referente ao seu processo de inscrição indeferido no Programa de Auxílio à Permanência.

Almeja-se, com esta pesquisa, contribuir para a sistematização de informações sobre o tema, considerando os desafios regionais, bem como colaborar para o debate público acerca da necessidade de aperfeiçoar os mecanismos públicos que visam assegurar o direito à educação.

1- Você já foi beneficiado com o Programa de Auxílio à Permanência oferecido pela instituição:

sim não

2- Referente à inscrição do Programa de Auxílio à Permanência (PROAP), você encontrou alguma dificuldade para compreender o que o edital estava solicitando.

sim não

3- Qual foi o meio utilizado para efetivar sua inscrição:

Computador celular tablet outro

4- Você teve dificuldade em encontrar as documentações solicitadas pelo edital do PROAP?

sim não em determinados momentos

5- Você encontrou dificuldades referente ao acesso à internet?

sim não em determinados momentos

6- Quanto tempo aproximadamente você necessitou para ler, compreender, providenciar a documentação e anexá-la no site:

menos de um dia um a três dias três a cinco dias cinco dias ou mais.

7- Marque com um (X) os documentos que faltaram ou que precisou de correções, acarretando indeferimento da inscrição do auxílio:

- () Cópia da carteira de trabalho;
- () Declaração do imposto de renda;
- () Termo de compromisso;
- () Contracheque;
- () Declaração de endereço;
- () Declaração de autônomo;
- () Declaração de não possuir renda;
- () Certidão de nascimento ou de casamento
- () Histórico escolar;
- () Documentos Pessoais;
- () Dados bancários
- () Outros

8- Quais sugestões você tem para tornar o processo de solicitação e acesso ao auxílio mais eficiente e inclusivo?



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Inclusão excludente? História e desafios da assistência estudantil no Instituto Federal de Rondônia.

Pesquisador: VALQUIRIA ALVES DE SOUZA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 74123823.0.0000.5653

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.335.544

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um protocolo de pesquisa em primeira versão, vinculado ao PROFEPT, como o seguinte título: Inclusão excludente? História e desafios da assistência estudantil no Instituto Federal de Rondônia.

Com este projeto objetiva-se, do ponto de vista geral, discutir como o Instituto Federal de Rondônia tem se organizado para atender à legislação nacional acerca da assistência estudantil. Quanto aos objetivos específicos, busca-se: (1) Dimensionar a relevância do Programa de Auxílio Permanência (PROAP) executado pelo IFRO, (2) Identificar as principais dificuldades encontradas pelos discentes do Instituto Federal de Rondônia ao realizar inscrição ao edital do referido Programa; (3) Desenvolver e transferir para o IFRO uma tecnologia social (fluxo processual visando à melhoria do PROAP, especialmente no que diz respeito à seleção dos estudantes beneficiários). A pesquisa será conduzida com base na metodologia do Estudo de Caso. A aquisição dos dados será procedida mediante pesquisa bibliográfico-documental e survey. A análise dos dados será elaborada à luz da literatura pertinente ao tema e da estatística descritiva, com suporte do software XLSTAT 2020. A divulgação dos resultados da pesquisa será feita por meio de relatório técnico-científico, artigo científico e do produto educacional, a saber: um fluxo de procedimentos para aperfeiçoamento da gestão do PROAP no IFRO.

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam

Bairro: Aeroporto

CEP: 76.803-260

UF: RO

Município: PORTO VELHO

Telefone: (69)2182-9611

E-mail: cepi@ifro.edu.br



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -
IFRO



Continuação do Parecer: 6.335.544

Objetivo da Pesquisa:

O(a) pesquisador(a) apresentou os seguintes objetivos:

"Geral:

Discutir como o Instituto Federal de Rondônia tem se organizado para atender à legislação nacional acerca da assistência estudantil.

Específicos:

- 1- Dimensionar a relevância do Programa de Auxílio Permanência (PROAP) executado pelo IFRO;
- 2- Identificar as principais dificuldades encontradas pelos discentes ao realizar inscrição ao edital do referido Programa;
- 3- Desenvolver e transferir para o IFRO uma tecnologia social (fluxo processual visando à melhoria do PROAP, especialmente no que diz respeito à seleção dos estudantes beneficiários)."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme o(a) pesquisador(a), os riscos e benefícios foram descritos da seguinte maneira:

"Estima-se que os desconfortos e riscos potenciais apresentados por esta pesquisa envolvem:

- Sensação de constrangimento ou vergonha por ter de responder a questões sensíveis;
- Discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado;
- Risco de ter seus dados confidenciais acessados e utilizados de forma prejudicial.

Para contornar essas possíveis situações, serão adotadas, cautelarmente, as seguintes medidas, direcionadas a mitigar cada um dos riscos potenciais:

RISCOS POTENCIAIS MEDIDAS MITIGATÓRIAS

Sensação de constrangimento ou vergonha por ter de responder a questões sensíveis

- Possibilidade de deixar de responder às questões que considerar sensíveis ou que lhe causarem desconforto;
- Possibilidade de deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, inclusive recolhendo o instrumento de registro de sua entrevista.

Discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam

Bairro: Aeroporto

CEP: 76.803-260

UF: RO

Município: PORTO VELHO

Telefone: (69)2182-9611

E-mail: cepi@ifro.edu.br



Continuação do Parecer: 6.335.544

- Não compartilhamento das informações com terceiros;
- Apresentação das informações de modo agregado, preservando-se a identidade dos respondentes.

Risco de ter seus dados confidenciais acessados e utilizados de forma prejudicial

- Garantia de sigilo e anonimato da fonte;
- Não compartilhamento das informações com terceiros;
- Apresentação das informações de modo agregado, preservando-se a identidade dos respondentes;
- Armazenamento das informações em HD externo, de acesso exclusivo pela pesquisadora, o qual será mantido em local seguro e protegido;
- Destruição dos arquivos após cinco anos de finalização da pesquisa.

Dentre os benefícios que poderão resultar desta pesquisa aos estudantes que dela participarem, destaca-se a oportunidade de refletir sobre a política de assistência estudantil do IFRO e de indicar melhorias a ela."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os objetivos foram descritos de forma clara e, considerando a metodologia apresentada, mostram-se exequíveis. A avaliação dos riscos/benefícios mostrou-se favorável aos participantes. Todas as etapas que envolvem a participação dos seres humanos foram descritas claramente seguindo os princípios éticos estabelecidos na legislação vigente e primando pela garantia dos direitos aos participantes da pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O(s) termos de apresentação obrigatória a seguir foram anexados conforme detalhamento abaixo:

1. Folha de rosto: devidamente anexada e assinada;
2. Termo de anuência institucional: devidamente anexado e assinado;
3. Termo de anuência do orientador: devidamente anexado e assinado;
4. Termo de Compromisso do pesquisador conforme norma operacional CNS nº 001/2013: documento anexado e assinado;
5. TCLE: devidamente anexado, e de acordo;

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam

Bairro: Aeroporto

CEP: 76.803-260

UF: RO

Município: PORTO VELHO

Telefone: (69)2182-9611

E-mail: cepi@ifro.edu.br



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO



Continuação do Parecer: 6.335.544

6. Instrumento de coleta de dados: questionário anexado e de acordo;

7. Cronograma: devidamente anexado, e de acordo;

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)-IFRO, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do Conselho Nacional de Saúde, manifesta-se pela **APROVAÇÃO** do protocolo de pesquisa proposto.

De acordo com o item X.1.3.b, da Resolução CNS n. 466/12, a pesquisadora deverá apresentar relatórios semestrais - a contar da data de aprovação do protocolo. Eventuais emendas (modificações) ao protocolo deverão ser apresentadas de forma clara e sucinta sendo necessário destacá-las no decorrer do texto (item 2.2.H.1, da Norma Operacional CNS nº 001 de 2013).

Reforçamos que qualquer alteração, ainda que mínima, no protocolo aprovado deverá ser submetida à análise desse CEP por meio de emenda. Somente após aprovação do CEP as alterações poderão ser colocadas em prática.

Considerações Finais a critério do CEP:

Todos os projetos submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFRO são avaliados com base nas Resoluções CNS nº 466/2012 e/ou Resolução CNS nº 510/2016, demais resoluções pertinentes e nas Normas Operacionais emanadas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2191477.pdf	02/09/2023 16:53:49		Aceito
Outros	Questionario.pdf	02/09/2023 16:49:01	VALQUIRIA ALVES DE SOUZA	Aceito
Outros	Termo_de_responsabilidade_e_compromisso.pdf	02/09/2023 16:47:33	VALQUIRIA ALVES DE SOUZA	Aceito
Outros	Declaracao_de_anuencia_de_orientacao.pdf	02/09/2023 16:46:13	VALQUIRIA ALVES DE SOUZA	Aceito
Outros	Carta_de_anuencia_intitucional.pdf	02/09/2023 16:43:33	VALQUIRIA ALVES DE SOUZA	Aceito

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam

Bairro: Aeroporto

CEP: 76.803-260

UF: RO

Município: PORTO VELHO

Telefone: (69)2182-9611

E-mail: cepi@ifro.edu.br



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE RONDÔNIA -
IFRO



Continuação do Parecer: 6.335.544

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_consentimento_livre_e_esclarecido.pdf	02/09/2023 16:38:48	VALQUIRIA ALVES DE SOUZA	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	02/09/2023 16:38:02	VALQUIRIA ALVES DE SOUZA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_que_foi_enviado_ao_CEP.pdf	02/09/2023 16:36:50	VALQUIRIA ALVES DE SOUZA	Aceito
Cronograma	Gronograma.pdf	02/09/2023 16:34:35	VALQUIRIA ALVES DE SOUZA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	02/09/2023 13:49:34	VALQUIRIA ALVES DE SOUZA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO VELHO, 29 de Setembro de 2023

Assinado por:
Daniely Batista Alves Martines
(Coordenador(a))

Endereço: Sala do Comitê de Ética em Pesquisa - Andar Térreo - Reitoria Censipam

Bairro: Aeroporto

CEP: 76.803-260

UF: RO

Município: PORTO VELHO

Telefone: (69)2182-9611

E-mail: cepi@ifro.edu.br